

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira

Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletrista no Brasil colonial

Alexandre José Barboza da Costa

Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro

São Paulo

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Alexandre José Barboza da Costa

Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletrista no Brasil colonial

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de Título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro.

São Paulo

2010

Costa, Alexandre José Barboza da

Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletista no Brasil colonial. Alexandre José Barboza da Costa. São Paulo, SP: [s.n], 2010.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro
Tese (mestrado). – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

1. Gandavo. 2. Brasil colonial. 3. Retórica.

Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletrista no Brasil colonial. Alexandre José Barboza da Costa. Tese apresentada ao Programa de Mestrado em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como requisito para obtenção do título de Mestre. Orientação: Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro (Orientador – FFLCH/USP)

Profa. Dra. Patrícia de Jesus Carvalinhos (FFLCH/USP)

Profa. Dra. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos (PUC-SP)

Prof. Dr. Bruno Fregni Bassetto (Suplente - FFLCH/USP)

Prof. Dr. Luis Antonio Lindo (Suplente - FFLCH/USP)

Prof. Dr. Rafael Ruiz Gonzales (Suplente – História/UNIFESP)

AGRADECIMENTOS

“*Se não te introduzir lá, as portas continuarão fechadas*”. “João Damasceno (749), Homilia III

(“*La Foi Orthodoxe, Paris, Cahiers Sant Irénée*”, 1966, cap. XI, p.65)

“*O nosso conhecimento é então e apenas, um nível menos elevado de desconhecimento, um ignorar melhor controlado: “pois a menor parte do que ignoramos, é o que sabemos.”* (Cristovão Costa. *Tratado das Drogas e Medicinas Orientais*. cap. LXIII, p.264, Ed. Jaime Walter, Lisboa, 1964)

“(…) *quel el paso del tiempo no borre el recuerdo de la gratitud*” (Violeta Pérez Custodio. in: *Agradecimentos. Ejercicios de Retorica de Alfonso Reyes*).

O trabalho de pesquisa é por essência uma atividade solitária. Horas inumeráveis dedicadas à leitura e reflexão em casa ou em arquivos de bibliotecas. Escrever uma Dissertação e/ ou uma Tese, além de exigir do autor um exercício de compilação, reflexão sobre o material sintetizado e solução do problema vislumbrado, também, gera, involuntariamente, solidão e silêncio. Para alguns agradecer é uma obrigação, no meu caso, uma satisfação adornada de gratidão. Portanto, é com extrema felicidade que, ao contrário de Pero de Magalhães Gandavo, não “*gardeime em ser comprido*” àqueles que povoaram com suas narrativas pretéritas ou presentes meu caminho e tornaram essa viagem salutar apesar das tormentas encontradas.

Dedico este trabalho a meu pai, *Samuel Barbosa da Costa* e seu incomensurável apoio. May Lahud e os irmãos: Gisele, Grazielle e Samy. Aos amigos - familiares: Ana Maria Paulo Ramos, Sabrina Kempes e Luís Antônio Coutinho e Silva. Aos sobrinhos: Ana Carolina Coutinho e Silva, João Vítor, Júlia, Vinícius, Akemi, Samuel, Ana Carolina e Iuri. Àqueles que participaram ativamente de minhas primeiras letras: *Lourdes, Mário e Vita*.

Roberta da Fonseca com quem icei as primeiras velas desta nau em busca de um mundo onírico dotado de pedras preciosas, apesar dos bichos peçonhentos escondidos na mata.

Ao Prof. *Dr. Eduardo de Almeida Navarro* que pacientemente orientou-me na execução desta pesquisa e desde o início acreditou em sua viabilidade, sempre, imputando-lhe a medida exata.

Prof. Dr. Michel Lahud (*in Memoriam*) pelo legado intelectual e acadêmico.

Prof. Dr. João Adolfo Hansen pelas referências e empréstimo de obras, além da benevolência ofertada em discorrer sobre o gênero demonstrativo e todas as implicações retórico-teológico-políticas do século XV-XVI.

Prof. Dra. Adma Fadul Muhana pelo curso ministrado “*Poética do século XVI*” e pelas infindáveis ponderações sobre as preceptivas retóricas que influenciaram o Quinhentismo.

Prof. Dr. Bruno Bassetto pelos aditamentos propostos no tocante à Filologia Românica.

Prof. Dr. Adriano Scatolin pela emendas qualitativas no que concerne o gênero demonstrativo em relação aos autores latinos.

Dirceu Villa, amigo, que me apresentou *Pero de Magalhães Gandavo*, o autor;

Aos amigos: Celso Fontana, Renata Sarmento, Ana Paula Dias, Carlos José Júnior e Rodrigo Varejão Pereira que, comigo, aportaram na edênica Praia da Fazenda;

Atílio Montevecchi, que propiciou o “Encontro” e auxiliou-me na harmonização entre “*Mens et corpus*”.

Aos irmãos João e Sônia Haas que carinhosamente receberam-me na “Capitania de Salvador” e possibilitaram meu contato com toda sua arquitetura seiscentista.

Luís Rubira Xavier, companheiro gaúcho de “fronteiras” que deveras me fez refletir sobre as “Missões” no Rio Grande do Sul além de fazer-me compreender o ofício do pesquisador;

Lucas Dezotti, amigo paulista, fiel, que muito me ajudou nas interpretações sobre retórica latina, além das benfezas palavras de amizade quando o mar mostrava-se cada vez mais tenebroso.

Marcos Palhares que comigo compartilhou a alegria de ser um caipira paulista em uma metrópole bandeirante.

Aos queridos vizinhos, Nilton Carlos Simões de Oliveira e Daniela Maria Figueiredo Padovan pela paciência ofertada; na reta final, as palavras amigas de Carlos Augusto Bastos, Siméia e Tarcila Lucena.

Além destes, de nenhuma maneira esqueceria os inúmeros “pensadores” que felicitaram meus dias bem como àqueles que me apoiaram e também aos que descreditaram a execução deste trabalho.

Obrigado a todos.

Alexandre José Barboza da Costa.

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir o gênero epidítico em Pero de Magalhães Gandavo, consistindo na análise das obras *História da Província de Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*, em que aflora o discurso encomiástico adotado pelo autor em relação ao Brasil, buscando entender de que maneira construiu Gandavo, um homem beletista, a imagem do Brasil.

Palavra-chave: Gandavo, Brasil Colonial, Retórica

ABSTRACT

This thesis will discuss the demonstrative genre in Pero de Magalhães Gandavo. It consists of the analysis of the work *História da Província de Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*, in which appears the eulogistic discourse in relation to Brazil, as a path to understand the way Gandavo, a man of *belles-lettres*, built the image of Brazil.

Keyword: Gandavo, Colonial Brazil, Rhetoric

Índice

Introdução.....	08
I. A obra de Gandavo e suas edições.....	17
II. Os manuscritos de Gandavo.....	27
1) O manuscrito Escorialense da História da Província de Santa Cruz.....	27
III. A fortuna crítica da obra de Gandavo.....	36
IV. A recepção da obra de Gandavo na sociedade corte.....	47
1) A importância do livro na sociedade de corte no século XVI.....	50
2) A literatura de corte no século XVI.....	53
V. Sobre o narrador na literatura de corte e a obra de Gandavo.....	57
VI. A dedicatória na literatura de corte e na obra de Gandavo.....	58
VII. O destinatário na literatura de corte e na obra de Gandavo.....	64
VIII. As representações coloniais e a crítica.....	66
IX. A elocução na literatura de corte e na obra de Gandavo.....	69
1) A evidência do Maravilhoso.....	81
X. A influência de Plínio, o Velho, sobre Gandavo.....	90
XI. A Escrita, a Memória e a Historiografia.....	108
XII. Gandavo e Tucídides.....	111
XIII. Conclusões.....	118
Bibliografia.....	122

Introdução

Pero de Magalhães Gandavo, natural da cidade portuguesa de Braga, descendia de flamengos. Era excelente latinista, portanto, um homem das Belas Letras. Amigo de Camões escreveu *Tratado da Terra do Brasil, História da Província de Santa Cruz e Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua portuguesa*. Queixando-se do fato de os portugueses não grafarem adequadamente o português, em tal obra afirma: “*Por onde não havia de haver pessoa que se prezasse de si que não trabalhasse por saber algum latim, que nisso consiste o falar bem português*”¹. Ou ainda:

(...) quis fazer estas regras de orthographia a rogo de alguns amigos, as quaes trabalhey por comprehender em breves palavras// com a menor difficuldade que pude, pera com ellas aproveitar a toda pessoa que as quiser seguir. Porem hase de entender que minha tenção não foy fazellas, senão pera os que não são latinos. E por esta razão quis nellas vsar de alguns exemplos, pera que assi ficassem mais claras, & cõ menos trabalho fossem entedidas de qualquer pessoa ainda que nam tenha (como digo) intelligencia de latim”².

Tudo é clareza em sua pena, os períodos longos alternam-se com os curtos, nada é supérfluo. Lê autores de seu tempo como Camões, que é seu amigo, além de Diogo Bernardes, António Ferreira e Sá de Miranda, de quem afirma: ““*Vede o estilo das comédias e dos versos do nosso verdadeiro português Francisco Sá de Miranda que foi o primeiro que nesta nossa Lusitânia o descubrio com tamanha admiração que de todos em geral ficou confessada esta verdade*””. Dentre os prosadores elogia o estilo da linguagem de Lourenço de Cáceres, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira de Vasconcelos, António Pinto, sendo, também leitor de André de Resende, Frei Heitor Pinto e João de Barros.

Talvez tenha sido copista da Torre do Tombo e, em seguida, provedor da fazenda da capitania de São Salvador da Bahia. Com respeito a este nome, há sete documentos nos Livros da Chancelaria da referida Torre. Esta documentação, que abrange o período de

¹ GANDAVO, Pero de Magalhães. **Regras que ensinam a maneira de escrever a (sic) orthographia da língua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua**. Em Lisboa. Na officina de Antonio Gonsaluez. Anno de 1574, fols [D 7r-v-D8r]. Existe, segundo cremos, um só exemplar desta primeira edição das Regras, na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, pp.629. In: **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**, Vol.III. Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

² PEREIRA, Emanuel Filho. Índice de vocábulos. In: GANDAVO, Pero de Magalhães: **O Tratado da Província do Brasil**. Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1965. Col.: Dicionário da Língua Portuguesa/ Textos e Vocabulários. p.26.

1533 a 1582, não deve referir-se a uma só pessoa, pois, a análise dos documentos, leva-nos a supor que se trata de três homônimos.

Um fato posto em dúvida durante muito tempo é se residiu ou não no Brasil, pois, em muitos momentos das obras, o narrador se utiliza de pronomes demonstrativos que dão margem a tais dúvidas. Escreve de Portugal e não do Brasil.

Gandavo, como se conclui na dedicatória do seu *Tratado* à rainha D. Catarina, possivelmente, viveu no Brasil antes de redigi-la. Provavelmente morou na dita capitania , Ilhéus ou, ainda, S. Vicente, pois esta descreve minuciosamente.

Capistrano de Abreu julga que a obra foi redigida entre 1572 e 1573, pois o autor bracarense dá ainda a Duarte Coelho de Albuquerque e Vasco Fernandes Coutinho a titularidade de donatários das capitanias de Pernambuco e Espírito Santo, respectivamente. Em realidade, o primeiro deixa de ser dela titular em 1572 devido a seu regresso a Portugal. O segundo faleceu em fevereiro de 1571³.

Baseado em nota marginal do manuscrito do *Tratado* existente na Biblioteca Municipal do Porto, se lê que em 1587 o número de engenhos de açúcar é de sessenta, talvez o opúsculo tenha sido redigido em 1570, ou ainda antes. É improvável que o *Tratado* tenha sido escrito após esta data, visto que, posteriormente, a rainha, D. Catarina toma a decisão de ausentar-se definitivamente, em Castela.

O estudo dos manuscritos dos *Tratados* mostra que estamos em presença de duas redações diferentes da mesma obra, e não há dúvida de que o texto dedicado a D. Catarina é de composição anterior ao que foi dedicado a D. Henrique: não se faz alusão no primeiro aos exploradores da capitania do Espírito Santo que, em 1567 ou 1568, adentraram o sertão em busca de ouro, fato que é mencionado no segundo⁴.

O *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz* foram escritos respectivamente em 1570/73? e 1576. Apesar de ressaltar que seu propósito com os relatos

³ PORTO SEGURO, Visconde de. **História**, I, p.373, 419, n., V, p.311; LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**, I (Século XVI - O Estabelecimento), Lisboa - Rio de Janeiro, 1938, p.224, nº 6, 373p.

⁴ MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**, Vol III. Janeiro-Março de 1962, Número1. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

se reduz a mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes para incentivar as pessoas desamparadas a residirem no Brasil, o autor é fortemente impregnado de visões ora laudatórias, ora injuriosas: “*Esta terra he mui fértil e viçosa, toda coberta de altíssimos e frondosos arvoredos, permanece sempre a verdura nella inverno e verão (...)*”⁵.

Sobre os índios afirma:

Não adorão cousa alguma nem têm pêra si que há na outra vida gloria pêra os bons, e pena pera os mais, tudo cuidão que se acaba nesta e que as almas fenecem com os corpos, e assi vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida⁶.

Pero de Magalhães Gandavo crê na dedicação da Companhia de Jesus e em seu respectivo projeto missionário em erigir um reino cristão no Brasil: “*Outros muitos beneficios e obras pias têm feito estes Padres e fazem hoje em dia nestas partes, a que com verdade se nam pode negar mui louvor*”⁷. Em relação a sua visão renascentista, para si os segredos da natureza não foram revelados ao homem integralmente e o ser humano não pode assumir como impossível aquilo que não viu.

Na descrição das Capitâneas procura situar o leitor em um dado espaço e sua natureza, flora e fauna, a partir de seus conhecimentos cosmográficos e cartográficos, além de apresentar o nome do donatário a quem a capitania seria concedida, bem como suas potencialidades econômicas e quantidade de vizinhos, além disso, atenta para a existência de algum colégio jesuítico da Companhia de Jesus, denominado pelo autor de “mosteiro”. Sobre a capitania do Espírito Santo afirma:

⁵ GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. p. 46.

⁶ *Ibidem*, p. 51.

⁷ *Ibidem*, p. 143.

A capitania do Spirito Santo está cincoenta legoas de Porto Seguro em vinte graos, da qual he capitão e governador Vasco Fernandes Coutinho. Tem hum engenho somente, tira-se delle o melhor assucre que há em todo o Brasil. Há dentro da povoação hum mosteiro de padres da Companhia de Jesus.

Tem hum rio mui grande onde os navios entrão, no qual se achão mais peixes bois que noutro nenhum rio desta costa. No mar junto desta capitania matão grande copia de peixes grandes e de toda maneira, e também no mesmo rio há muita abundancia delles. Nesta capitania há muitas terras e mui largas onde os moradores vivem mui abastados, assi de mantimentos da terra, como de fazendas⁸.

Incentiva o ócio dos portugueses, demonstrando-lhes que os índios, quando escravizados, trabalhariam por ambos, pois o que fizessem para si também o fariam para os portugueses e, além disso, sua respectiva subordinação serviria também para enriquecer os europeus:

As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada hum alcançar dous pares ou meia dúzia de escravos (que pode hum por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remedio pera sua sustentação; porque huns lhe pescão e cação, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assi pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanço que neste reino, porque os mesmos escravos índios da terra buscam de comer pêra si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas⁹.

Para o cronista português, os índios só obedeciam se tivessem vontade de fazê-lo. Escandaliza-se com a ausência de moralidade cristã entre os indígenas. Até propõe no primeiro capítulo de *História da Província Santa Cruz* que o topônimo Brasil mude para Santa Cruz, pois, desta maneira, o demônio se afastaria da terra. Após tal afirmativa se utiliza das autoridades para corroborar sua assertiva. Apoia-se explicitamente em João de Barros, autor de *Décadas*. O topônimo Santa Cruz guardaria, segundo Gandavo, a terra encontrada dos tormentos ocasionados pelo diabo, para que este não se apossasse da ilha recém-descoberta pelos lusos, que nela estavam por motivos mercantis e pios. A visão de mundo do autor era permeada pelas idéias do quinhentismo ibérico, logo, por uma teologia jesuítica orientada em um Tomismo adaptado às circunstâncias locais:

⁸ GANDAVO, Pero de .Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil. Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. p. 38.

⁹ Ibidem, p. 44.

Estes moradores todos pela maior parte se tratão muito bem, e folgão de ajudar huns aos outros com seus escravos, e favorecem muito os pobres que começam a viver nesta terra. Isto geralmente se costuma nestas partes, e fazem outras muitas obras pias, por onde todos tem remédio de vida, e nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes reinos¹⁰.

Gandavo provém de uma tradição renascentista que se pauta na idéia de que os fatos do dia-a-dia são signos de uma verdade ascética moral encoberta. Nessa perspectiva, nota-se que, em seus textos, ele concebe uma concentração massiva das forças celestiais agindo nas terrenas, ou seja, as coisas existentes no mundo inteligível são uma fotografia da metafísica ordenada por Deus, ainda que impregnada de uma visão menos mítica em comparação com os espanhóis,¹¹ uma atenuação do plausível, afirmação esta que será discutida posteriormente.

Os conhecimentos que os homens letrados do quinhentismo recebiam visavam atender um princípio utilitarista de propagação de fé. O conhecimento era um ornamento dela.¹²

É possível constatar nesse período que a cosmologia reinante pautava-se no pressuposto de que a razão humana é reflexo da divina. As letras foram convertidas em empresa católica.

Entre 1580 e 1750 as belas letras eram modelizadas pelos padrões retóricos e teológico-político propalados pelos inicianos. Para Hansen¹³, no quinhentismo o termo “Belas-Letras” é o vigente entre os homens doutos. O termo “Literatura” ainda não se tinha organizado com o sentido de discursivo ficcional. Tal fato ocorre somente a partir dos séculos XVII e XVIII, com suas práticas de autor-obra e publico. Segundo Bluteau, assim eram vistos os homens letrados dos séculos XVI e XVII:

¹⁰Ibidem, p. 94.

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Col. Grandes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000. 452 p.

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

¹³ HANSEN, Joao Adolfo. Introdução. In: **Poesia Seiscentista XVII**: “Fênix Renascida” “Postilhao de Apolo”. São Paulo: Ed Hedra. p.26.

Letras humanas. Outros dizem as boas letras. As humanidades. Humanitas, atis. Fem. ou humanitas politior. Artes, quae ad humanitatem pertinent. Studia humanitatis. Studium doctrinae atque humanitatis. Cic. He Homem, ao qual não falta engenho, nem exercício, & que he versado nas boas letras. Homo est non habes, neque inexercitatus, neque communium litterarum, & politioris humanitatis studiosus. Qui cum nullis plurimum se delectate. Cic. Homem versado nas boas letras. Vir humanitate politus. Vir omni liberali doctrina politissimus. Vir doctrina, atque optimarum artium studiis eruditus. Cic. Inimigo das boas letras. Hommo illiteratus. Cic. Homem sem letras. Homo illiteratus. Cic. Nullis litteris vir. Idem. Que tem alguma inclinação às letras. Non alienus à literis. Cic¹⁴.

Segundo Hansen¹⁵, a prática da poesia e prosa neste momento regulava o bom uso que era fundado e modelizado nas autoridades retóricas a partir de uma prática social pretérita e anônima. Ou seja, a liberdade dos súditos se regulamentará a partir deste reconhecer-se como um corpo político estamental. Por isso, é nuclear o conceito de “bem comum”; ninguém é mais do que o rei e em torno dele devem girar as prerrogativas, também do homem de letras. Este bem comum era organizado simbolicamente em torno de dispositivos retóricos subordinados à retórica aristotélica e latina e, essas, formavam estruturalmente essas representações icônicas ou efrásicas.

Para o estudioso¹⁶, a sociedade quinhentista e seiscentista portuguesa se organizavam em torno da repetição da letra reinol. Este ato outorgado aos homens das letras fazia com que eles reproduzissem os símbolos autorizados do poder através da agudeza. Para Hansen¹⁷, esta, entendida como palavra brilhante, no século XVI, foi um padrão cultural não somente de cima para baixo, configurava um sentido unívoco: Estado-Governados.

A produção e a veiculação textual no quinhentismo giravam em torno dos salões, da Universidade, das Academias e dos mosteiros.¹⁸ Os textos do século XVI que formatam as maneiras dos “discretos” existem tão somente no paço:

¹⁴ BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Português e Latino**, 5 K-N. 2002. Georg Olms Verlag, Hildesheim. Zurich. New York, p.89.

¹⁵ HANSEN, op.cit., p.27.

¹⁶ Ibidem, p.30.

¹⁷ Ibidem, p.30.

¹⁸ Ibidem, p.31.

O latim e o grego, as belas letras, a história antiga, a filosofia aristotélica, estóica, platônica e escolástica, a retórica aristotélica foram os principais instrumentos adotados para constituir um estilo de vida em que a inculcação de hábitos nobres – entenda-se a nobreza com duplo sentido de “estamento e virtude”- foi a meta principal ¹⁹.

O letrado no sec. XVI também se representa a si mesmo com os critérios de excelência fidalga, apresentando-se como “melhor”, discreto, não por ser filho de alguém, mas por ser possuidor do saber do ditado, segundo Hansen, uma memória autorizada dos modelos desenvolvidos pela prática discursiva quinhentista. Em uma sociedade estamental que organiza seu corpo político em torno de um providencialismo religioso a adulação não era reprovável, como hoje em dia pode-se supor.

O elogio do mandatário e de seu corpo político constitui as redes de clientelismo que o letrado procurava desenvolver para conseguir amparo real. Assim²⁰, tais relações pessoais são pautadas na amizade, no favor, no dom, configurando, desta maneira, um corporativismo onde público e privado muito se misturam.

A crítica literária, em geral, procura categorizar Gandavo como um cronista que pretende expandir a imigração no Brasil. Tal afirmativa se dá devido os motivos econômicos contidos em suas descrições, como as possibilidades de explorações mercantis das respectivas capitanias. É a propagação de um saber que visa a atender a expansão religiosa e mercantil de Portugal.

Para alguns comentadores, o discurso de Pero de Magalhães é muito mais repleto de preocupação informativa do que propriamente de enaltecimento da terra e/ ou desprezo pelos indígenas. Afirmam que o autor influencia a poesia encomiástica do século XVI-XVII, categorizando sua obra como de natureza histórica:

¹⁹HANSEN, op. cit, p.32.

²⁰ Ibidem, p.36.

Acompanhando a obra de Gandavo, que é sobre o Brasil, e por isto de relativa repercussão no ambiente colonial, podemos apontá-lo como o primeiro exemplo português, oferecido às manifestações literárias no Brasil - Colônia, da poesia encomiástica que se tornará tão fértil e freqüente entre nós, do século XVI ao XVIII. Quanto às intenções da obra em si, definidas no “Prólogo ao leitor”, é a definição mesma dos próprios objetivos da literatura informativa do colonizador português sobre o Brasil (...) ²¹.

Para outros²², Gandavo mais noticia o Brasil do que executa uma descrição de cunho historiográfico, além de defender a política colonizadora portuguesa.

Este trabalho reconhece o aspecto conotativo da descrição empregada pelo autor como de propaganda reinol. No entanto, pretende discutir os mecanismos retóricos-políticos de um beletista do século XVI e de que maneira aquela repercute em sua pena, no afã em entender como o autor erige os retratos laudatórios sobre a terra.

Em Pero de Magalhães Gandavo há um sistema retórico assentado na moralidade do belo versus o disforme, amplificado pela filosofia de Agostinho e Santo Tomás de Aquino e reinterpretado pela exegese renascentista. As descrições narrativas do autor são fortemente impregnadas de tais valores e permite-nos conjecturar duas vertentes em sua visão de mundo. A flora e a fauna, em geral vistas como as de um paraíso edênico, versus os indígenas, tidos, quase, como bestas humanas, gente desprovida de civilidade, pois não têm Fé, Lei nem Rei e vivem em estado constante de subumanidade porque têm entre seus ritos a poligamia e a antropofagia. Acerca do discurso de vitupério este trabalho não pretende discorrer.

Ambas as visões são descritas e narradas por um homem de cultura renascentista que absorve as leituras de Plínio, Cícero, Quintiliano, além das de seus coevos. Considerado em alta conta por Camões, deste recebe um panegírico:

²¹CASTELO, José Aderaldo. *Notícias do Brasil*. Suplemento literário de **O Estado de São Paulo**, 13 de Agosto de 1960, p. 04.

²²ROMERO, Sylvio. Primeira Época ou Período de Formação (1500-1600). In: **História da Literatura Brasileira**, 2.ed. 1902. Ed. Garnier, RJ.

De Magalhães o livro, este só deve/De ser de vós ó Deoses
escolhido/ Isto Mercúrio disse: e logo em breve/Se conformarão nisto,
Apollo e Marte/E voou juntamente o somno leve/Acorda Magalhães, e já
se parte/A vos offerecer Senhor famoso/Tudo o que nelle pôs, sciência e
arte/Tem claro estylo ingenho curioso (...) ²³.

²³ Tercetos de Luis de CAMÕES. Ao muito illustre Senhor Dom Lionis Pereira sobre o livro que lhe offerece Pero de Magalhães. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil. Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. p.73.

I- A obra de Gandavo e suas edições

Um dos aspectos menos relevantes e mais questionáveis da biografia de Pero de Magalhães Gandavo afirma que este teria sido condenado ao degredo em África por amores com uma escrava. Esta informação refere-se a um dos sete documentos conservados na Torre do Tombo, apresentados por Luís de Matos²⁴.

Barbosa Machado²⁵ reconhece Gandavo como um excelente humanista e insigne latinista, nascido na cidade de Braga, de ascendência flamenga, como denota o sobrenome (derivado de Gand). Ainda, segundo Machado, Pero de Magalhães teria aberto uma escola pública de latim em sua província natal, entre Douro e Minho, onde supostamente foi casado. Talvez, segundo o estudioso, Gandavo nem tivesse conhecido o Brasil, não obstante sua *História da Província de Santa Cruz* ser ““considerada a primeira história do Brasil, apesar de restrita à descrição dos recursos econômicos, plantas e animais da nova terra””²⁶.

Seria o autor alguém que escreveu sobre aquilo que não viu? Na constituição histórica e epistemológica do Renascimento é demérito um autor não ter tido uma experiência empírica diante do relato assumido? Cremos que não. Mais que um aventureiro, um explorador de terras ignotas, ele seria um homem das Boas Letras, um letrado que faz de sua descrição mais do que um inventário propagandístico sobre uma terra, mas dialoga com as autoridades que nortearam o quinhentismo e, partindo delas, apresenta o Brasil, a Terra de Santa Cruz. Parece que o autor:

Elabora quatro versões sucessivas da mesma obra. Primeiro, o Tratado da Província do Brasil, manuscrito dedicado à rainha D. Catarina, em seguida, uma nova redação intitulada Tratado da Terra do Brasil, dedicado ao Cardeal Infante D. Henrique, e, finalmente numa terceira reescritura, Gandavo leva à tipografia, em 1576, a História da Província Santa Cruz, texto mais elaborado e caudaloso que os dois primeiros, e do qual se conhecem duas versões, a impressa por Antônio Gonçalves - que

²⁴ MATOS, Luís de. Pero de Magalhães Gandavo e o Tratado da Província do Brasil. In: **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**, vol III, nº 4, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p.625-639.

²⁵ MACHADO Barbosa, D. Biblioteca Lusitana, III. In: SILVA, Inocência Fco da. **Dicionário bibliográfico português. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

²⁶ VAINFAS, Ronaldo (Dir). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

quatro anos antes havia publicado *Os Lusíadas* - e a que se encontra em um rico manuscrito da Biblioteca do Mosteiro do Escorial.²⁷

A *História da Província de Santa Cruz* permanece ainda hoje como um texto vivo e saboroso. Contudo, não é uma história em sentido moderno, mas um relato renascentista, onde a experiência, a observação e o impulso em conhecer o Novo Mundo se mesclam a um imaginário às vezes medieval, como no capítulo IX: *Do Monstro Marinho que se matou na Capitania de Sam Vicente, Anno 1564*:

Foi causa tam nova e tam desusada aos olhos humanos a semelhança daquele fero e espantoso monstro marinho que nesta Provincia se matou no anno de 1564, que ainda que per muitas partes do mundo se tenha noticia delle, nam deixarei todavia de a dar aqui outra vez de novo, relatando por extenso tudo o que acerca disto passou; porque na verdade a maior parte dos retratos ou quase todos em que querem mostrar a semelhança de seu horrendo aspecto, andam errados, e alem disso, conta-se o sucesso deu sua morte por differentes maneiras, sendo a verdade huma só (...)²⁸.

Inventaria um mundo animal e vegetal até então desconhecido pelo Velho Mundo em um texto que abrange História Natural, política cortesã e investigação etnográfica, contudo a discussão se faz mais pelo viés teológico que antropológico. A *História da Província de Santa Cruz* somente conseguiu uma reedição em 1858.

Há apenas um exemplar em Portugal, comprado de um bibliófilo inglês e neste constam os poemas de Camões ofertados a D.Lionis Pereira. Estes apresentam diferenças textuais dos publicados nas *Rimas* camonianas de 1598, sinal de que o compilador dessa edição ou não conhecia o impresso de 1576, que já então seria raro, ou preferiu-lhe uma cópia manuscrita.

Em contrapartida, a obra *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa, com um Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, livro de formato pequeno tal qual um panfleto, pretendia ser um “guia fácil e simples para aqueles que escreviam (mal) o português²⁹. Esta obra mereceu três edições no século XVI: uma de Antônio Gonçalves em 1574, outra de Belchior Rodrigues em 1590

²⁷ HUE, Sheila Moura. Gandavo na Província de Santa Cruz, quinhentos anos depois. **Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces**. Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. p.335.

²⁸ GANDAVO, op. cit., p.179.

²⁹ HUE, op.cit., p.336.

e outra de Alexandre Siqueira em 1592, este acostado a *Exemplares de Diversas sortes de Letras*, tirados da Polygrafia de Manuel Barata.

O tom descomplicado do discurso da ortografia de Gandavo parece ter atingido plenamente seu objetivo, tornando-o o “*livro de gramática mais lido em Portugal*”³⁰. Nesta obra, para mostrar a excelência da língua portuguesa, cita Sá de Miranda, João de Barros, Diogo Bernardes, Antônio Ferreira e tece o primeiro elogio impresso a respeito de Camões: “*Vede as obras do nosso famoso poeta Luís de Camões de cuja fama o tempo nunca triunfará*”.

Narrador institucionalizado e de um estilo simples, Gandavo pretendia escrever para aqueles que pretendessem na terra emigrar. Contudo, seus destinatários eram os futuros emigrantes cortesãos e não a gente simples do reino, como atesta Hue:

(...) não era um autor institucional, não escrevia para os altos espíritos, mas num estilo “fácil e chão”, “desejoso de agradar a todos”, e com objetivos mais pragmáticos como o de atrair colonos para a então pouco habitada província tropical³¹.

Gandavo elabora informações fornecidas por João de Barros, Damião de Góis, Manuel da Nóbrega e Pedro Apiano, este citado apenas no manuscrito do Escorial. O livro é fortemente marcado por uma paratexto indiano, pois História é dedicada a D. Lionis Pereira “*governador que foi de Malaca e das mais partes do sul da India*” apresentado por dois poemas de Luís de Camões, poeta que havia passado dezesseis anos no Oriente. É curioso que, nestes poemas, o Brasil é apenas citado no verso “*a Terra Santa Cruz pouco sabida*”, sendo o motivo principal de louvor as façanhas guerreiras de D. Lionis em Malaca contra o rei de Achém. Camões apresenta Pero de Magalhães Gandavo através de uma espécie de concílio dos deuses. “(...) *A terça rima alegórica de Camões “Ao muito ilustre senhor Dom Lionis Pereira* (impresso como Elegia IV nas edições camonianas). Este encena a antiga tópica das letras e armas, louvado por Hermes àqueles homens de armas, como o capitão, governador em Málaca, a quem o livro é dedicado. Com o louvor destes varões ilustres, ao menos no esquema moral da recepção coetânea da obra, pretende-se

³⁰ HUE, op. cit., p.336.

³¹ Ibidem, pp.337.

exortar os então atores da potência do Império cristão a providenciar a posteridade de seus feitos com a cultura das letras que o perpetuam ³².

Que louvor immortal sempre mereça,
Isto assi dito, Apollo que da flama
Celeste guia os carros, da outra parte
Se lhe apresenta, e por seu nome o chama,
Dizendo: Magalhães, posto que Marte
Com seu terror t' espante, todavia
Comigo debes só aconselharte (...) ³³.

Como afirma Jorge Couto, “*o humanista bracarense teve a lucidez de acentuar que o futuro de Portugal se situava no Atlântico e não no Oriente*” ³⁴.

A obra gandaviana é um hino de louvor ao Brasil no que tange a sua fauna e flora: “*Terra fértil e viçosa*”, “*Terra em si mui rica*”, “*terras mui grossas e acomodadas pera se fazer nelas muita fazenda*”.

A enumeração de tais marcas encomiásticas evolui a ponto de o autor mostrar que uma terra tão abastada como esta somente carece de moradores. Há, sim, um hino, mas existe um apelo para que os portugueses se fixem no Brasil para fugirem da pobreza que assola Portugal.

Gandavo, como se observa na dedicatória de seu *Tratado da Terra do Brasil*, ofertado a Dona Catarina, viveu no Brasil antes de redigir a obra. Provavelmente tenha vivido na capitania da Bahia, como atesta documentação levantada por Barbosa Machado e conferida por Luís de Matos ³⁵, ou mesmo na capitania de Ilhéus ou de São Vicente, que conhecia bem. Ignora-se o ano da composição do opúsculo.

³² VALLE, Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. Introdução e Notas. In: GANDAVO **História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Hedra, 2008. p.38.

³³ AO MUITO ILLUSTRE SENHOR DOM LIONIS PEREIRA SOBRE O LIVRO QUE LHE OFFERECE PERO DE MAGALHAES, tercetos de Luis de Camoes, in: GANDAVO, Pero de.Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil. Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo,1980. p.70.

³⁴ COUTO, Jorge Couto. Comentário/ Pero de Magalhães Gandavo e a “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”, no contexto da cultura renascentista portuguesa. In: **O Reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Alfa, 1989, p.124.

³⁵MATOS, Luis de. Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, Volume III, Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulenkian, Lisboa, p. 625-639.

Capistrano de Abreu acredita em uma data anterior a 1573, porque Gandavo não se refere à divisão do Brasil em Dezembro de 1572 em dois governos, aos quais se referirá posteriormente em *História da Província de Santa Cruz*: o governo do Norte, chefiado pelo Conselheiro Luís de Brito de Almeida, que exerceu suas prerrogativas administrativas de 1573 a 1578, e cujo governo abrangia as capitanias do Norte até Ilhéus com sede em Salvador e o governo do Sul que abrangia de Porto Seguro a São Vicente. Esta Donataria tinha sede no Rio de Janeiro e foi administrada por Antonio de Salema entre 1574 e 1578. Além disso, Gandavo reconhece Duarte Coelho de Albuquerque e Vasco Fernandes Coutinho como donatários, respectivamente de Pernambuco e do Espírito Santo. Em realidade, o primeiro deixou de o ser em 1572, ano de seu regresso a Portugal. O segundo faleceu em fevereiro de 1571. Por outro lado, refere-se já ao falecimento de Pero Lopes de Souza, ocorrido antes de maio deste mesmo ano.³⁶

A obra consta de folha de rosto gravada a buril³⁷ por um artista que nela mesmo se assina no canto esquerdo abaixo:

i.l.”; licenças \ sem a declaração de ~ “Vendense em casa de João lopez livreiro na rua nova” ~/: tercetos de Camões a d. Lionis Pereira “sobre o livro que lhe offerece Pero de Magalhães”; um sonêto do mesmo autor “ao senhor Dom Lionis, acerca da victoria que ouvve contra el Rey do Achem em Malaca”; dedicatória de Gandavo; “Prologo ao lector”; seguindo-se então a “História.”

Dividida em 14 capítulos, constam desta obra 43 folhas numeradas, precedidas de 5 folhas não numeradas em dois exemplares: um datado de 04 de fevereiro de 1576, outro 10 de novembro de 1575.

No verso da folha 32, uma estampa ocupa a página inteira, representando o monstro marinho “*que se matou na capitania de Sam Vicente no anno de 1564*”, denominado Ipujiara e descrito no IX capítulo. A estampa foi feita pelo mesmo gravador da folha de rosto: Jerônimo Luís. A estampa ou gravura xilográfica que precede o XII capítulo representa a morte “*que dam aos cativos & crueldades que vsam com elles*”. Assim se apresenta a tipografia da obra que consta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

³⁶ cf. Sobre estas datas ver PORTO SEGURO, Visconde de. **História**, I, p.373, 419 n., V, p.311; LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, I (Século XVI - O Estabelecimento), Lisboa - Rio de Janeiro, 1938, p.224 n.6, 373.

³⁷ Cinzel de aço temperado para cortar metais e madeira, usado em trabalhos de gravura. / P. ext. Nome de vários instrumentos de aço com que se cortam metais ou se lavram pedras.

A Historia da Provincia sãcta Cruz\ a que ‘vulgar mete’ chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito Ills. ro sñor Dom Li/onis Pra governador que foy di’ Malaca & das mais partes/ do Sul na India. (Armas dos Pereiras)

(In fine:) Impresso em Lisboa, na Officina de Antonio/ Gonsalves. Anno de 1576./

In 4º (f.7ª: 16,4 x 10,7cms)

48 f.num, pela frente, 2 est.

[Notícias históricas, e militares da America. Nº 1, f. 4-51./ S.L. R 23,5, 1 nº 1³⁸

História da Província de Santa Cruz foi impressa em 1576 e, segundo Capistrano de Abreu, traduzida para o francês por Ternaux-Compans em 1837, reimpressa duas vezes quase cinquenta anos depois, avulsa em Lisboa e na Revista do Instituto Histórico e nos Anais da Biblioteca Nacional:

Voyages relations et mémoires originaux pour servir a l’histoire de la découverte de l’Amérique publiés pour la première fois en Français, par Henri Ternaux. Histoire de la province de Sancta-Cruz por Pero de Magalhães Gandavo. Lisbonne 1576. Paris, Arthus Bertrand, M.DCCC. XXXVII (1837)³⁹.

Segundo Ramiz Galvão, em 1858 “*pagava o Brazil justo preito de homenagem ao seu primeiro chronista, reimprimindo por sua vez a obra de Gandavo*” publicando-a na “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”⁴⁰ com uma litografia Impr. De Ed. Rensburg. Essa reedição se baseou no original acima descrito. No mesmo ano, Portugal também reimprimia essa obra:

Historia da provincia Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil feita por Pero de Magalhães Gandavo dirigida ao muito ilustre senhor Dom Leonis Pereira, governador que foi de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1858. In 12º; pról., XX págs.; 68 págs.⁴¹.

³⁸ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol.83, 1963. Brasiliana da Coleção Barbosa Machado. Catálogo organizado pela bibliotecária ROSEMARIE HORCH. Divisão de Publicações e Divulgação - 1967, p. 29-32.

³⁹ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol.83, 1963. Brasiliana da Coleção Barbosa Machado.

⁴⁰ Referida obra: TOMO XXI (1858) p. 367-430.

⁴¹ Idem

Essa reedição foi feita sobre cópia manuscrita existente na biblioteca da mesma academia, que a obtivera do extinto convento de Jesus. Faz parte essa edição do tomo 1º da “*Collecção de opúsculos reimpressos relativos à historia das navegações, viagens e conquistas dos Portugueses*”.

A edição brasileira é considerada mais correta que a de Lisboa visto ser a primeira feita sobre um exemplar da primeira edição, esta outra sobre cópia manuscrita, como de costume, pode haver alguns erros.

Em 1924 saiu nova edição pelo Anuário do Brasil com um prefácio de Capistrano de Abreu e algumas notas bibliográficas de Rodolfo Garcia. Nela vem ainda o “Tratado”, do mesmo autor, que até 1826 estivera em sua forma manuscrita. Naquele mesmo ano foi publicado no tomo IV da “*Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*”. Provavelmente a edição utilizada para este trabalho, ed. Itatiaia/Edusp, 1980, se ancore na ed. de 1924. Assim consta de sua nota de advertência:

PERO DE MAGALHÃES GANDAVO, o amigo de Camões, que lhe reconheceu “claro estylo, ingenho curioso, e a quem o Brasil devia um “Tratado” e uma “História”, esta publicada em 1576, aquele só em 1826, ambos ainda raros à consulta ou à aquisição dos inexpertos, tem agora reunidos, pela primeira vez, num tomo, as suas obras Do “Tratado” obtivemos cópia autêntica do manuscrito original, que se acha na Biblioteca do Porto, graças às obsequiosidade do illustre historiador portuguez Sr. João Lucio d’Azevedo; da “História” conferimos os textos publicados pelo Instituto Histórico e Geographico Brasileiro e pela Academia das Sciencias de Lisboa, ambos de 1858, com a primeira publicação que a nossa Biblioteca Nacional possui, na collecção Barbosa Machado: este erudito serviço de collação é do competente Sr. Dr. Rodolpho Garcia, a quem também pertence a “Nota bibliographica”. “O eminente historiador patricio Sr. Dr. Capistrano de Abreu, que tanto se interessa por nossas publicações, concorre com um douto artigo, que serve de “Introducção” e não é dos menores méritos desta edição.

De 1922 data uma tradução para o inglês sob o título: “*The Histories of Brazil by Pero de Magalhães now translated into English for the first time and annotated by John B. Stetson Jr., with a fac-simile of the Portuguese original 1576. New York, The Cortes Society 1922. 2 vols*”.

O primeiro volume contém a edição fac-similar, o segundo, a tradução, notas e bibliografia. Segundo Borba de Moraes, esta edição limitada de 250 exemplares foi “*the*

best one etant from the bibliographic aspect due to the sumptuosness of the publication, and the very complete bibliographical notes”.

O *Tratado* somente apareceu em 1826 no quarto volume da “*Collecção de noticias para a historia e geographia nas nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhe são vizinhas*”, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Foi escrito, em primeiro lugar, antes de 1573, porque não se refere à divisão do Brasil em dois governos. Por isso é possível supor que a estada de Pero de Magalhães Gandavo tenha ocorrido, se deveras ocorreu no governo de Mem de Sá (1558-1572).

Desde o século XIX, a *História da Província de Santa Cruz* foi lida como um relato de viagens, uma literatura de informação ou como “nossa” primeira história. Esta simples história ou tratado descritivo da costa do Brasil teve uma circulação restrita em seu século. Segundo Valle & Santos⁴² o livro foi recolhido após sua impressão, talvez, pelo fato de revelar segredos de Estado sobre a província portuguesa, como a posição de rios e cidades da costa do Brasil.

A versão impressa é dedicada a dom Lionis Pereira, varão de armas, capitão em Malaca no ano de 1564 e em Ceuta, 1580. Já o manuscrito foi dedicado ao Cardeal dom Henriques o futuro regente interino do reino e províncias portuguesas. Este governou entre o desaparecimento de Dom Sebastião em 1578 e a ascensão de Filipe II de Espanha em 1580.

O *Tratado da Terra do Brasil* e a *Historia da Província de Santa Cruz* cumprem, ambos, um papel institucional àqueles que representam as ordens superiores do Estado português, pois se tratam os textos de uma declaração de reconhecimento da costa brasileira por parte de um súdito que cumpre suas prerrogativas de vassalo através do uso das boas letras.

A partir da segunda metade do século XVI, as aprovações do Ordinário, da Inquisição e do Paço atestavam a verdade da instrução que o livro continha, segundo a autorização das leis católicas e do Império português.

⁴² VALLE & SANTOS, op.cit., p. 13.

Havia no Renascimento português os livros úteis - os de Lei e os Sagrados - como os de recreação- História ou Poesia. Nesta categoria de recreação se incluíam os de histórias fingidas que são os de cavalarias, *res ficta*, tendo como pares muitos gêneros da poesia, de outro lado, os de história verdadeira, como podem ser pensadas as crônicas, décadas e tratados da terra⁴³.

Somente a concordância entre as mesas (Ordinário, Inquisição e do Paço) conferiam a autorização para a impressão e circulação do livro. Logicamente, tal autorização se realizava a partir da averiguação qualitativa pautada nas prerrogativas do Concílio de Trento, ancorado na “Tradição”:

... esta verdade, e disciplina se contém em livros escritos, e sem escritos, nas Tradições, que recebidas pelos Apóstolos da boca de Cristo, ou ditadas pelo Espírito Santo, dos mesmos Apóstolos como de mão em mão chegaram até nos; seguindo o exemplo dos Padres Ortodoxos (...); como ditadas pela boca de Cristo, ou pelo Espírito Santo, e por uma contínua sucessão, conservadas na Igreja Católica (...)⁴⁴.

Segundo Valle e Santos, para o Concílio de Trento os livros deveriam estar sujeitos ao unânime consenso dos padres para não ofender o verdadeiro sentido e interpretação das escrituras:

... a ninguém é lícito imprimir, nem mandar imprimir Livros alguns de matérias sagradas sem nome do Autor, nem vendê-los daqui em diante; nem também tê-los em seu poder, sem serem primeiro examinados, e aprovados pelo Ordinário, sob pena de excomunhão (...). E se forem Regulares (os Autores) além deste exame, e aprovação, estarão obrigados a impetrar também Licença dos seus Superiores, sendo por eles examinados os livros, na forma das suas Constituições⁴⁵.

⁴³ cf. LOBO, RODRIGUES. In: Corte na Aldeia (1619). Obras políticas morais e métricas do insigne Portugues Francisco Rodrigues Lobo. Natura da Cidade de Leyria. Nesta última impressão novamente correcta, e postas por ordem. Offerecidas à Magestade sempre augusta do Sereníssimo Rey de Portugal. D. João V, nosso senhor. Lisboa Oriental: Na Officina Ferreyriana. 1723, p.3-4, apud: VALLE Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. **GANDAVO. História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Hedra, 2008. 156p.

⁴⁴ cf. Sessão IV, do Concílio de Trento. Retirada da edição bilíngue do século XVIII: O sacrossanto e ecumenico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez. Trad: João Baptista Reycendi. Lisboa: Na officina Patriarcal de Luiz Ameno, 1781, Tomo I, p.55, apud VALLE Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. **GANDAVO. História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Hedra, 2008. 156p

⁴⁵ cf. Sessão IV, do Concílio de Trento. Retirada da edição bilíngue do século XVIII: O sacrossanto e ecumênico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez. Trad: João Baptista Reycend. Lisboa: Na officina Patriarcal de Luiz Ameno, 1781, Tomo I, p. 61-63, apud: VALLE Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. **GANDAVO. História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Hedra, 2008. 156p

As penas também se estendiam para os impressores, vendedores, possuidores e leitores da obra. A censura do Ordinário em Portugal e Espanha já era exercida antes do Concílio de Trento. A licença do Ordinário subordinava-se à petição do Conselho Geral da Inquisição. Assim como os clérigos deveriam ter a permissão dos superiores da Ordem, os súditos deveriam se subordinar à aprovação do rei, o que em Portugal se fazia pela censura do Paço. “(...) *A aprovação do Santo Ofício apenas ratifica, aparentemente sem exame, a informação de que o livro não continha coisa que se pudesse considerar inimiga da santa Sé*”⁴⁶.

A IV Sessão do Concílio de Trento determina que ninguém distorça a sagrada Escritura em benefício próprio contra aquele sentido que abraça a Santa Madre Igreja a quem pertence julgar o verdadeiro sentido e interpretação delas. Os que a isso se opuserem sejam pelos Ordinários declarados, castigados e com penas estabelecidas por direito⁴⁷. A obra de Gandavo porta tal autorização:

Li a presente obra de Pero de Magalhães, por mandado dos Senhores do Conselho geral da Inquiçãam, e nam tem cousa que seja contra nossa Santa Fee catholica, nem os bons costumes, antes muitas, muito pera ler, oje dez de Novembro de 1575. - Francisco de Gouvea.
Vista a informaçam pode-se imprimir, e torne o proprio com hum dos impressos a esta Mesa: e este despacho e imprimirá no principio do Livro com a dita informaçam. Em Evora a dez de Novembro. - Manoel Antunes Secretario do Conselho geral do Santo Officio da Inquiçãam o fez de 1575 anos. - Lião Anriques. - Manoel dos Coadros⁴⁸.

⁴⁶ VALLE & SANTOS, op.cit., p.21.

⁴⁷ cf. IV Sessão, apud, op.cit, p 59-61.

⁴⁸ “APROVAÇAM”, In: GANDAVO, op.cit., p.69.

II – Os manuscritos de Gandavo

Segundo Hansen,⁴⁹ para bem compreender as preceptivas retórico-poéticas das letras coloniais é necessário considerar os fundamentos da neo-escolástica substancialista, a teologia-política doutrinária do poder da monarquia portuguesa, os padrões retóricos aristotélicos e latinos, a destinação utilitária das representações bem como as agências culturais, como a Companhia de Jesus e os meios materiais de comunicação das letras, inclusive os manuscritos. Uma variada gama das letras coloniais era publicada em forma de manuscritos. Realizavam-se como obras somente quando oralizadas em ocasiões oficiais, cerimoniais, polêmicas e informais⁵⁰.

Nos séculos XV/ XVI, a palavra é a manifestação mais convincente da autoridade, além de ser a fonte última. A visão agarra o objeto, a voz lhe dá sentido. O olhar ativa a audição. O texto atua como uma reescritura. Segundo Zumthor, o escrito nomeia, o dito mostra, a escrita simboliza e a imagem emblematiza⁵¹.

1) O anuscrito escurialense da *História da província Santa Cruz*

História da Província de Santa Cruz, obra de Pero de Magalhães Gandavo, publicada em 1576, possui uma única cópia e tem seu manuscrito IV. b na Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo del Escorial⁵².

Este texto que consta no manuscrito do Escorial esconde uma das histórias mais incríveis de espionagem levada a cabo por Felipe II em relação às novas terras da Coroa portuguesa; através de uma autorização régia, uma coleção de manuscritos portugueses foi

⁴⁹HANSEN, João Adolfo. Política católica e representações coloniais. **Revista Convergência Lusíada**, 21/ Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. 2005 p.113.

⁵⁰ A respeito de códigos bibliográficos, é útil lembrar os trabalhos de CHARTIERr, Roger. **Publishing Drama in Early Modern Europe**. The Panizzi Lectures 1998. London, The British Library, 1999; DIAZ, José Simon. **El Problema de los impresos literarios perdidos del Siglo de Oro**. Edad de Oro, 2. Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1983 p.127

⁵¹ ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz: “A Literatura Medieval**. Companhia das Letras. Tradução: Amalio Pinheiro (Parte I); Jerusa Pires Ferreira (Parte II).p. 126.

⁵² PEREIRA FILHO, Emanuel. Introdução. GANDAVO, Pero de Magalhães: **Tratado da Província do Brasil**. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1965.

levada secretamente em 1573 à referida biblioteca pelo emissário do rei, Giovanni Batista Gesio.

Armando Cortesão⁵³ e Emanuel Pereira Filho não encontraram elementos que apontassem o manuscrito escurialense da *História da província Santa Cruz* na lista dos livros levados para a Biblioteca do Escorial em 1573. Desta maneira, os estudiosos não puderam identificar corretamente sua origem e a data de sua redação.⁵⁴

Na lista enviada a Felipe II, composta pelo cronista Juan Lopez de Velasco, encontram-se *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco e dois livros sobre a navegação de Magalhães - "*un tratado de la tierra del Brasil en portugués*"⁵⁵.

Os manuscritos listados pelo cronista filipino foram coligidos por Giovanni Bautista Gesio, napolitano, que esteve a serviço do embaixador espanhol Don Juan de Borja e que permaneceu em Lisboa de 1569 a 1573.

Em uma época em que pouco se imaginava acerca da união dos impérios ibéricos, por causa da proibição da circulação de mapas e informações sobre as possessões portuguesas tal missão consistia em reunir e enviar ao rei espanhol o maior número de roteiros e mapas relativos às terras da Coroa portuguesa. Este lote de manuscritos foi destinado à nova biblioteca de Felipe II e a obra de Gandavo aí se incluía.

Acredita Hue⁵⁶ que o texto que precede a *História da província* publicada em 1576 era um manuscrito copiado sob encomenda de um espião e elaborado especialmente para Felipe II. Segundo a estudiosa, as características materiais do manuscrito confirmam a importância de seu destino.

A versão escurialense, segundo Hue, é obra de copista profissional. Possui página de rosto com título emoldurado por frontão composto por colunas de capitel jônico, cuidadosamente colorido. Traz os títulos de cada capítulo enquadrados em elaboradas

⁵³ CORTESÃO, Armando. **Portugaliae monumenta cartographica**. Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, 1960.

⁵⁴ CORTESÃO, Armando. **Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI**. Lisboa, 1935, tomo II, p. 278-280.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ HUE, Sheila Moura. **Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: Das Variantes textuais e das atribuições autorais**. Disponível em: <http://www.prppg.ufes.br>

molduras policrômicas e as capitulares desenhadas em cores e adornadas de elementos vegetais. Traz, ainda, duas ilustrações: a figura de um monstro marinho e um mapa do Brasil. A página de rosto e a figura do monstro foram reproduzidas, quase da mesma forma, na edição de 1576.

Diferentemente da versão impressa, o códice escurialense registra que o Brasil foi descoberto em 1503 e que o novo continente se chama América por causa de seu descobridor, Américo Vespúcio. Esses dois dados - que não estão na versão impressa -, flagrantes tropeços de conhecimento histórico, talvez não sejam da responsabilidade de Gandavo.

Para Hue, o códice do Escorial foi copiado de um modelo, provavelmente do original de Gandavo, mas pode não ter sido exatamente fiel a ele. Um possível "revisor" pode ter inserido modificações no manuscrito original que, desta forma, foi reproduzido pelo copista do códice do Escorial. Uma das inovações da *História da província*, relativamente aos dois *Tratados* anteriores, era exatamente o capítulo primeiro em que se conta o descobrimento do Brasil e o motivo pelo qual a terra deveria ser chamada Santa Cruz e não Brasil. Esse capítulo foi inteiramente baseado na *Década Primeira* de João de Barros. Tinha o autor bracarense, provavelmente, conhecimento da *Crônica do Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, onde também há uma narração sobre o descobrimento do Brasil; além disso, provavelmente Gandavo trabalhou na Torre do Tombo quando Góis foi guarda-mor do arquivo e cronista do reino.

Desta maneira, é possível concluir, segundo a reflexão de Barbosa Machado, que, como humanista e latinista, portanto um homem das letras seria improvável que Gandavo registrasse a data de 1503 para o descobrimento do Brasil.

Tal falta de precisão, talvez, advém de um "revisor" envolvido na produção do manuscrito escurialense que, não tendo conhecimento dessas fontes de informação usadas por Gandavo, incorreu em um erro comum na época: 1503 é o ano da então afamada viagem de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio ao Brasil, além de ser o ano do estabelecimento da primeira feitoria brasileira. Segundo Hue, no que se refere a Américo Vespúcio como descobridor da América, não se pode afirmar se Gandavo teria ou não esta informação. Mas é fato que foi retirada da versão final publicada em 1576.

Outro dado que parece ter sido inserido por esse possível "revisor" é uma referência, entre parênteses, à cosmografia de Pedro Apiano no trecho em que são descritos os gambás. Uma das características do livro do Gandavo, em relação à descrição de animais e plantas, é justamente o não se basear em fontes escritas, ou pelo menos, em tópicos não explícitos, como a citada em relação ao topônimo da terra em que faz uma clara alusão a João de Barros.

Para Hue, a sua descrição da natureza brasileira parece ser inteiramente baseada na observação direta e não lança mão de comparações com animais descritos por Plínio ou outros autores, como costumavam fazer os cronistas de sua época. Por isso, soa muito pouco usual em Gandavo a referência a Pedro Apiano e aos animais por ele descritos. O autor de *História da Província de Santa Cruz* procurava ser menos atrelado em suas descrições às autoridades no tocante à fauna.

O manuscrito do Escurial, contrabandeado pelo astrólogo e cosmógrafo de Felipe II, Giovanni Batista Gesio, pode ter sido feito sem o conhecimento do autor; hipótese que eximiria Gandavo de uma possível traição aos interesses políticos de seu país.

As duas versões da *História da província Santa Cruz* (o manuscrito escurialense e a edição impressa em 1576) são muito similares, mas algumas diferenças dizem muito sobre o processo de aperfeiçoamento e sobre as modificações que seu autor julgou necessárias para a publicação da obra. Além das atualizações lingüísticas, há a introdução de um novo capítulo (sobre o modo de vida dos colonos) e o segundo capítulo ganha, na edição impressa, um novo título e uma nova redação. De acordo com a política de segredo vigente, o capítulo dois do manuscrito, que tem como título "*Em que se descreve o sítio, demarcação e qualidades desta província*" passa a se chamar, na versão publicada, "*Em que se descreve o sítio e qualidades desta província*". A "demarcação" da nova terra (um longo trecho presente no manuscrito e não incluído na última versão) mostrava-se matéria não adequada a um livro impresso e na versão impressa não temos, como indica o novo título, as informações relativas à demarcação das fronteiras, matéria esta de disputa entre as duas coroas ibéricas. Seria uma inteligente alteração, tendo em vista a aprovação do livro pela censura do paço. No manuscrito escurialense da *História da província*, copiado antes de 1573, encontramos a seguinte redação (os grifos são de Hue):

Cap. II. Em que se descreve o sitio, demarcação, & qualidades desta província.

O princípio desta província sancta Cruz dista dous graus da equinocial pera a banda do sul, a que chamão polo antártico. Tem por linha direita de norte a sul em mayór distancia quarenta e cinco graos, e fica situada vinte e tres e meyo debaixo da zona tórrida, e os mais que restão debaixo da temperada. Sua medida de levante a ponente não he em todas as partes ãa, por causa de estar formada á maneira de ãa arpa, de modo que em principio tem dezoito graos: e dahi pera o sul de cada vez se vay mais estreitando, até ficar em ãa po[n]ta aguda, que procede de ãa linha meridional, que está trezentas e setenta e cinco legoas a soeste de sancto Antão ilha das do cabo verde. Aqual tocando a América (que he ãa das quatro partes do mundo onde cae esta província, cujo nome se dirivou de Americo Vespucio seu descobridor) a costa na forma já dita, mostrando a Raya e lemite por onde partem os Reis de Portugal e Castella. Pela banda do norte, corre sua costa leste o este, e está olhando diretamente a equinocial. E pela do sul acaba dez graos até daquelle espantoso rio da Prata: o qual entra no oceano com quarenta legoas de boca: e he tão o impitu de agoa doce que traz de todas as vertentes do Perú, que os navegantes primeiro no mar bebem suas agoas que veção a terra donde este bem lhes procede. Pela banda de leste, corre sua costa desde seis graos até vinte e tres quasi nórt e sul. E desta altura que he o cabo frio, torna a costa diretamente a soeste até o rio de Janeiro. E dahi corre nornordeste e sussudueste, até a boca do mesmo rio da prata. E a mais distancia dos graos que avãte restão, se corre quase ao sudueste ate chegar a Raya, onde por costa faz fim como já disse. **Esta província por toda esta parte cõfina com o mar oceano, e olha diretamente os Reinos de Congo e Angola até o cabo de boa esperanza que he o seu opposito. E pela de soeste confina com as altíssimas serras dos Andes e fraldas do Perú:** as quais são tão soberbas encima da terra, que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje um só caminho lhe acharam os homens vindo do Peru a esta província: é este tão agro, que em o passar perecem águas pessoas, caindo do estreito caminho que trazem, e vão parar os corpos mortas tam longe dos vivos, que nunca os mais vem, nem podem ainda que queiram darlhes sepultura.⁵⁷

⁵⁷ HUE, op. cit.

Na *História da província de Santa Cruz*, impressa em 1576, encontramos a seguinte redação (grifo de Hue):

CAPÍTULO 2

Em que se descreve o sítio e qualidade desta província

Esta provincia Santa Cruz està situada naquella grande America, uma das quatro partes do mundo. Dista o seu principio dous graos da equinocial para a banda do Sul, e dahi se vai estendendo para o mesmo sul atè quarenta e cinco graos. De maneira que parte della fica situada debaixo da Zona torrida e parte debaixo da temperada. Està formada esta Provincia á maneira de hũa harpa, cuja costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando diretamente a Equinocial; e pela do Sul confina com outras Provincias da mesma America povoada e possuidas de povo gentilico, com que ainda nam temos communicam. **E pela do Oriente confina com o mar Oceano Africo, e olha diretamente os Reinos de Congo e Angola até o Cabo de Boa Esperança, que he o seu opposito. E pela do Occidente confina com as altissimas serras dos Andes e fraldas do Perú,** as quaes sam tam soberbas encima da terra que se diz terem as aves trabalho em as passar. E atè hoje hum só caminho lhe acharão os homens vindos do Perú a esta Provincia, e este tam agro que em o passar perecem algumas pessoas cahindo do estreito caminho que trazem, e vam parar os corpos mortos tam longe dos vivos que nunca os mais vem, nem podem ainda que queirão dar-lhes sepultura.⁵⁸

As linhas ressaltadas através do grifo apontam o momento em que as redações passam a ser muito semelhantes. Como é notório através da comparação das duas versões, a longa e detalhada "demarcação" da província do manuscrito escurialense dá lugar a uma sumária "demarcação", na versão impressa em 1576. Quando aprontou o texto destinado ao prelo Gandavo retirou o trecho que não era conveniente divulgar e que era de conhecimento da Coroa espanhola contrabandeado por Gesio.

Assim como as informações sobre a demarcação das fronteiras - omitidas na versão impressa -, o mapa do Brasil também é uma novidade do manuscrito em relação ao texto de 1576 e funciona como uma ilustração do capítulo 2 (o que trata da demarcação). Traz a mesma moldura empregada nos títulos dos capítulos e possui as dimensões exatas do restante do códice, o que comprova que foi feito especialmente para o manuscrito. As informações geográficas contidas no mapa, no entanto, não reproduzem exatamente as descrições e as demarcações de fronteiras contidas no capítulo 2: no mapa as dimensões do

⁵⁸ HUE, op. cit.

Brasil são bastante ampliadas (ou deformadas), incluindo um longo trecho de costa abaixo do rio da Prata, estendendo a linha do Tratado de Tordesilhas mais a leste do que o acordo determinou; não há a representação das lagoas descritas por Gandavo.

Essa diferença de informações entre o texto e o mapa indica que a carta do Brasil não estava originalmente relacionada à *História da província de Santa Cruz*, tendo sido incluído no manuscrito por Giovanni Batista Gesio, ou por alguma figura a ele ligada, na intenção de enriquecer o códice e agregar um material altamente valorizado para as discussões sobre a demarcação da fronteira entre as possessões portuguesas e espanholas. Como observou Jorge Couto, o principal objetivo da missão de Gesio era adquirir “*cópias das espécies mais importantes que eram necessárias para a definição das negociações da Espanha com Portugal sobre a delimitação de fronteiras no Novo Mundo e no Oriente*”⁵⁹.

Segundo Hue, o mapa do Brasil contido do manuscrito dificilmente seria elaborado por Gandavo ou por algum copista, pois a sua confecção era um trabalho especializado. Giovanni Batista Gesio, o espião de Felipe II em Lisboa, conseguiu reunir um acervo de mapas, roteiros e descrições geográficas enviados ao Escorial com o auxílio do cartógrafo jesuíta português Luís Jorge Barbuda.⁶⁰

No entanto, logo após a remessa do lote de manuscritos à Espanha, a proibida colaboração de Barbuda foi descoberta e ele capturado quando se encaminhava para Madri. Preso e processado por traição em Lisboa conseguiu fugir para a Espanha, onde foi regiamente recompensado⁶¹. O único mapa conhecido de Luís Jorge Barbuda (Ludovico Georgio) é uma carta da China. Entretanto, o que se conhece não é a carta autógrafa de Barbuda, mas uma gravura, impressa em 1584, feita a partir de um original que se perdeu. Levando em consideração o envolvimento de Luís Jorge Barbuda na obtenção dos manuscritos enviados ao Escorial - envolvimento atestado por sua prisão, pelo processo que enfrentou e pela remuneração que obteve de Felipe II -, entre os quais estava o manuscrito da *História da província de Santa Cruz*, parece provável que o mapa seja obra do cartógrafo jesuíta.

⁵⁹ COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

⁶⁰ CORTESÃO, Armando. **Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI**: contribuição para um estudo completo. Tomo II. Lisboa: Seara Nova, 1935. - 2 v.

⁶¹ *Ibidem*.

Se tal hipótese se confirmasse, o mapa do manuscrito escurialense seria o único autógrafo de Luís Jorge Barbuda.

Essa relação entre o jesuíta Barbuda e o espião Giovanni Batista Gesio remete-nos, por associação de idéias, à relação entre Pero de Magalhães de Gandavo e os jesuítas. O cronista, na versão escurialense da *História da província de Santa Cruz* - que é a terceira versão de seu livro sobre o Brasil - incluiu um capítulo sobre "O fruto que fazem nestas partes os padres da companhia com sua doutrina" tenta modificar a sua antes desapiedada visão dos índios; a perspectiva extremamente negativa presente nos dois *Tratados* passa a conviver com os novos trechos em que o índigenas são descritos de forma menos bestial.

Entre a feitura dos dois primeiros *Tratados* e da versão manuscrita da *História*, Gandavo parece ter sofrido uma espécie de conversão à ideologia da Igreja, especialmente à causa dos jesuítas no Brasil. A começar pelos títulos - *Tratado da província do Brasil e Tratado da Terra do Brasil* - renegados com o novo título *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos*. A nomenclatura inicialmente adotada para a terra (Brasil) passa a ser vista como obra do "demônio" dando lugar ao nome "Santa Cruz".

Os motivos que levaram Gandavo a essa mudança de enfoque podem estar ligados a vários interesses: seja por uma estratégia de publicação (visando à obtenção da licença da Santa Inquisição), por uma necessária aliança política ou por uma legítima causa movida pela fé. Os *Tratados*, por exemplo, apresentam as capitânicas com seu potencial econômico, seus respectivos donatários e os "mosteiros" da Companhia de Jesus.

A inserção de um novo capítulo, na versão inteiramente dedicada às ações dos jesuítas no Brasil – "*Do fruto que fazem nestas partes os Padres da Companhia com sua Doutrina*"- claramente indica uma aproximação concreta entre o autor (Gandavo) e os padres da Companhia de Jesus. Essa aproximação provavelmente indicaria que o manuscrito da *História da província de Santa Cruz* seria de conhecimento de alguns padres da Companhia, gerando, portanto, um interesse, por parte do autor, em favorecer a aprovação do livro junto aos dominicanos que eram os responsáveis pelas licenças de publicação:

Por todas as Capitãncias desta Província estão edificados Mosteiros dos Padres da Companhia de Jesus e feitas em algumas partes algumas Igrejas entre os Índios que sam de paz onde residem alguns Padres pêra os doutrinar e fazer Christã ⁶².

Na edição utilizada nesta pesquisa o termo “mosteiro” aparece como o espaço em que os jesuítas viviam. Contudo, é interessante se perguntar se os inicianos se referiam a este como Mosteiro. É plausível deduzir que tal termo se incorporou no discurso gandaviano a fim de que seu texto fosse aprovado pela mesa inquisitorial que era dominicana. Talvez as mesmas relações que abriram as portas da publicação tenham levado a obra, ainda em seu estágio inicial, por um atalho suspeito, a circular em território espanhol, contrariando as intenções de seu autor e os interesses políticos de seu país.

⁶² GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil. Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. p.142.

III. A fortuna crítica da obra de Gandavo

Para Picchio⁶³, a obra *História da Província de Santa Cruz* a que vulgarmente chamamos Brasil (1576) de Pero de Magalhães Gandavo⁶⁴ é uma apologia da ação jesuítica no Brasil. O mais interessante desta, segundo a autora é o levantamento descritivo operado pelo autor no tocante às plantas, frutos, animais exóticos e nas alusões aos metais e pedras preciosas que ofuscam a visão do visitante. Se, de um lado afirma que a obra possui um “*alarde de erudição*”⁶⁵, por outro define seu estilo pejorativamente chão, além de nos mostrar um Gandavo que mais exalta do que informa:

Nele não se reconhece a marca de quem, na esteira do grande João de Barros, precedentemente se metera a codificador de escritura e louvador da língua portuguesa, como na obra Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia portuguesa com um Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua, Lisboa, 1574⁶⁶.

Há os que vêem a *História* de Gandavo como uma descrição sucinta das capitanias referindo sumariamente a sua geografia, condições meteorológicas, flora e fauna, contudo, para alguns críticos, tais relatos são desprovidos do *ethos* de um cronista inscrito nas Boas Letras quinhentista. Segundo Motta: “*Nada accentúa de maior importancia, por falta de competencia e de conhecimento da região*”⁶⁷.

Para Coutinho⁶⁸, a partir do autor bracarense há o aparecimento de obras atreladas mais a descrições objetivas sobre a terra. Além disso, afirma que algumas delas eram destinadas a poucos leitores e todas visavam evidentemente a uma propaganda imigratória.

Romero, através de uma pena marcadamente historicizada⁶⁹ mostra Gandavo como um autor que descreve o Brasil seiscentista através dos centros mais populosos, como:

⁶³ PICCHIO, Luciana Stegagno. As Grandezas do Brasil e a Catequese Jesuítica. In: **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, S.A, 1997. p. 83.

⁶⁴ cf. SILVEIRA, Joaquim da. **Gandavo, não Gândavo**. In: Brasília, III, 9. Coimbra 1946, p.525-528.

⁶⁵ PICCHIO, op. cit., p. 83

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ MOTTA, Arthur. **História da Litteratura Brasileira. Época de Formação (Séculos XVI e XVII**. Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1930. p.69.

⁶⁸ COUTINHO, Afrânio. A Literatura e o Conhecimento da Terra. In: **A Literatura no Brasil**. Volume I. Editora Global, pp. 233-234.

Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Vicente em num momento histórico em que o ensino era ministrado pelos inacianos. A mestiçagem já mostrava sua face através da tríade: português, índio e negro.

Sodré⁷⁰ identifica os autores do quinhentismo como prosadores de utilidade para o conhecimento da terra e da gente. Contudo, os distancia do campo da literatura negando-lhes arte e engenho em suas penas.

Castelo⁷¹, um dos únicos a ver em Gandavo uma poesia encomiástica, sem tratá-la em um sentido pejorativo, afirma que:

Acompanhando a obra de Gandavo, que é sobre o Brasil, e por isto de relativa repercussão no ambiente colonial, podemos apontá-lo como o primeiro exemplo português, oferecido às manifestações literárias do Brasil-Colônia, da poesia encomiástica que se tornará tão fértil e frequente entre nós, do século XVI ao XVIII. Quanto às intenções da obra em si, definidas no ‘Prólogo ao leitor’, é a definição mesma dos próprios objetivos da literatura informativa do colonizador português sobre o Brasil(...)

(...) Distribuída em capítulos regulares, a matéria da obra é de natureza histórica, sobre as primeiras ocorrências e desenvolvimento da colonização, a partir da notícia do descobrimento, alargando-se logo mais em informações variadas, ao alcance da experiência do autor, sobre as condições de vida no Brasil - Colônia, a sua fertilidade e as suas riquezas naturais, a situação ou o estado do elemento indígena.

Gandavo apresenta uma obra elaborada, segundo Castelo⁷² organicamente inserida no “espírito” dos cronistas portugueses seiscentistas, além de ser dotada de um acentuado caráter erudito. O crítico se refere à edição de Assis Cintra - Nossa Primeira História (com cinco gravuras) - São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922. Esta contém a *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* e a Carta de Pêro Vaz de Caminha.

⁶⁹ ROMERO, Sylvio. Livro II: Primeira Época ou Período de Formação (1500-1750). Capítulo I: Estado do paiz em fins do seculo XVI. Poetas e chronistas n’esse tempo. In: **Historia da Litteratura Brasileira**. Tomo Primeiro (1800-1830). 2 ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902, p. 113.

⁷⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira: Seus fundamentos econômicos**. Quarta edição. Editora Civilização pp.80.

⁷¹ CASTELO, José Aderaldo. Notícias do Brasil. In: **O Estado de São Paulo**, 13 de agosto de 1960, p.04

⁷² _____ . **A Literatura Brasileira**. Manifestações Literárias da Era Colonial (1500-1808/1836). Vol I. São Paulo: Cultrix. 1965, p.35.

Segundo Castelo, a matéria da obra é de natureza histórica e versa sobre as primeiras ocorrências e desenvolvimento da colonização a partir da notícia do descobrimento, alargando-se em informações variadas ao alcance da experiência do autor sobre as condições de vida no Brasil - Colônia, bem como sua fertilidade e as riquezas naturais, além da situação e do estado do indígena. Dada a simplicidade de seu estilo, “*sobressai muito mais a preocupação informativa do que o enaltecimento ou desprezo*”⁷³.

Contudo, parece-nos ambígua tal afirmação do crítico, pois no artigo de jornal acima extraído, insere Pero de Magalhães como um dos precursores da poesia/encomiástica que se iniciará no século XVI e adentrará o XVII; e, nestas últimas linhas afirma que Gandavo preocupava-se mais em informar do que louvar ou vituperar a terra.

Capistrano de Abreu⁷⁴, dos críticos literários é um dos que mais se dedicou a Pero de Magalhães Gandavo. Identifica o autor como natural da cidade de Braga, descendente de flamengos e, como seu nome indica, Gandavo corresponde a Gantois, morador ou filho de Gand. Atesta o crítico que o autor bracarense residiu algum tempo no Brasil, porém não precisa esta estadia. Reconhece-o como excelente latinista, humanista e fundador de uma escola pública entre o Douro e o Minho, onde foi casado, além de ser, o autor, amigo de Luís de Camões.

Abreu supõe que, devido às minúcias dos relatos acerca da capitania de S. Vicente e Ilhéus, julga que Gandavo, possivelmente, tenha residido em uma delas. Além disso, considera o crítico literário que o nome *História* cai-lhe mal. Afirma que a obra gandaviana versa sobre o descobrimento da terra. Aduz que Gandavo elenca em seu texto o nome dos primeiros donatários, as primeiras explorações da costa e as feitorias. Afirma que sua “*história é antes natural que civil (...)*”⁷⁵.

Para Capistrano de Abreu, o autor da *História da Província de Santa Cruz* pretende incentivar as pessoas pobres a virem povoá-la e sua obra é de inspiração utilitária.

⁷³ CASTELO, op. cit., 1965, p.36.

⁷⁴ ABREU, J. Capistrano. **Ensaio e Estudos: Crítica e História**. 2ª Série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1932, p 297-304.

⁷⁵ GANDAVO, Pero de Magalhães. Introdução. In: **Tratado da Terra do Brasil / História da Província de Santa Cruz**. Editora Itatiaia/ Edusp, p. 15

Contudo, mostra-nos um autor curioso e convicto. Para Gandavo por detrás das aparências das coisas escondem-se mistérios que podem ou não ser revelados.

Acerta Capistrano de Abreu em considerar que a obra gandaviana é de carácter utilitário, um laudo documental de um vassalo do Rei de Portugal, adaptado às conformidades institucionais que um impresso tinha de ter.

Para Ricardo Martins Valle e Clara C. Santos, “*Barbosa Machado inventou em meados do século XVI elementos da vida do autor*”.⁷⁶ Ao contrário dos estudiosos, julga-se, em realidade, que Barbosa Machado⁷⁷ deduziu acerca da suposta biografia gandaviana muito mais por exclusão de homônimos do que por invenção.

A documentação analisada por Machado encontra-se nos Livros da Chancelaria da Torre do Tombo. Segundo Matos⁷⁸, esta documentação encontrada por Barbosa Machado abrange o período de 1533 a 1582 e, nesta, encontram-se alguns “Peros de Magalhães”. Há um homônimo, morador em Ega, “a quem o lavrador João Pires, morador na Longa, termo de Miranda, perdoava em 1533: “*toda injuria, emenda e corregimento que contra ele podia ter por razão de ele com outros saltarem com ele João Pires e o ferirem e o escalavrarem e per força lhe lavrarem uas suas terras*”⁷⁹.

⁷⁶ VALLE, & SANTOS, p.10.

⁷⁷ cf. BARBOSA MACHADO, D. Biblioteca Lusitana, 2ª ed., III, Lisboa, p.580-1. In: SILVA, Inocêncio Fco da. **Dicionário bibliográfico português**. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

⁷⁸ MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Volume III, Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulenkian, Lisboa, p 625-639

⁷⁹ cf. Chancelaria de D. João III, Livro 9 (Perdões), fol. 432v: Évora, 5 de Dezembro de 1533, apud MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Volume III, Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulenkian, Lisboa, p 625-639.

Parece que este campônio nada tem a ver com tal de:

Pero de Magalhães, filho de Pero Fernandes, morador no lemite d’Azeitão, termo da vila de Cezimbra”, que Álvaro de Carvalho, capitão de Margazão, armara cavaleiro em 1557 “por se achar em todas as pelejas, brigas e corridas que o dito capitão com Mouros tivera e se na terra fizeram e em todo o mais eu nela aconteceu depois que o dito Pero de Magalhães a dita vila chegara ⁸⁰.

Nem deve, tampouco, ser identificado o autor da *Historia da Provincia de Santa Cruz* com um Pero de Magalhães, nomeado em 1563

... escrivão das sisas do dito concelho de Cabeceira de Basto, do almoxarifado de Guimarães, assi e da maneira que o ele deve ser e o até ora foi João de Magalhães que o dito ofício tinha per minha carta e o renunciou em minhas mãos⁸¹.

Se investigados o lugar de residência, a cronologia e a profissão desses Peros de Magalhães supomos que se trata de três homônimos distintos. Nas palavras do escrivão de Cabeceiras de Basto, provavelmente ainda vivo em 1582:

Faço saber que mestre Pero de Magalhães, escrivão das sisas no concelho de Cabeceira de Basto, me enviou dizer per sua petição que indo o corregedor da comarca ao dito concelho o culpavam na devassa que o dito corregedor tirara, dizendo que ele fazia muitas penhoras e delas levava vinte reais de cada auto sem o fazer, e levava tres reais de cada avença, estando já pagos ao outro escrivão; e também deziam ser remisso e negligente no serviço do dito ofício, pelas quaes estava sospenso, pelo que me pedia houvesse por bem de lhe perdoar a culpa que no caso tivera ⁸².

Pelo que se conhece da biografia de Pero de Magalhães Gandavo delegada por Barbosa Machado e mais tarde referendado por Capistrano de Abreu é pouco crível que se deva identificá-lo com qualquer dos homônimos acima apontados.

⁸⁰cf. Chancelaria de D. Sebastião, Livro I (Privilégios, fol 296 v-297v: Lisboa, 25 de junho de 1558, apud MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Volume III, Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulenkian, Lisboa, p 625-639.

⁸¹cf. Chancelaria de D. Sebastião, Livro 9 (Privilégios), fol. 185v-186r: Lisboa, 6 de Fevereiro de 156, apud MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Volume III, Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulenkian, Lisboa, p 625-639.

⁸² cf. Chancelaria de Filipe I, Livro 11 (Perdões), fol. 251r: Lisboa, 12 de Junho de 1582, apud MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Volume III, Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulenkian, Lisboa, p 625-639.

A documentação mais provável para se remontar a biografia do autor e que consta na Torre do Tombo diz respeito a um Pero de Magalhães, morador de Lisboa, que em 1577 era criado de D. Álvaro de Castro e outro Pero de Magalhães, moço da câmara de D. Sebastião, que em 1576 era copista da Torre do Tombo. A comutação de pena concedida em 1577 ao criado de D. Álvaro é desta maneira concebida:

Faço saber que Pero de Magalhães, morador nesta cidade de Lisboa, me enviou dizer por sua petição que ele fora acusado per dom Álvaro de Castro, fidalgo de minha casa, dizendo que sendo criado do dito dom Álvaro tivera acesso carnal com ua sua escrava de guarda, pela qual culpa na mor alçada fora condenado em um ano de degredo pera África com pregão em audiência, de que é feito execução; e porque ele era latino e se queria ir agradauar em algua ciência na Universidade de Coimbra e fazer-se clérigo, me pidia lhe fizesse mercê de lhe comutar o dito degredo pera fora desta cidade e seu termo e receberia mercê. E visto seu requerimento (...) me praz de lhe comutar o ano de degredo em que foi condenado pera África em um ano e dous meses pera fora desta cidade de Lisboa, dez légoas do redor⁸³.

Já o alvará de 1576, que se refere ao moço de câmara de D. Sebastião e copista da Torre do Tombo, é do seguinte teor:

Eu el rei faço saber aos que este alvará virem que havendo eu respeito a Pero de Magalhães, meu moço de câmara, servir na Torre do Tombo em terlar alguns livros e papeis de meu serviço e por confiar dele que no encarregar me servirá bem e fielmente, hei por bem, por lhe fazer mercê, que ele sirva de provedor de minha fazenda na capitania da cidade de Salvador da Baía de Todos os Santos, nas partes do Brasil, por tempo de seis anos, não sendo primeiro provida a pessoa que tem o dito cargo per minha provisão ou não mandando eu no dito tempo o contraíro; o qual cargo servirá conforme ao regimento dos provedores da dita capitania e haverá com ele de ordenado em cada ano trinta mil reais. Pelo que mando ao governador das ditas partes e ao provedor moor delas que lhe dêem a posse do dito cargo e lho deixem servir e haver o dito mantimento, o qual lhe pagará o almoxarife da dita capitania e com seu conhecimento; e o terlado deste que será registrado no livro de sua despesa pelo escrivão de seu cargo lhe será levado em despesa o que lhe pela dita maneira pagar e ele jurará em minha chancelaria que servirá bem e verdadeiramente, guardando a mim meu serviço e as partes seu direito; e este valerá como carta, posto que o efeito dele há de durar mais de um ano, sem embargo da ordenação do 2º livro em contraíro. Jerônimo de Sequeira o fez em

⁸³ Cf. Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 22, fol 215r: 1577, sem indicação de lugar, mês e dia, apud MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Volume III, Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulenian, Lisboa, p 625-639.

Lisboa a 29 de Agosto de 1576. Gaspar Rebelo o fez escrever. Concertada Pero d'Oliveira. Concertada Belchior Monteiro ⁸⁴.

Para Matos, este último é o autor de *História de Província de Santa Cruz*, apesar do termo “latino” referir-se ao homônimo de 1577. Também tributários desta mesma perspectiva, Barbosa Machado e Capistrano de Abreu supõem, por exclusão, que o autor da referida obra seja o homônimo acima citado:

O que se conhece da sua vida - a sua cultura, a sua estadia no Brasil, por mais ou menos tempo, até cerca de 1570 e a redação das suas obras antes de 1576 - induz facilmente a esta identificação. Compreende-se efectivamente que sua formação literária o designasse para “servir na Torre do Tombo” e que a sua experiência brasileira e a publicação das Regras e, sobretudo da História o indicassem para o cargo de provedor da fazenda da capitania de S. Salvador da Baía ⁸⁵.

Dos estudos feitos por Gandavo nada se sabe. Contudo, chamá-lo de insigne humanista e latinista não parece reprovável, pois, mesmo não sendo o homônimo de 1576 e sim o de 1577, é indubitável que fosse versado em latim, pois, caso contrário, não teria redigido uma obra como *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortographia da língua portuguesa*. Nesta queixava-se de os portugueses não conhecerem sua língua: “Por onde não havia de haver pessoa que se prezasse de si que não trabalhasse por saber algum latim, que nisto consiste o falar bem português” ⁸⁶.

Afirmam Ricardo M. Valle e Clara C. Santos que Pero de Magalhães Gandavo forja documentos para abreviar a carreira na volta à Europa. Além disso, defendem a idéia que o autor bracarense no regresso a Portugal residiu em Lisboa muito rico e provavelmente ignorante ou “*menos cheio de maus acentos no uso da língua*” ⁸⁷. Asseveram que o pseudo-Gandavo:

(...) paga um poeta ilustre, um varão de armas sem dinheiro, um impressor e um historiador para forjar uma obra que lhe conferisse a autoridade de historiador que lhe ajudaria a receber o cargo tornando-se mais próximo de um título de fidalguia. Descoberta a fraude, por

⁸⁴ cf. Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Doações), Livro 37, fol. 278v-279r: Lisboa, 29 de Agosto de 1576. Este documento foi citado por Pedro Calmon, *História do Brasil, I: As Origens (1500-1600)*, Companhia Editora Nacional, 1939, p.310 n.1.

⁸⁵ MATOS, op.cit, p. 628.

⁸⁶cf. GANDAVO, Pero de Magalhães Gandavo. **Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa**. Fac Símile da edição de 1574. Edição, Introdução e Notas: Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

⁸⁷ VALLE & SANTOS, op.cit, p.11

irregularidades com a licença do Paço, desenrola-se o que é presumível. E com isso, a memória de seu nome e de seu livro praticamente desaparece (...) ⁸⁸.

Nas pesquisas realizadas neste trabalho e/ ou fornecidas pelos referidos autores não foi encontrado algum documento que pudesse corroborar tais afirmativas. Por este motivo, julga-se que o levantamento elaborado por Barbosa Machado nos Livros da Chancelaria ainda são de validade para, ao menos, apontar-nos dados relevantes acerca da biografia de Pero de Magalhães Gandavo.

Para Holanda, o Renascimento era, também, marcado por autores que procuraram uma descrição que tendia mais à imparcialidade, ou seja, relatos menos carregados de elementos míticos. Para o referido comentador, parece este ser o caso de Gandavo:

A estrita obediência, neste ponto, a um esquema fixo e tradicional não impede Gandavo de mostrar-se, muitas vezes, **observador imparcial e clarividente**. Em escritos como os seus, que já puderam ser considerados uma espécie de “propaganda de imigração”, não falta mesmo algum dado mais próprio para afugentar do que para atrair forasteiros, como o que trata de um vento da terra, sumamente perigoso e doentio, que “se acerta ficar alguns dias, morre muita gente, assim portugueses como índios (Gandavo, Tratado..., p.42) e, isso justamente na página onde se gaba a insigne bondade de uma região onde os velhos ganham vida longa e como que renovada.

Se for exato que ele se mostra por vezes fiel ao velho esquema das visões edênicas, a sua não deixa de ser, ainda assim, uma visão corrigida e muitas vezes atenuada até os **limites do plausível**. Nisto inscreve-se Gandavo numa **tendência geral** entre os cronistas e viajantes portugueses que descreveram o Brasil quinhentista. Se entre estes existe, de fato, algum pendor para ver concretizadas nas terras descobertas, sobretudo na Terra de Santa Cruz, as imagens sugeridas pela nostalgia do Paraíso, pode dizer-se que apenas a firme crença no bom temperamento dos ares que nelas se respiram, segundo testemunho de tantos viajantes, ares que, preservando os moradores de quaisquer enfermidades, os asseguram também contra a morte prematura, chegou a alcançar duradouro crédito.

É de notar que não entrava nisto qualquer sugestão de mistério ou magia, e mesmo os que se tinham por adversos àquilo a que chamavam lendas, abusões e ignorâncias dos antigos, admiravam por vezes sem reservas a pretensa imunidade a todas as doenças de que desfrutariam os moradores do Brasil ⁸⁹.

Faoro, tal qual Holanda, afirma que Gandavo descreve a terra de uma maneira menos idealizada, tão peculiar aos lusitanos:

⁸⁸ VALLE & SANTOS, op.cit., p.11

⁸⁹ HOLANDA, op. cit., p. 369. (grifos meus)

A visão paradisíaca, criada pelo grupo dominante, filtrada da imaginação dos letrados, servia para calar os ódios guardados. Longe, em outros hemisférios, fora do caldeirão das cobiças, havia terras virgens, habitadas de bons selvagens, onde a vida se oferece sem suor, para Glória de Adão antes do pecado. Esta a imagem que desenha Pero Vaz de Caminha, em consonância com o quadro que seria o mesmo de Pero de Magalhães Gandavo, setenta anos depois pintado, de modo mais consciente, como o mesmo seria o de Montaigne, ainda no século XVI ⁹⁰.

Sobre o autor de *História de Província de Santa Cruz*, Dias, define o autor bracarense como um cronista alheio aos tratados de História Natural do quinhentismo. É possível discordar desta assertiva porque Pero de Magalhães Gandavo fazia parte de um grupo de intelectuais portugueses. Por exemplo, no exórdio de *História de Província de Santa Cruz*, Camões dedica-lhe um poema. Além disso, era exímio latinista, segundo Capistrano de Abreu, portanto, homem das belas-letas, conhecedor da tradição romana. Devido aos motivos elencados anteriormente, dificilmente o autor de *Tratado da Terra do Brasil*, seria alheio às discussões inerentes ao seu momento histórico. Logo, afirmativas como as abaixo citadas parecem equivocadas:

A observação foi uma prática do conhecimento nos “ultramarinos” portugueses, estimulada pelo inédito dos ambientes e das coisas, antes de ser um dos pólos teóricos do método nos filósofos da Europa. O seu uso era corrente, mesmo entre **homens sem especial formação científica ou sem vínculos com a pesquisa no campo da história natural**. Assim o vemos, por exemplo, em Pero de Magalhães Gandavo.⁹¹

Para Kother⁹², autores como Pero Vaz de Caminha, Pero Gandavo, Soares de Sousa, Fernão Cardim e outros, nunca pretenderam escrever ficção “(...) são textos que deveriam ser lidos e estudados nas aulas de História, não de Literatura. O mais correto seria ignorá-los nos estudos literários, pois não formam o gosto”⁹³.

Em Gandavo, segundo Kothe, é o diferente que precisa ser contado, o inusitado por meio de categorias não alheias ao leitor europeu. Afirma ainda o referido comentador que

⁹⁰ FAORO, Raymundo. O Brasil até o Governo-Geral. In: **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. vol 1/. Série (Grandes nomes do pensamento brasileiro). 10 ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000. p.115.

⁹¹ DIAS, JS da SILVA. **Os Descobrimientos da Problemática Cultural do Século XVI**. Lisboa: Ed. Presença, 1973, p. 101. (grifos meus)

⁹² KOTHE, Flavio. **O Cânone Colonial**. Ensaio. Brasília: Editora Unb, 1997, p.254

⁹³ Ibidem.

os textos dos beletristas coloniais não foram constituídos como parte integrante do sistema nacional literário, mas como parte constituinte, funcional e informacional do reino português:

O cânone comete dupla violentação, ao transformá-lo em literatura e brasileiro. Sua integração no sistema literário brasileiro é uma violentação de seu sentido original, sob a aparência de recuperá-lo. Não é o referencial temático que insere um texto no sistema de uma literatura nacional. Mesmo o fato de autores de língua portuguesa terem no período colonial nascido dentro do território “brasileiro” não os torna automaticamente parte do sistema literário “nacional”, pois não havia uma nacionalidade própria, separada. O sistema da nação brasileira (mais uma ficção do que um fato) é uma invenção posterior, de meados do século XIX, para a qual foram convocados defuntos ilustres⁹⁴.

O texto de Gandavo, segundo ele, também pode não ser incorporado ao sistema da literatura portuguesa, pois, embora português, não é literatura. Se a literatura produzida no Brasil continuasse sendo parte da literatura portuguesa, ““(…) *provavelmente não seriam incorporados vários textos antiportugueses ou de ufanismo local destacados no sistema vigente*”⁹⁵.

Segundo Kothe, no autor de *História da Província de Santa Cruz* a literatura tinha um objetivo muito aparente: a propaganda das coisas da terra, mas não no sentido de uma propaganda nacionalista, como quer o cânone sob o gesto de tentar atrair outros portugueses; havia o sentimento de solidão e abandono: ““(…) *Embora a sua perspectiva não seja brasileira, mas reinol, o contato com a natureza e a cultura da colônia já o levava a ver alternativas de vida*”⁹⁶.

Já para Luz, os textos de Gandavo devem ser lidos como pragmáticos e místicos, sem que se infira uma partilha natural entre essas duas esferas. Místicos devido a sua ênfase no providencialismo da descoberta, visível nos sinais da vontade divina de lançar os portugueses à tarefa de condução dos seus habitantes ao corpo de Cristo. Pragmáticos por reconhecerem a necessidade da ação do homem na co-autoria dessa vontade de Deus, que deve dispor de meios justos e prudentes para a realização da tarefa. Tanto o pragmatismo quanto o “misticismo” de Gandavo são apresentados na forma de uma escrita histórica

⁹⁴ KOTHE, op.cit, p.265.

⁹⁵ ibidem, p.266.

⁹⁶ Ibidem, p. 267

retoricamente orientada para a demonstração de valores éticos, políticos e religiosos. Através dos exemplos da Terra de Santa Cruz, traz ainda seus textos, um juízo prudente acerca do próprio sentido do império português ⁹⁷.

⁹⁷ LUZ, Guilherme Amaral. Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultra-marina portuguesa na Terra de Santa Cruz. **História e Perspectivas**. Uberlândia (32/33); 67-90, Jan.Jul/Ago.Dez.2005, p23.

IV. A recepção da obra de Gandavo na sociedade de corte

No tocante à recepção de uma obra, é necessário averiguar as informações de como ela foi transmitida, de quem a leu e de que maneira, bem como sua finalidade. É indispensável que se inventarie o horizonte de expectativa do público primeiro da obra, assim como o efeito gerado em relação ao destinatário. Além disso, considerar as perguntas que a obra respondia em seu tempo ⁹⁸.

Segundo Todorov, o que importa em um texto é que este seja recebido pelos seus contemporâneos, independentemente do autor cometer um malogro ou até mesmo mentir. Ou seja, o mais significativo é que seu destinatário acredite nos seus escritos ⁹⁹.

A análise da recepção de um texto em uma sociedade de corte, como é caso da obra de Gandavo, se realiza basicamente sobre três instrumentos de dominação, que são o monopólio fiscal, o militar e a etiqueta de corte. ¹⁰⁰.

Nessa sociedade, a hierarquia da etiqueta origina e confirma o modelo das diferenças sociais. É através dela que a sociedade cortês gera sua simbologia, sua auto-representação, porque cada pessoa individualmente procura se distinguir uma da outra e, todas, em conjunto, procuram se diferenciar daqueles que lhes são alheios, estranhos ao seu grupo de pertencimento. Desta maneira, individual e coletivamente, todas juntas preservam sua existência como uma medida valorativa baseada na auto-suficiência, ou seja, vale-se à medida que se distingue e à proporção que a este grupo se pertence.

Existe aí uma circulação dos modelos de comportamento que funcionam como reprodutores das diferenças culturais através de um processo de imitação e de difusão

⁹⁸ ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz**: a literatura medieval. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução: Amalio Pinheiro (Parte I); Jerusa Pires Ferreira (Parte II). p.23.

⁹⁹ TODOROV, Tzvetan. **A Questão do Outro**. Trad. Beatriz Perrone Moises. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 2 ed. p.03.

¹⁰⁰ CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad: Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.18.

social. A etiqueta de corte é um instrumento de medida muito aceitável no que se refere à regulação dos prestígios e valores dos indivíduos em sua estrutura de relações ¹⁰¹.

Funciona como um instrumento de dominação e distribuição de poder. Contudo a margem de manobra é limitada, pois até mesmo o rei tem limites rígidos, ainda que utilize a competição dos cortesãos entre si para que estes consigam prestígios e favorecimentos para alterar a posição e o reconhecimento social de um indivíduo dentro da sociedade, por meio do grau exato do favor concedido, de acordo com seus objetivos, deslocando segundo sua necessidade as tensões para gerar um dado equilíbrio social.

Entre rei e sociedade de corte há uma dialética em constante operacionalidade. Tudo que se originava das possessões terreas tinha de passar pelo crivo do rei, o que se originava deste, pela triagem operada pela corte, antes de chegar ao país. Uma relação de dependência mútua. A corte era o canal mediatizador entre rei e país, segundo Elias. Apesar disto, o rei é a alma do Estado e este seu corpo.

No âmbito de dada tradição cabe aos cortesãos desenvolver um refinamento gestual de fala e comportamentos que convêm ou não a sua posição hierárquica na sociedade. Desta maneira, cada uma dessas manifestações sociais tem um valor representativo que se torna indispensável à auto-afirmação social, ainda mais quando todos os atores estão envolvidos em uma batalha ou competição por status e prestígio. É necessário na sociedade de corte um estilo de vida apropriado, uma espécie de decoro aristocrático.

Além disso, honra e prestígio são mais importantes do que motivações por interesses econômicos, embora exista uma mistura, implícita e discreta, entre ambos. É praticamente nula a possibilidade que um homem cresça sem que os juízos de valor desta sociedade constituam seu *ethos*. Não consegue manter-se isolado, alheio à competição por oportunidades que julga e considera como relevantes, de modo que seus valores sejam positivamente reconhecidos por seu grupo social. A hierarquia dos privilégios é criada segundo os parâmetros da etiqueta.

Era relativamente pouco seguro ao cortesão apresentar-se hostil em relação a alguém cuja trajetória na corte estivesse em ascensão. Não menos perigoso ser abertamente

¹⁰¹ ELIAS, op. cit., p.33.

amistoso em relação àqueles que estivessem em queda dentro da hierarquia. Esta conduta só tinha sentido se visasse a um propósito determinado.

O comportamento delineava-se visando convenientemente à opinião social. A postura de um indivíduo no seio de sua comunidade configurava as nuances de postura, aprovação ou reprovação que, por si, tinham uma importância extraordinária. A consideração pessoal funda a existência:

Para manter o lugar e a condição na intensa concorrência por prestígio da corte, para não se expor ao escárnio, ao desprezo, à perda de prestígio, é preciso submeter a própria aparência e os gestos, ou seja, submeter a personalidade às normas flutuantes da sociedade de corte, que enfatizam, em uma medida cada vez maior, o caráter específico e distinto das pessoas pertencentes a essa sociedade. Uma pessoa precisa usar determinados materiais e determinados sapatos. Precisa se mover de uma maneira muito bem determinada, característica de quem pertence à sociedade de corte. Mesmo o sorriso tem a sua forma definida pelos costumes da corte¹⁰².

Os cortesãos precisam adequar com precisão suas expressões, palavras e movimentos às pessoas e circunstâncias. O valor de um homem era delineado a partir da relação que tinha com os outros, não se mensurava por si.

Era somente através dos favores régios que a vida cortesã se constituía e unicamente desta forma o cortesão poderia manter-se distante socialmente daqueles que não pertenciam à sociedade de corte. Este posicionamento pessoal configurava desde a salvação de almas até o prestígio como aristocratas, ou seja, fundava a existência social e sua identidade. Havia uma espécie de possibilidade de prestígio hierarquizada.

¹⁰² ELIAS, p.234.

Não era calma a vida na corte. Existia uma árdua luta para a permanência do *status quo* de quem já estivesse na corte. Os cortesãos lutavam por oportunidades de prestígio:

Não cessavam os escândalos, as intrigas, os conflitos por posição ou favorecimentos. Cada um dependia do outro, todos dependiam do rei. Cada um podia prejudicar o outro. Quem se encontrava numa posição elevada hoje sofria uma queda no dia seguinte. Não havia segurança alguma. Cada um tinha que procurar associações com outros, se possível com indivíduos que ocupassem um nível superior, e evitar inimizades inúteis, planejando precisamente a tática da luta com inimigos inevitáveis, dosando do modo mais exato a distância e a aproximação no comportamento em relação aos demais de acordo com a própria posição e valor corrente ¹⁰³.

1.) A importância do livro na sociedade de corte no século de Gandavo

Os leitores são viajantes. As significações geradas pelo texto dependem da forma pelas quais ele é recebido e apropriado por leitores e editores ¹⁰⁴. A leitura também serve como prática social e de representação para se construir uma experiência espiritual, beletrista ou bélica. Serve como engajamento do corpo, inscrição no espaço, interação consigo e com o outro e tem como finalidade também encontrar gestos esquecidos e hábitos desaparecidos.

No século de Gandavo, a leitura também se orientava pela oralidade; a palavra lida dirigia-se tanto aos olhos como aos ouvidos. Os procedimentos textuais modulam-se também para a oralidade. Texto e voz compartilhavam de um corpo único. Segundo Zumthor ¹⁰⁵, a recepção das obras pauta-se nos sinais emitidos pelo texto. Estes se ajustam às expectativas do leitor. Há um tipo de movimento cênico.

Nos séculos XVI e XVII, a impressão tipográfica que rompe com a continuidade ininterrupta do texto e as respectivas alíneas são propostas pelos editores; uma leitura que fragmenta o corpo textual em unidades separadas e reencontra na articulação visual da página as conexões intelectuais ou discursivas do enunciado ¹⁰⁶.

¹⁰³ ELIAS, op. cit., p.120.

¹⁰⁴ CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos xiv e xviii**. Coleção Tempos. Direção: Emanuel Araújo. Tradução de Mary Del Priore. UNB. p.13.

¹⁰⁵ ZUMTHOR, op.cit, p.19 .

¹⁰⁶ Ibidem, p.19.

A passagem de uma forma de edição para outra ocasiona transformação no texto e a formação de um novo público. A estrutura do livro é construída pelos editores, a partir da clientela almejada. O texto é orientado para o destinatário, também, com marcas gráficas visíveis: títulos antecipados ou resumos sintéticos e recapitulativos, além de gravuras em madeira que funcionam como protocolos de leitura ou lugares de memória ¹⁰⁷.

Os dispositivos formais do texto pouco se modelam por causa das expectativas e competências atribuídas ao público visado, mas, sobretudo, porque as obras e objetos produzem o seu nicho social de recepção.

Dessa forma, o modo de leitura modifica-se, não a obra em si. Um livro muda pelo fato de que ele não muda quando o mundo muda ¹⁰⁸.

Fala-se da existência de uma cultura oral, gestual e iconográfica; o escrito dialoga com o gesto, por exemplo, em festas urbanas, cerimônias religiosas bem como tratados de civilidade. “Numerosos leitores” só aprendiam os textos graças à mediação de uma voz que lhes proferia o texto. A leitura não era necessariamente individual e solitária. Desenvolvida em voz alta contribuía para a divulgação da obra; a escrita tinha papel pedagógico:

(...) os textos antigos constroem representações onde se reconhecem clivagens tidas como decisivas para os produtores de livros. Tais percepções são essenciais à medida que fundam estratégias de redação e de edição, reguladas pelas supostas habilidades e expectativas dos diferentes públicos visados ¹⁰⁹.

A leitura em voz alta conferia sociabilidade entre a elite. As formas materiais afetam os sentidos. A disposição da página, o tipo de divisão textual, as convenções tipográficas confirmam a intenção de orientar a recepção para um determinado público-leitor.

No século de Gandavo o escritor subordina-se ao espaço social da produção literária. Para se ter uma idéia disso, basta refletir sobre o direito de propriedade, que longe de partir de um direito particular e exclusivo do autor, confirma a preponderância da livraria, que outorga ao livreiro o direito exclusivo daquele por ele descoberto.

¹⁰⁷ ZUMTHOR, op. cit., p.20 .

¹⁰⁸ Cf. BOURDIE, P.; CHARTIER, R. “La Lecture: Une pratique culturelle”, Pratiques de La Lecture, apud: CHARTIER, op. cit., p.13.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 26.

São estas as tentativas empreendidas pelas cinquenta e três Monarquias européias da época para abolir os privilégios que levam os editores-livreiros a concentrar seus direitos a um dado autor/obra, pois, o livreiro é mais possuidor da obra que o autor. Ao autor não se reserva, necessariamente, direito sobre a propriedade da obra.

É possível, segundo Hansen ¹¹⁰, que os letrados fossem donos das obras, contudo não as possuíam. É importante compreender, segundo o crítico, que não existe o mercado como livre-concorrência das mercadorias. Questões como “originalidade”, “direitos autorais” e “plágio” são inexistentes. Também não há o “artista” e o “escritor” detentores de iniciativa individual.

Enfim, as obras são desprovidas de autonomia, pois se integram aos decoros das ocasiões solenes e polêmicas da hierarquia. E o público não se configura a partir de uma idéia de “opinião pública” dotada da representatividade democrática com iniciativa crítica específica. Pelo contrário, “público” é a totalidade do corpo político figurada nas representações enquanto “bem comum” do Estado.

Desta forma, cada destinatário em particular *deve reconhecer* sua posição subordinada. O privado só existe em detrimento do coletivo, seguindo ritos de subordinação e dependência em uma relação jurídico-mística de destinatários ¹¹¹.

O público testemunha a mensagem que lhe é destinada, ao mesmo tempo em que se integra na hierarquia do sistema como elemento de representação. Os destinatários textuais sempre se ordenam unificadamente - hierarquicamente na recepção-, por meio de esquemas autorizados de inteligibilidade das representações.

¹¹⁰ HANSEN, João Adolfo. Política católica e representações coloniais. In: **Revista Convergência Lusíada**, 21. Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro – 2005.

¹¹¹ cf. MERLIN, Héléne. **Public et littérature en France au XVIIe siècle**. Paris. Belles Lettres, 1994, pp 385-388, apud: ELIAS, op.cit.

2.) A literatura de corte no século de Gandavo

Na sociedade de corte a arte de observar pessoas configura em menor ou maior grau o engenho do escritor em descrevê-las. O livro, assim como a escrita, tinha para os cortesãos um sentido completamente diferente do que tem para nós. Quem escrevia não visava à elucidação casual ou à representação justificada de si.

Os livros para os cortesãos atendiam à premissa de funcionar como um instrumento para sua vida social, pois apresentavam para seus destinatários atos, palavras e gestos que poderiam auxiliá-los diretamente na relação com o poder real. Enfim, os saberes deveriam satisfazer as prerrogativas da vida cortês a uma exigência específica, utilitária.

Sobretudo, na transição do século XVI para o XVII há memórias, cartas, aforismos (“máximas”), determinados gêneros de poesia; enfim, formas literárias que nasciam direta ou indiretamente da conversação incessante em sociedade; se cultivavam determinadas formas de saber cujo domínio conferia aos cortesãos um renome especial em sua sociedade, possibilitando-lhes o acesso a um cargo administrativo ou diplomático.

A dependência em maior ou menor grau é uma tópica constante na sociedade de corte, independentemente da aproximação entre as pessoas. Por causa disso é preciso ter muito cuidado em cada encontro. A prudência bem como a reserva são alguns dos traços dominantes no trato com as pessoas na corte ¹¹².

Tornar-se autor é fazer-se editar. A autoria deve ser reconhecida pelo Rei, ou seja, sem autorização régia não há autor. As regras do negócio exigem a proteção real. No século XVI, o retrato do autor, na obra, configurava-lhe singularidade, pois denunciava à escrita uma expressão de individualidade que fundamentava sua autenticidade.

As impressões tipográficas atestam a vontade dos autores em estabelecer a sua autoridade sobre o modo de circulação de seus textos. As formas materiais do livro denunciam a intenção gerada pelo texto e fornecem pistas sobre o Destinatário.

¹¹² ELIAS, op.cit., p.125.

No século XVI, os escritos são apresentados em letras cursivas, de formato pequeno ou médio, isentos de ornamentação; esses livros são copiados pelos seus próprios leitores que associam desordenadamente textos de natureza muito diversa em prosa e verso, devocionais ou técnicos, documentais ou poéticos.

Produzidas por leigos estranhos às instituições tradicionais de produção manuscrita, e para quem o gesto da cópia é obrigatório para a leitura tais compilações são caracterizadas pela ausência de toda e qualquer função-autor.

Apenas a identidade do Destinatário, que é ao mesmo tempo produtor do texto, dá unidade ao livro. Além desse público constituído por leitores não profissionais do escrito, a forma da coleção comum para vários gêneros (exempla, sententiae, provérbios, fábulas, novelas, poesias líricas etc.) contribui igualmente para apagar a atribuição individual da obra. A escrita em uma concepção escolástica é entendida como trabalho de leitura. Por exemplo, no mosteiro:

(...) o livro é copiado para ser lido; o saber é entesourado como um bem patrimonial da comunidade, revestindo-se antes de mais nada de usos religiosos: a “ruminação do texto, verdadeiramente incorporada pelo fiel, a meditação, a oração”¹¹³.

Na corte, o exercício do trabalho artístico angariando amparo régio existiria somente se o executor deste ofício fosse dotado de virtude. Cabe ao artista mostrar, através de sua arte, as aspirações, normas e necessidades dos súditos e dos reis. É atribuição de a arte objetivar, acomodar e definir essa dialética relação entre sociedade de corte e reis¹¹⁴. Esta determina o sujeito que nela se move, sendo, além disso, portadora das tradições. Instaura um relacionamento político e artístico com o rei. É útil para a fama e honra de um artista ser reconhecido na corte. Por exemplo, na Idade Média, aproximadamente em 1308, o pintor era visto como uma espécie de poeta *theologus*, pois se julgava que este artista tivesse uma atividade enviada pelos céus.

¹¹³ ELIAS, op. cit., p.99.

¹¹⁴ WARNKE, Martin. **O Artista da Corte**: os antecedentes dos artistas modernos. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp. 2001.p.19.

As artes liberais eram aquelas dignas de um homem livre. Portanto, não deveria ser exercida por meio do trabalho físico nem tampouco visar à remuneração. Deveria ser executada por um prazer desinteressado. Pois essa arte origina-se de uma “virtude” que se exprime num “dom” inconfundível, no ingenium. Essa virtude é um presente de Deus ou da Natureza. Enfim, o serviço prestado aos príncipes era basicamente uma atividade livre, um serviço não remunerado, contudo, baseado em um juramento de lealdade recíproca; por isso, o requerimento ao amparo régio ser uma constante tópica no Renascimento. Em Gandavo isso não seria diferente:

(...) e eu entenda que outra nenhuma cousa deve ser mais aceita a pessoas de altos animos que a lição das escrituras, per cujos meios se alcançam os segredos de todas as sciencias, e os homens vêm a illustrar seus nomes, e perpetua-los na terra com fama imortal, determinei escolher a V.M. entre os mais Senhores da terra, e dedicar-lhe esta breve história. A qual espero que folgue de ver com atenção, e receber-ma begnamente debaixo do seu emparo (...) ¹¹⁵.

Para o homem da corte, era absolutamente necessário o exercício das artes praticas como a equitação, a pintura e o canto. Sem as ações, os monumentos são inúteis. O artista de corte é um criador de imagens. Pagava-se não por produção, mas sim, pela virtude. A fama é a mola propulsora para acesso dos artistas à corte:

Neste pequeno serviço, muito illustre Senhor, que offereço a V.M. das primícias de meu fraco entendimento, o poderá nalguma maneira conhecer os desejos que tenho de pagar com minha possibilidade alguma parte do muito que se deve a ínclita fama do vosso heróico nome ¹¹⁶.

Nas obras de corte era necessário, também, atender o “nível de expectativas”. Desta maneira, era natural que, em busca de artistas para a Corte, os príncipes recorressem aos conselhos e recomendações não apenas dos governos das cidades ou dos humanistas, mas também ao dos artistas de renome. Desta forma, pode-se deduzir que o poema camoniano “AO MUITO ILLUSTRRE SENHOR DOM LIONIS PEREIRA SOBRE O LIVRO QUE LHE OFFERECE PERO DE MAGALHÃES” circunscreve-se nesta perspectiva:

¹¹⁵ GANDAVO, Pero de Magalhães. AO MUITO ILLUSTRRE SENHOR DOM LIONIS PEREIRA. **Tratado da Terra do Brasil. Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. p.75.

¹¹⁶ Ibidem, p.75.

*Depois que Magalhães teve tecida
A breve historia sua que illustrasse,
A Terra Santa Cruz pouco sabida;
Imaginando a quem a dedicasse,
Ou com cujo favor defenderia
Seu livro, de algum zoilo que ladrasse
Tendo nisto occupada a phantasia,
Lhe sobreveio hum somno repousado,
Antes que o Sol abrisse claro dia (...)*¹¹⁷.

A recomendação de um artista para um nobre atentar a um desconhecido era uma prática social muito difundida no século XVI e, através deste exercício, frequentemente, se formaram grupos nos seios das cortes como os Zagaes de Extremadura.

A primeira pessoa configura o narrador do discurso historiográfico. Representa, em Gandavo, uma instituição, um tipo de homem, um letrado pertencente a uma categoria, o corpo de súditos de uma cabeça real, ou seja, há uma hierarquização onde o narrador se inclui. A História, segundo Hansen, é uma compilação de contingentes passados que formam um análogo prático para a ação e a experiência presente. Como “magistra vitae” fornece, enquanto narração política, a exemplaridade dos modelos da experiência moral prudente, uma ordem natural escrita por Deus no tempo, uma vez que o governante é causa segunda da causa primeira e desobedecer-lhe não é só um erro político, mas também pecado contra a vontade¹¹⁸.

O narrador institucionalizado nada mais faz do que narrar. Por isso, não se constrange com fatos menos louváveis, pois as “ações” anunciadas não são como suas, mas de outrem, isso porque o historiador não se criminaliza em contar os acontecimentos de uma empresa infeliz e mal concertada, pois não é o autor das façanhas ou desventuras contadas.

¹¹⁷GANDAVO, op. cit., p.70.

¹¹⁸Cf. HANSEN, João Adolfo. **A Sátira e o Engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII. São Paulo, Campinas: Ateliê Editorial/ Editora da Unicamp, 2004.

V. Sobre o narrador na literatura de corte e a obra de Gandavo

O narrador na literatura de corte se opera em uma primeira pessoa institucional. Não há um autor subjetivado, porém uma autoridade que coordena e insere o relato na tradição renascentista. A primeira pessoa é dotada de um amplificador à medida que se pretenda o engrandecimento da narração. A narrativa é pretérita, o ornato, presente. Uma primeira pessoa institucional que representa o pensamento de um coletivo ao escrever o presente a partir do exemplo do passado: uma memória.

Há em Gandavo um gênero deliberativo- demonstrativo de filiação encomiástica. No Epidítico realiza-se atribuição de caracteres (éthos), a partir de tópicos gerais (*quaestio infinita*) aplicada no tratamento de um particular (*quaestio finita*), ou seja, pretende o autor falar das coisas gerais da terra, mas, dentre estas, somente as que são proveitosas para os moradores, os portugueses.

A virtude e o vício são um dos lugares-comuns para o elogio. No *Prólogo ao Lector do Tratado I da Terra do Brasil*, o autor denomina o leitor de discreto e curioso, já denunciando seu “estilo de composição”, que pretende ser breve e conciso, além de explicitamente noticiar a terra para que dela façam frutos os lusitanos desamparados. O elogio é próprio da Dedicatória. Aquele que elogia faz-se pela modéstia, no desenvolvimento de uma tópica da humildade, uma espécie de *captatio benevolentiae*:

Minha tenção não foi outra neste summario (**discreto e curioso lector**) senão **denunciar em breves palavras a fertilidade e abundancia da terra do Brasil**, para que esta fama venha a noticia de muitas pessoas que nestes reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhe-la para seu remédio (...) que a todos agazalha e convida como remedio por pobres e desamparados que seião (...) e também se espera desta provincia que por tempo **floreça**(...). Mas permitirá nosso Senhor que ainda em nossos dias se descubram nella grandes thesouros (...) ¹¹⁹.

¹¹⁹ GANDAVO, op. cit., p. 22. (grifos meus)

VI - A dedicatória na literatura de corte e na obra de Gandavo

Sobre a prática da Dedicatória a partir do século XV é possível afirmar, segundo Warnke¹²⁰, que se apresentar espontaneamente ou participar de concursos raramente rendia bons frutos para quem quisesse o amparo real. A partir do século XV acumulam-se notícias de que os artistas utilizavam a prática da Dedicatória; presenteavam-se os príncipes com uma obra.

Os artífices produziam tais regalos sem ter recebido a missão de fazê-los. Variavelmente, os temas escolhidos para esses presentes eram calculados de acordo com as necessidades específicas de cada destinatário. A originalidade da matéria era menos importante do que sua execução, ou seja, os relatos deveriam suscitar no soberano interesse e deleite para que este se tornasse um mecenas dos artistas. No entanto, com a morte do príncipe esse tipo de relação perecia.

Os artistas eram empregados, nas cortes, inicialmente para trabalhos manuais cotidianos. Juntamente com os barbeiros, alfaiates, músicos, cozinheiros, guardas, bobos da corte e anões eram colocados sob a rubrica *spendiarii*. Sua função era indistinta destes, ou seja, o artista não tinha um nível hierárquico superior aos demais, principalmente a partir do século XV.

Sua remuneração era mensurada a partir de sua virtude e não necessariamente a partir de seu desempenho e, para que isto ocorresse, era necessário que o príncipe previamente a reconhecesse e a admitisse. Através do elogio dessa virtude, o amparo real se realizava. Dessa maneira, é necessário frisar que este se realiza tão somente se houvesse o reconhecimento daquele. O valor da obra de arte atendia a um princípio meramente subjetivo, pois o preço da obra era consequência de uma comparação feita pelo comprador que se apresentava como mecenas.

O procedimento, encontrado pelos artistas, de ofertar uma obra e nesta fazer uma Dedicatória era uma maneira para fazer a obra de arte ser reconhecida pelo rei, à medida que o autor louvasse a virtude do príncipe. Enfim, a obra era dimensionada e avaliada de acordo com a celebridade do autor. Sobre tal matéria reflete o cronista Damião de Góis:

¹²⁰Cf. WARNKE, op. cit.

Efectivamente, quem pretende escrever uma história imparcial e completa precisa que se lhe assegure, antes de mais, um longo período de tempo livre; em seguida, necessita de paz de espírito e dispensa de todas as demais ocupações; e, por fim, deve beneficiar do favor dos príncipes mais influentes, para estimular e premiar o engenho e o trabalho das investigações¹²¹.

Três princípios deveriam nortear a composição de um cronista: gravidade, honestidade e autoridade, sobretudo quando se debruçava sobre figuras regias. A virtude da obra se configurava a partir do traço distintivo daquele que a executava e bem explorava a Fama e bom uso fazia das Autoridades.

No século XVI, aqueles artistas que receberam títulos de nobreza o conseguiram através do beneplácito papal por meio da insígnia da ordem dos cavaleiros. No século XVII, tais condecorações não eram privilégio dos italianos, mas também das cortes holandesas e flamengas, talvez, o nome Gandavo tenha alguma relação com tais favorecimentos. O título de nobreza, *ornamento della virtu*, facilitava ao artista o acesso ao príncipe e impedia que os mestres de cerimônias impedissem seu livre trânsito no paço.

Há nos autores de Quinhentos uma “arte adulatora” de ofertar livros a nobres, na qual a praxe é enfatizar pretensas qualidades do homenageado, ao tempo em que se diminuem as do autor. É assim que devem ser entendidas não só as desculpas quanto ao estilo de linguagem, mas também esta, doutro modo:

... num misto de hesitação e modéstia (...) Trata-se, evidentemente, de cumprir rituais cortesãos, afinal, em qualquer tempo e lugar, há níveis hierárquicos a serem observados.
(...) tal oferecimento como o resultado de uma necessidade institucional, um serviço prestado ao rei por um vassalo humilde, que só e somente só por lealdade ao seu monarca, decidiu chamar a si tarefa que não lhe competia, dados os riscos que corriam o Brasil.¹²²

¹²¹ GÓIS, Damiao de. Prólogo. In: **Descrição da cidade de Lisboa**. Tradução do texto latino, introdução e notas de Jose da Felicidade Alves, Livros Horizonte, 1988, Lisboa. p.27.

¹²² LIMA, Francisco Ferreira de. A Retórica da Sedução: Gabriel Soares de Sousa e o Tratado Descritivo do Brasil. **Brasil e Portugal 500 anos de enlases e desenlases**, vol.2. Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2001.p.126 - 127.

Para Menandro¹²³, sempre que se relatar as virtudes de si ou de outrem há de ser feito um proêmio para que não pareça insignificante e de importância menor aquilo que se dirá. Gandavo, através de uma epístola, dirige-se ao mesmo senhor Dom Lionis Pereira de maneira a valer-se de uma *captatio benevolentiae*, em que demonstra sua intenção em redigir uma breve e concisa história que trará frutos ao reino, aos pobres remediará e a Deus agradará:

Neste pequeno serviço, muito illustre Senhor, que offereço a V.M. das primicias de **meu fraco entendimento** poderá nalguma maneira conhecer os desejos que tenho de pagar com minha possibilidade alguma parte do muito que se deve a inclita fama do **vosso heroico nome**. E isto assi pelo merecimento do nobilissimo sangue e clara progenie donde tras sua origem, como pelos **trophéos das grandes victorias** e casos bem afortunados **que lhe hão sucedido** nestas partes do Oriente em que **Deus o quis favorecer** com tão larga mão, que **nam cuido de ser toda minha vida bastante pera satisfazer à menor parte dos seus louvores**¹²⁴.

Além de recorrer à benevolência de D. Lionis, busca a virtude das letras: “(...) *e eu entenda que outra nenhuma cousa deve ser mais aceita a pessoas de altos animos que a lição das escrituras, per cujos meios se alcanção os segredos de todas as sciencias.*”¹²⁵.

A epístola pode ser lida também como uma dedicatória de um vassalo àquele que preza o engenho e para quem o exercício das letras são não menos importantes que o das armas. A História traz consigo uma memória coletiva e anônima a partir da emulação de antigas autoridades:

... determinei escolher a V.M. entre os mais Senhores da terra, e dedicar-lhe esta breve historia. A qual espero que folgue de ver com atenção, e receber-ma benignamente debaixo do seu amparo: assi por ser cousa nova, e eu a escrever como **testemunha de vista**: como por saber **quam particular affeçam V.M. tem ás cousas do engenho, e que por esta causa lhe nam será menos aceito o exercicio das escrituras que o das armas**¹²⁶.

¹²³ MENANDRO, El Rétor. **Dos tratados de retórica epidítica**. Intr: GASCÓ, Fernando, Trad/ Notas: GÁRCIA, García Manuel & CALDERÓN Gutiérrez, Joaquín, Madrid, Editorial Gredos S/A, vol 225, 1996, 280 p.

¹²⁴ GANDAVO, op. cit., p.75. (grifos meus)

¹²⁵ Ibidem, p.75 (grifo meu)

¹²⁶ Ibidem, p.75 (grifos meus)

No caso de *História da Província de Santa Cruz*, o homenageado, Lionis Pereira, não representa somente a si mesmo como pessoa, mas as autoridades administrativas do Império Ultramarino como um todo. Este texto apresenta os modelos de virtude que compõem o “móvel superior” dos grandes feitos, associados, por sua vez, aos sucessos militares e às ações bélicas que fazem parte da manutenção e ampliação dos domínios ultramarinos:

O aedo e o historiógrafo dirigem-se, assim, decorosamente, aos chefes militares e políticos do Império Português, alertando-os para a importância do saber letrado para as tomadas de decisões políticas ajuizadas e prudentes.¹²⁷

A obra de Gandavo é dedicada ao público cortesão e não ao público em geral, como nos fez entender Capistrano de Abreu. Trata o texto, o estudioso, como de propaganda de imigração dos pobres e desamparados:

“(…) seu projeto se reduz a mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la; seus livros são uma excelente propaganda de imigração”¹²⁸.

É relevante ressaltar que os textos de Gandavo – *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz* – mencionam em seus respectivos prólogos um curioso e *discreto* leitor. Há que se explicitar que o “discreto” no século XVI era aquele que possuía erudição, um letrado; o indiscreto, o contrário. Portanto, os textos se referem a esses indivíduos, que eram variavelmente ou integralmente cortesãos. Gandavo refere-se desta maneira no *Prólogo do Tratado da Terra do Brasil*:

Minha tenção não foi outra neste summario (**discreto e curioso lector**) senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundancia da terra do Brasil para que esta fama venha a noticia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhe-la para seu remedio; porque a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que a todos agazalha e convida como remedio por pobres e desamparados que sejam¹²⁹.

¹²⁷LUZ, op.cit, p. 09.

¹²⁸ABREU, Capistrano de. Introducao. In: GANDAVO, op. cit., p.15.

¹²⁹GANDAVO, op. cit., pp.22. (grifo meu)

Em História da Província de Santa Cruz:

Somente procurei escrever esta na verdade per hum estilo fácil, e chão, como meu fraco engenho me ajudou, desejoso de agradar a todos os que della quizerem ter noticia pelo que devo ser desculpado das faltas que aqui me podem notar: digo dos discretos, que com tam zelo o costumão fazer, que dos idiotas e mal dizentes bem sei que nam hei de escapar, pois está certo nam perdoarem a ninguem ¹³⁰.

Para Hansen, a representação dos melhores era feita segundo critérios assentados na relação discreto em oposição a vulgar. E essa era objeto de imitação, emulação e deformidades que eram executadas na hierarquia reinol¹³¹. Essa dicotomia – discreto/vulgar - formalizava os destinatários e coordenava as recepções coloniais das representações. Elas não eram categorias aplicadas a oposições jurídico-político-econômicas como senhor/ homem pobre, livre/ escravo ou fidalgo/plebe.

A vulgaridade não é exclusividade dos “melhores” caracterizados pela propriedade e posição, nem da “população” do terceiro estado, os oficiais mecânicos e a “gente baixa”, mas caracterizava todo e qualquer rústico falho de discernimento.

A representação do que é “discreto” que se caracteriza pela racionalidade engenhosa e pela prudência ético-política independe da posição estamental. A autoridade e sua posse são um dispositivo de representação, um mecanismo de produção e veiculação de uma caráter hierárquico retoricamente regrado segundo a teologia-política do pacto de sujeição que define os privilégios dos súditos¹³².

Nas representações coloniais, a funcionalidade mimética e valorativa da imagem constitui dois tipos básicos de destinatários, definidos pelos padrões da Corte: tipos intelectuais conhecedores do artifício aplicado (discretos) e ignorantes dos mesmos (vulgares). Em todos os casos, é a adequação mimética das imagens aos gêneros que especifica a superioridade do destinatário discreto, que é um tipo capaz de refazer na recepção as operações dialético-retóricas aplicadas à deformação dos temas figurados.

¹³⁰ GANDAVO, op. cit., p.77.

¹³¹ HANSEN, João Adolfo. Política católica e representações coloniais. **Revista Convergência Lusíada**, 21/ Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro - 2005 pp.130.

¹³² Ibidem, p.133.

Como um sinônimo do sujeito da enunciação, o destinatário discreto recebe a representação duplamente, pois é apto a compreender não só a significação engenhosa das imagens, mas também a perícia técnica do artifício aplicado à invenção delas: “*Quanto ao destinatário vulgar, à imagem é construída contra ele, acusando-o da falta das virtudes convencionais, e para ele, divertindo-o com vulgaridades sem regras aparentes do juízo*”¹³³.

Definidos aristotelicamente, juízo e prudência tornam a ação dos tipos representados politicamente adequados às circunstâncias hierárquicas. A discricção é caracterizada pelo engenho, que dá forma eficaz às representações. Assim, nos autores luso-brasileiros dos séculos XVI, XVII e XVIII, discreto é o tipo que tem a “reta razão das coisas agíveis” (*recta ratio agibilium*) da escolástica conhecendo, este, a representação conveniente para todas as ocasiões da sociedade de Corte¹³⁴.

Já para os não discretos, a arte também era dotada de uma atividade política. Para o povo simples, a persuasão visual era um instrumento que penetrava mais rapidamente, pois, os olhos melhor assimilam do que os ouvidos. Os súditos reconheciam a majestade do Rei por meio das coisas que atraíssem os olhos. Tocam-se outros sentidos, obtém-se uma idéia clara de sua majestade, poder e força. Nessa perspectiva, a pintura atua como uma modelagem dos afetos e a escrita atua como figuração, como um emblema.

¹³³ HANSEN, op. cit., 2005, p.121.

¹³⁴ Ibidem, p122.

VII – O destinatário na literatura de corte e na obra de Gandavo

... o herói bem como a autoridade letrada eram, genericamente, o tipo do vassalo, fiel, zeloso de renome, numa representação política efetuada por meio dos principais lugares demonstrativos da fidelidade estamental, do reconhecimento dos pactos, da hierarquia Universal, e assim por diante. E antes de mais nada, o mais elevado herói político da história de que tratamos ¹³⁵.

Em afetada modéstia para captar benevolência do destinatário Gandavo elogia a utilidade da matéria e pretende demonstrar também a utilidade de seu serviço como vassalo em Tratado da Terra:

Ao mui alto e Sereníssimo Príncipe dom Henrique, Cardeal, Infante de Portugal Posto que os dias passados apresentei outro summario da terra do Brasil a el-Rei nosso Senhor, foi por cumprir primeiro com esta obrigação de Vassallo que todos devemos a nosso Rei: e por esta razão me pareceu cousa mui necessaria (muito Alto e Serenissimo Senhor) offerecer também este a V.A a quem se devem referir os louvores e acrescentamento das terras que nestes Reinos florecem: pois sempre desejou tanto augmentá-las, e conservar seus Subditos e Vassallos em perpetua paz. Como eu isto entenda, e conheça quam aceitos são os bons serviços a V.A que ao Reino se fazem imaginei comigo que podia trazer destas partes com que dêsse testemunho de minha pura tenção: e achei que não se podia dum fraco homem esperar maior serviço (ainda que tal não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (cousa que ategora não empreendeu pessôa alguma) pera que nestes Reinos se divulgue sua fertilidade e provoque a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta provincia, que nisso consiste a felicidade e augmento della. E por que V.A sabe quanto serviço de Deos e del-Rey nosso Senhor seja esta denunciação, determinei colligi-la com deliberação de a offerecer a V.A a quem humildemente peço ma receba, e com tamanha mercê ficarei satisfeito rogando a Nosso Senhor que lhe dê prosperos e largissimos annos de Vida, e deixe permanecer seu Real estado em perpetua felicidade. Amem.

Pero de Magalhães
Humilde Vassallo de S.A ¹³⁶.

Supomos que o destinatário na literatura de corte seja cortesão, gente de letras, por isto, “pobres e desamparados” referem-se muito mais àqueles que viviam de clientelismo régio do que propriamente gente humilde, do campo.

¹³⁵ VALLE, & SANTOS, op. cit, p.36.

¹³⁶ GANDAVO, op.cit, p.21.

Para Luz, os textos de Gandavo são textos de propaganda, mas não publicidade da terra do Brasil voltada ao público popular. O que o Tratado e História buscavam propagar era um modelo de colonização prudente, único capaz de possibilitar o sucesso menos efêmero da fixação portuguesa na terra.

A escrita no Renascimento decanta a “palavra coletiva”. Encarregados da coisa pública, os letrados se tornavam a própria consciência do ordenamento político. No corpo político o espaço concedido às letras era representado como um armário ou caixa onde se geravam, arquivavam e se inutilizava os documentos públicos, como sede em comum da norma, da produção da norma e da exceção.

VIII- As representações coloniais e a crítica

As representações coloniais mostram que a experiência do passado atua como *exemplum* da presivibilidade do futuro¹³⁷. Para Hansen os textos coloniais foram incluídos no cânone literário em fins de 1820, por meio das coletâneas do Cônego Januário da Cunha Barbosa e a partir de 1836 com a ação do grupo romântico de Gonçalves de Magalhães¹³⁸.

É diminuta, segundo o estudioso a documentação das leituras coloniais de discursos feitos por agentes coloniais empíricos, o que torna pouco densa uma história descritiva delas. A particularização das normas que constituem o destinatário como personagem de representação permite reconstituir os critérios ordenadores dos de fala, audição, visão e comunicação que são representados nos textos.

Para elaborar um julgamento sadio das letras coloniais se faz necessário esquecer os quadros em que tal produção literária se insere com estilos de época, obras, gêneros, formas e dos autores do cânone das histórias literárias.

Para o estudioso, a análise estilística deve ser substituída por uma que abarque as obras em sua ocorrência mais ampla, onde se percebam suas tópicas em conjunto, em que possam circular usos múltiplos segundo seus próprios critérios e não a partir de um viés conteudista. Deve-se evitar descrevê-las como fatos exclusivos de língua e de estilo. Seus modelos retórico-teológico-políticos não devem separar o conteúdo da representação da realidade material do signo. Além disso, este não deve isolar-se das formas concretas da sua comunicação social, bem como das práticas das quais são contemporâneas.

Outro item que deve ser explicitado é que os letrados coloniais não se autonomizavam artisticamente em relação aos outros agentes da cultura de seu tempo. Desta forma é possível, neste quadro de reflexão, tomar como exemplo o caso dos artesãos e artífices que realizavam encomendas de ordens religiosas e irmandades. Também é imperioso atestar a autonomia da categoria “autor” na perspectiva da crítica literária.

¹³⁷ HANSEN, op. cit., 2005, p.110.

¹³⁸ Ibidem, p.111.

Sobre as Autoridades, afirma Hansen¹³⁹ que até o oitocentos a experiência do presente dependia do modelo da experiência progressa. A “tradição” do passado fundava a do presente. Para ele, as práticas não pressupunham superação. Recondicionava-se como memória anônima e coletivizada dos usos autorizados do signo, como uma “jurisprudência” dos bons usos. O evento aparecia como já figurado. A ordenação retórica da mimesis aristotélica e das doutrinas da imitação seiscentistas preponderavam, evidentemente, não havendo nenhuma noção de autoria subjetiva, de originalidade e ruptura. Assim procede Gandavo ao citar, diretamente, João de Barros para corroborar seu posicionamento a respeito da escolha do termo mais adequado como topônimo da terra:

(...) tornemos-lhe a restituir seu nome e chamemos-lhe Provincia de Santa Cruz, como em principio (que **assi admoesta tambem aquelle illustre e famoso escritor João de Barros na sua primeira Década**, tratando deste mesmo (descobrimento)¹⁴⁰.

Para críticos como Antônio Cândido e José Aderaldo Castelo, a literatura colonial se configura como *manifestação* colonial e considera Hansen que:

Não são “manifestações” de nada, quando considerados da sua própria perspectiva. Nesses séculos o trinômio autor-obra-público é plenamente existente e sistêmico, mas com determinações, condicionamentos, características e valores outros, diferentes dos que estão pressupostos na definição nacional e nacionalista de “sistema literário”. A prática da poesia e da prosa nesse tempo é, antes de tudo, uma jurisprudência de “bons usos” da linguagem fundamentados nas autoridades retóricas e poéticas do costume anônimo¹⁴¹.

Nesse momento, a política é compreendida como a arte de manutenção, ampliação e obtenção do poder monárquico. Nessa perspectiva, o interesse reside no fato de cada ator reconhecer sua função hierárquica e se contentar com o que é e com o que faz. Assim, as letras coloniais reproduzem sistematicamente aquilo que cada membro do corpo místico do Império *já é* prescrevendo simultaneamente o que ele *deve ser*, ou seja, persuadindo-o a *permanecer como o que já é*.

Além disso, o autocontrole da vontade e da liberalidade é uma tópica muito propalada e desenvolvida publicamente como adequação decorosa subordinada ao aparato

¹³⁹ cf. HANSEN, João Adolfo. Pós Moderno e Barroco. Seminário apresentado na Universidade de São Paulo. **Mimeo**. São Paulo: 11/11/1994. P. 16 e 17.

¹⁴⁰ GANDAVO, op.cit, p.80. (grifo meu)

¹⁴¹ HANSEN, op. cit., 2005, p.116.

hierárquico institucional monárquico. Esta regulação da volição reproduz as virtudes católicas anti-heréticas que, por si, pretendem manter a coesão pacífica do corpo político do Império português.

É a boa proporção do controle dos apetites e da concórdia das paixões que acende na alma do crente a consciência da synderesis, a centelha de consciência iluminada pela Graça, que faz distinguir o Bem do Mal.

Todas as manifestações artísticas coloniais são pautadas pela normatividade retórica e esta pressupõe a imitação regrada de modelos, ou seja, a repetição das autoridades adequadas à representação dos temas, dos vários destinatários e decoros hierárquicos. As prescrições simbólicas ordenadas pela retórica aristotélica e latina, que dão forma às representações, são imediatamente práticas e figuram a unidade do “bem comum” do corpo político do Império e o autocontrole de suas partes como interiorização individual e coletiva da violência legal. Sendo assim, considera Hansen:

Por outras palavras, é anacrônico aplicar o trinômio autor-obra-público às letras coloniais pressupondo a mesma estrutura, a mesma função e o mesmo valor dados aos seus termos quando se fala por exemplo da prosa de Machado de Assis (...) ¹⁴².

¹⁴² HANSEN, op. cit., 2005, p.118.

IX - A elocução na literatura de corte e na obra de Gandavo

Para Quintiliano,¹⁴³ na *elocutio* estão os vícios e as virtudes da eloquência, cabendo a essa parte do discurso fornecer beleza ao texto, naturalmente, com decoro convencionalizado entre o caráter de quem ou o que se representa no discurso e o efeito pretendido.

A elocução é um conceito prescritivo no quinhentismo, pois indica a característica de um autor, indicando que a prosa estudada é também entendida como um de seus gêneros: *genera elocutiones*. Ou seja, para cada gênero retórico exige-se a combinação adequada de caracteres específicos e dos afetos próprio a esses, como *tópoi* e um dado tipo correspondente a um decoro ético-político-retórico. No caso específico da historiografia é o *Stillus medium modicum*.

O decoro, para Quintiliano relaciona-se ao uso de ornatos em conveniência com a matéria e o gênero utilizado. Diz ele: “(...)mais digno de observação é o que vamos dizer: que esse mesmo ornato natural deve ser variado, segundo o gênero da matéria que houvermos de tratar”¹⁴⁴.

Para o autor de *Instituições Oratórias* a finalidade deste é dar o efeito desejado e ilustrar o pensamento, condizente com o fim proposto. O conceito é disposto nas coisas ou nas palavras, em meio à noção de utilidade e decência. A relação entre este e a *Elocutio* é evidente, se pensar que o decoro é preponderante na formação de uma teoria dos estilos, ou seja, que com ele se prescrevem as conveniências enunciativas em conformidade ao gênero, à matéria de que se trata a quem fala ou escreve, sobre quem e a quem se fala. Há tantos decoros quantas são as decências e as finalidades elocutivas. As figuras de palavras tiram o enfadamento, segundo Quintiliano¹⁴⁵ e tornam o discurso mais saboroso, com mais adubo¹⁴⁶, desde que não sejam soberbas nem afetadas ou patéticas no uso. A expressão é compreendida em sua eficácia persuasiva; o foco é o objeto e não a pessoa que o desenvolve, ou seja, dispõe-se a matéria segundo uma arte prescritiva a partir de um

¹⁴³ QUINTILIANO, F. *Instituições Oratórias*. L III. . Trad.: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo I. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. /Tomo II. Paris. Livraria Portuguesa, de J.P. Aillaud, 1836. p.8-10.

¹⁴⁴ L XI.

¹⁴⁵ LIX, C,III, II.

¹⁴⁶ L.IX, CIII.

modelo, muitas vezes, emulada. Para Aristóteles¹⁴⁷, os objetos são colocados em evidência quando se mostram as coisas em ato.

Nesta perspectiva, a *elocutio* atua como ornato dialético. Na *elocutio*, a *Ut Pictura* também compreendida como figuração icástica ou sindérese é uma tópica retórica que remonta a Horácio e a Simônides de Cós. Em termos católicos, entende-se o conceito como imagem/ definição ilustrada, signo de Deus, como por exemplo, em Cesare Ripa, onde a pintura dos retratos é ordenada por entimemas teológicos.

Por ser pertencente ao estilo médio, temperado, tendendo ao grave, o gênero histórico ambiciona convencer os ouvintes acerca da legitimidade e da virtude, ambas implicadas nas matérias com as quais a história se ocupa e dos personagens que retrata.

Dos três modos citados acima para se formar imagem, a preceptiva poética retórico seiscentista, especificamente em Cesare Ripa, prescreve que os juízos sem fantasia ocorrem quando o entendimento os produz por si com a sua inata e ineficaz virtude, sem que a fantasia se ocupe em outro ministério mais que servi-lo com as espécies fantásticas, ministrando-lhas por matéria. O segundo é quando o entendimento e a fantasia se unem para a produção de tais imagens. O terceiro é quando a fantasia por si só as fabrica, sem se aconselhar com o entendimento. O segundo método parece ser o caso de Pero de Magalhães Gandavo, pois não obstante uma escrita clara e concisa dota-se o discurso gandaviano de fantasia temperada pelo juízo:

Tambem há huma certa arvore na Capitania de Sam Vicente, que se diz pela lingoa dos Indios “Obirá Paramacii”, que quer dizer páo para enfermidades: com o leite da qual sómente com tres gotas, purga huma pessoa por baixo e por cima grandemente. E sitomar quantidade de huma casca de noz, morrerá sem nenhuma remissam. (...) Chama-se herva viva, e tem alguma semelhança de silvam macho. Quando alguem toca com as mãos, ou com qualquer outra cousa que seja, **naquelle momento se encolhe e murcha de maneira que parece criatura sensitiva que se anoja, e recebe escandalo com aquelle tocamento.** E depois que assossega, como cousa já esquecida deste agravo, torna logo pouco a pouco a estender-se até ficar outra vez tam robusta e verde como dantes

¹⁴⁸

¹⁴⁷ Ret, L.III,IX.

¹⁴⁸ GANDAVO, op.cit., p.100.

Em sua escrita percebe-se um estilo chão, humilde; a suposta falta de engenho é explicitamente um artifício de *captatio benevolentiae* derivado da modéstia afetada ou da tópica da humildade: “*Somente procurei escrever esta na verdade per hum estillo fácil, e chão, como meu fraco engenho me ajudou, desejoso de agradar a todos os que della quizerem ter noticia*”¹⁴⁹.

Talvez não seja demasiado supor em Pero de Magalhães Gandavo uma prosa icônica, de caráter encomiástico. Os *tópoi*, em geral, modelizam os discursos conforme regras do decoro para avaliar ou julgar a questão em causa.

Pero de Magalhães Gandavo reforça seu decoro para compor uma prosa destituída de grandes ornatos e figuras de elocução, preferindo o *sermo* à *oratio* para conquistar a boa vontade, a atenção e a disposição para apreender o leitor da corte¹⁵⁰. É possível observar no autor de *História da Província de Santa Cruz* a tópica da modéstia no afã em pleitear amparo e proteção reinol:

Neste pequeno serviço, muito illustre Senhor, que offereço a V.M. das primícias de meu fraco entendimento, o poderá nalguma maneira conhecer os desejos que tenho de pagar com minha possibilidade alguma parte do muito que se deve a ínclita fama do vosso heróico nome (...) a qual espero que folgue de ver com atenção, e receber-ma benignamente debaixo do seu emparo (...) ¹⁵¹.

Entre os temas mais explícitos que circundam o texto de Gandavo, temos o da batalha espiritual contra o demônio que ronda as populações ameríndias, a ética que subordina os interesses econômicos da posse da terra e a missão evangelizadora dos jesuítas. Além desses, é possível elencar o caráter providencial dos descobrimentos portugueses que se opera como vontade divina e a Revelação que a palavra divina tem no Novo Mundo. As tópicas retóricas desenvolvidas pelo autor, além destas pretendem contemplar a valorização da ação missionária em que se focalizam os “frutos” do labor catequético nas casas jesuíticas, a inclinação do ameríndio para o recebimento da fé cristã e, por outro lado, a crítica às práticas gentílicas como a antropofagia. Associado a estas,

¹⁴⁹ GANDAVO, op.cit., pp.77.

¹⁵⁰cf. SINKEVISQUE, Eduardo. **Retorica e política**: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introducao a um debate sobre o gênero. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/ USP) 2000, p.4.

¹⁵¹ GANDAVO, op. cit, pp.75.

um princípio marcadamente utilitário em sua escrita, ou seja, transita entre o místico e o utilitário.

Para Luz, há similaridades do texto gandaviano com as cartas jesuíticas, como a descrição das coisas raras capazes de aguçar a curiosidade do leitor cortesão, o maravilhamento com a natureza brasílica em passagens plenas de sinais do providencialismo da descoberta e as já comentadas formas de *captatio benevolentiae* presentes na adoção de um estilo casual e humilde¹⁵².

O texto de Gandavo procura extrair lições morais do sítio visitado e estabelece também um projeto missionário jesuítico, pois é indispensável denunciar que sua *História da Província de Santa Cruz* foi escrita à luz de uma teologia marcadamente jesuítica e neo-escolástica. Deste modo, o autor de *História da Província de Santa Cruz* pode ser visto como um caso representativo do humanismo português afinado com a matriz teológica aristotélico-tomista:

Sua Terra de Santa Cruz é tida como a utopia Crista a ser realizada pelo braço humano português, caso o mesmo não seja desviado para a tentação de tomá-la tão somente como a terra do pau-brasil” ou seja , um lugar cheio apenas de riquezas materiais sem qualquer sentido espiritual¹⁵³.

Para Gandavo, a saúde do reino de Portugal depende do cumprimento de seu mandato evangelizador, que, uma vez esquecido, compromete a manutenção e expansão do próprio império no ultramar. Como afirma Mello e Souza, o texto gandaviano pretende corrigir o corpo do Brasil, ou seja, afastar as populações do demônio e aproximá-las de Cristo, amansando-as¹⁵⁴. Seu texto pretende um paraíso a ser (re) construído através da ação política e doutrinária do Estado e da Igreja.

¹⁵² As principais tópicas e estratégias textuais que conformam a escrita jesuítica em suas correspondências são objetos de trabalho como: HANSEN, Joao Adolfo. O nu e a luz: cartas jesuíticas no Brasil. Nóbrega, 1549 – 1558. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n 38, 1995, p.87-119; LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História**, Vol 22, n 43, 2002, p.11-32; LUZ, G.A. Carne humana das cartas: o canibalismo nas cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. In: Carne Humana: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003, p.25-63.

¹⁵³ LUZ, Guilherme Amaral . Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultra-marina portuguesa na Terra de Santa Cruz. **História e Perspectivas**. Uberlândia (32/33); 67-90, Jan.Jul/Ago.Dez.2005, p.20.

¹⁵⁴ Mello e Souza, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial**. 5 impressão. Companhia das Letras. São Paulo, 1995

Segundo Hansen, o que se refere à relação autor/ elocução está atrelado ao conceito latino de *Fides* que é encontrado em *Instituição Oratória* de Quintiliano. Este trata da elegia erótica de Ovídio, diferenciando-a dos textos de Galo, Tibulo e Catulo. Para o estudioso, a diferença entre os estilos não é de ordem individual. Não é o homem Ovídio que está em questão, mas o que é considerado ser a forma, a técnica como o poeta desenvolve e dispõe a aplicação de tropos e figuras das tópicas elegíacas eróticas imitadas por todos os poetas romanos que se especializam no gênero. Ovídio é libidinoso, Galo mais duro e Catulo, erudito.

Agora, todos são elegíacos e aplicam os lugares-comuns da elegia erótica, usam o mesmo verso prescrito para o gênero. Contudo, para o estudioso, a diferença entre eles reside na variação elocutiva, ou seja, no intervalo da aplicação de tropos e figuras aos lugares-comuns que todos eles aplicam, e seu público sabe disso ¹⁵⁵.

Ainda para Hansen, a linguagem da política católica organiza-se através de uma prescrição legal autorizada através de signos que abarcam todas as imagens discursivas, pictóricas, musicais e gestuais. Devem ser retratos regulados e controlados em regimes analógicos de adequações verossímeis e decorosos.

Segundo Hansen, à medida que os textos ficcionais são relacionados com outros regimes discursivos contemporâneos, observa-se que suas imagens alteram tópicos extraídas do referencial deles, figurando na própria deformação os critérios técnicos que as inventam para o destinatário construir a perspectiva com que deve avaliá-las. A liberdade individual do processo de invenção dos autores é restrita pelos modelos retóricos que funcionam como limites convencionais do arbítrio poético. A representação imita modelos, a maior ou menor deformação das imagens indica, para o destinatário constituído nelas e por elas, também o ponto de vista poético e politicamente adequado para recebê-las.

A invenção ficcional altera o referencial discursivo local. Para fazê-lo, o autor, se utiliza das autoridades por meio de fundamentos compartilhados coletivamente, ou seja, para Hansen, uma iniciativa individual repete padrões sociais na variação elocutiva do estilo. Desta maneira, é possível deduzir que os autores coloniais utilizam-se particularmente de uma norma coletiva que aparece nos discurso de mesmo gênero entre os

¹⁵⁵ HANSEN, op. cit., 2005, p.129.

contemporâneos do século XV e XVI. As escolhas não eram subjetivas, as tópicas delineavam a escolha¹⁵⁶. A transmissão das tópicas era cumulativa. Contudo, havia um acervo geral consultado pelo letrado para redigir seu texto. A seleção dos lugares-comuns partia da finalidade disposta não pela tradição, mas sim pelas circunstâncias da matéria narrada.

Mesmo quando se trata de discursos em que a enunciação é auto-referencial, a forma do eu não é psicológica ou expressiva, como propõe a historiografia literária da tradição romântica. Isto ocorre porque este “eu” é um tipo modelado retoricamente como representação, segundo Hansen. Há uma espécie de narrador institucionalizado; a liberdade dos súditos se define como subordinação a papéis estamentais constituídos e regradados pelos privilégios, ainda mais se levarmos em consideração a relação desses cronistas com o mecenato régio:

(...) As representações coloniais não são cartesianas ou iluministas, mas neo-escolásticas. Nelas, a forma é produzida como adequação mimética a modelos e preceitos de gêneros poético-retóricos tradicionais. Assim, sua recepção é composta duplamente: como reconhecimento das tópicas dos gêneros e das matérias locais e como reconhecimento dos preceitos técnicos aplicados à invenção, disposição e elocução, e, ainda, dos modos teológico-políticos institucionalmente autorizados de sua interpretação.

(...) além dos condicionamentos institucionais e materiais da sua invenção e circulação, pode-se concluir que a quantificação empírica do que se lia durante os tempos coloniais, rastreando-se títulos em bibliotecas conventuais, em informações de cronistas da Companhia de Jesus, em processos inquisitoriais, em inventários etc, é obviamente fundamental para uma história descritiva das leituras. Mas não menos fundamental é o como se lia.

Por outras palavras, pouco se pode falar descritivamente das letras coloniais, se antes não se estabelecer a especificidade histórica da sua normatividade retórico-poética e teológico-política¹⁵⁷.

As letras coloniais subordinam-se a pressupostos de ação que visam a produzir efeitos retóricos adequados a dados fins hierárquicos particulares, como em Pero de Magalhães Gandavo ao mostrar ao destinatário qual a finalidade de sua obra:

¹⁵⁶ cf. CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura Européia e Idade Média Latina**. Trad: Paulo Ronai e Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Mec/ INL, 1957.

¹⁵⁷HANSEN, op. cit., 2005, p.113

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, e sair com ella a luz, foi por não haver atégora pessoa que a emprendesse, havendo já setenta e tantos annos que esta Provincia he descoberta. A qual historia creio que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizerão sempre da mesma provincia, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que per melhor estilo, e mais copiosamente que eu a escrevessem. Porém já que os estrangeiros a tem noutra estima, e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nos (aos quaes lançarão já os portuguezes fora della à força d'armas per muitas vezes) parece cousa decente e necessaria terem também os nossos naturaes a mesma noticia, especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhe-la para seu emparo: porque a mesma terra he tal, e tam favoravel aos que a vão buscar, que a todos agazalha e convida com remédio por pobres e desemparados que seião.¹⁵⁸

Em Pero de Magalhães Gandavo notam-se em seu corpo de composição convenções técnicas que confirmam a identidade, os exemplos, a autoridade, se o discurso é elogioso ou de vitupério. No autor é possível notar uma *descriptio laudatoris* de grandeza mediana. Neste autor a contemplação atua em consonância com a ação; a cultura letrada a serviço da política e do negócio; o letrado, um servidor.

A narrativa gandaviana justapõe os elementos discursivos retoricamente regrados em um espaço de duas dimensões sem subordiná-los. O enunciado recorta o discurso em afirmações breves, os verbos não se eclipsam. As idéias e necessidades novas se exprimem pela referência ao vivido ou pretensamente presenciado. É possível dizer que em Gandavo há o encontro do real com o prazer.

Para Sinkevisque, a prosa historiográfica atua como uma técnica, um fazer pela narração encômios e ações sucedidas, transformando em verossímeis muitos casos idênticos e já conhecidos pela recepção em uma ordem cronológica através de uma primeira pessoa institucionalizada que representa um pensamento coletivo, hierarquizado que escreve sobre um dado presente a partir de um passado¹⁵⁹.

Percebe-se, explicitamente, que o autor pretende um discurso dotado de clareza, tal qual preconizado por toda a tradição retórica historiográfica, um discurso dotado de

¹⁵⁸ GANDAVO, op.cit, p.76.

¹⁵⁹ SINKEVISQUE, op.cit, p.122.

simplicidade, ausente em prolixidade, ou seja, de termos difíceis, impenetráveis: “(...) *para que assi nam fosse notado de prolixo e satisfizesse a todos com brevidade*”¹⁶⁰.

A descrição de Gandavo é pintada como uma imagem tão completa de coisas que dá a impressão delas não estarem sendo descritas, senão sucedendo-se ante nossos olhos. Ou seja, como o fim de amplificar, adornar ou deleitar não se limita a expor o assunto, mas, sim, expor os retratos descritivos pictóricos através de cores, como em um quadro, de modo que forneça para o destinatário a impressão de que muito mais do que lida, a descrição foi pintada. Procura o autor recriar o leitor não somente com o que se passa na Província de Santa Cruz, mas também denuncia as circunstâncias de moradia, lucro e religiosidade da terra. Faz isto através de uma escrita simples. Em Gandavo, a pintura do éthos da cidade está totalmente associada aos donatários, ou seja, cidade e homem andam lado a lado para a constituição do tropos retórico no autor:

Tem esta Provincia, assi como vai lançada na linha Equinocial para o Sul, oito Capitánias povoadas de Portuguezes, que contém cada huma em si pouco mais ou menos cincoenta legoas de costa, e demarcão-se humas das outras por huma linha lançada Leste oeste: e assi ficão limitadas per estes termos entre o mar Oceano e a linha da repartição geral dos Reis de Portugal e Castella. As quaes Capitánias El Rey Dom João, o terceiro deseioso de plantar nestas partes a Religiam Christãã, ordenou em seu tempo escolhendo para o governo de cada huma dellas vassallos seus de sangue e merecimento, em que cabia esta confiança, os quaes edificarão suas povoações ao longo da costa nos logares mais convenientes e acomodados que lhes pareceu pera a vivenda dos moradores ¹⁶¹.

Para Menandro, o elogio de uma região deveria ser examinado primeiramente a partir de sua natureza, ou seja, daquilo que lhe é inerente. Para que esta fosse louvada cabia ao autor uma análise topográfica, percebendo se o lugar era próximo ou distante do mar, com costeiras e contíguo ao litoral, se ilha ou península, se situado a ocidente ou oriente. A respeito da natureza da região, considera-a Menandro, em seis tópicos:

¹⁶⁰GANDAVO, op.cit, p.84

¹⁶¹ Ibidem, op.cit, pp.85.

Una región es montañosa o llana, árida y seca o rica y de agua abundante, fértil y prolífica o estéril y poco productiva. A partir de eso, pues, valoramos lo bueno y lo malo de una región. Para que dispongas de ejemplos de todas esas consideraciones, pondré alguno de cada una, señalando antes los dos puntos principales conforme a los que es preciso, recurriendo a ellos, alabar: placer y utilidad; és preciso, pues, hacer las alabanzas de region atendiendo a esos puntos principales. Por ejemplo, si alabaras un lugar del interior, dirás, respecto al placer, que en él se dan, y con seguridad, el goce y disfrute de los bienes del continente, por estar las montañas rodeando a las llanuras, y a las llanuras cubiertas de mieses; y respecto a la utilidad, que más genuinos son los frutos de la tierra por no estar batida por las olas y hallarse alejada de las agitaciones del mar. Si alabaras un lugar de la costa, debes decir que cuanto de placentero y beneficioso hay en la tierra y en el mar reúne la región¹⁶².

Ainda, segundo o preceptista grego, o elogio às cidades deve ser feito a partir da observação das características naturais da terra como as estações do ano, vizinhança e abundância de rios para estabelecer as condições econômicas. Logo, é necessário evidenciar na descrição exemplos para que o tratamento dado à matéria seja compreensível e claro. No caso de Gandavo, para que seja breve e preciso.

A respeito da proximidade ou distância do mar, na construção do gênero, mostra Menandro que, se o local for continental e estiver muito longe do mar, se farão encômios sobre a segurança de ele ficar distante da costa e se utilizará o retor das autoridades que elogiaram populações cuja vida se realizou em sítios apartados do litoral. Além disto, dir-se-á o que de maléfico ocasiona viver próximo ao mar.

Por outro lado, se a cidade for marítima ou uma ilha, demonstrará o orador as vicissitudes de se viver longe das terras que margeiam o mar. Em oposição, enumerará as qualidades de viver próximo à faixa costeira. Para isso, o orador deve ponderar sobre a constituição de cada lugar de maneira específica.

É possível que Gandavo, ao construir seu gênero, não se utilize do contraposto, ou seja, ao elogiar a costa não se preocupe em vituperar o interior. Em relação às virtudes da cidade, Menandro atenta para quatro itens que deverão constar da construção do elogio:

¹⁶² MENANDRO, El Rétor. **Dos Tratados de Retórica Epidítica**. Introducción de Fernando Gascó. Traducción y notas de Manuel Garcia García y Joaquín Gutiérrez Calderón. Editorial Gredos, S/A, Madrid, 1996.p.113

valentia, justiça, temperança e sabedoria. O autor bracarense se limita a louvar, em linhas gerais, a natureza e mostrar ao leitor as possibilidades econômicas desta, além de, implicitamente, demonstrar qual a linhagem e ascendência dos donatários das respectivas capitâneas, através de uma simples nomeação deles. Logo, é possível deduzir que o elogio da cidade é permeado pelo encômio dos seus “donos” e à prodigalidade da natureza, dados esses que visam a amplificar o ato de “delectare”. Sobre a capitania do Rio de Janeiro afirma:

E assi as terras que há nesta Capitania, tambem sam as melhores e mais aparelhadas para enriquecerem os moradores de todas quantas ha nesta Provincia: e os que la forem viver com esta esperança, nam creyo que se acharão enganados.¹⁶³

Segundo Menandro, para que se construa o discurso epidítico há de se levar em consideração as estações do ano. Deve-se ponderar sobre a temperatura do local, se quente ou fria e, além disso, sobre a transparência do ar segundo o equilíbrio das estações do ano, ou seja, se estas são bem demarcadas. Deve tais elementos servir de matéria para a construção do encômio. Ressalta que as temperaturas podem ser bem díspares umas das outras ou podem existir concorrência equânime. Ensina o retor grego que, se o lugar é quente, cabe ao orador mostrar as qualidades do local, além da tal temperatura e denunciar a falta de virtude nos lugares frios e, se o sítio é friorento, dever proceder ao contrário: “(...) *si el lugar fuera más bien caluroso, habría que referir lo malo de los lugares fríos; y si más bien frío, lo malo de los calurosos*”¹⁶⁴.

Em relação às estações do ano, ensina o autor de *Dos Tratados de Retórica Epidítica* que deve o orador atentar a três aspectos: tempo, qualidade e quantidade. Afirma que o primeiro se for, bom ocasionará produção o ano todo ou pelo menos, a maior parte dele; em relação ao segundo, o lugar deve ser prazeroso, bom de viver. Em relação à utilidade, se os produtos da terra não causam mal à saúde dos habitantes e se, porventura, são agradáveis aos sentidos. Gandavo no capítulo II “*Em que se descreve o sítio e qualidades desta província*” mostra o elogio à terra, denunciando seus aspectos laudatórios:

¹⁶³ GANDAVO, op.cit, pp.91.

¹⁶⁴ MENANDRO, op. cit, p117.

... porque com ser tam grande nam tem Serras, ainda que muitas, nem desertos nem alagadiços que com facilidade se não possam atravessar. Além disto he esta Provincia sem contradição a melhor pera a vida do homem que cada huma das outras de America, por ser commumente de bons ares e fertilíssima, e em gram maneira deleitosa e aprazível á vista humana. O ser ella tam salutifera e livre de enfermidades, procede dos ventos que geralmente cursão nella(...) ¹⁶⁵.

O orador também deve se preocupar com a situação que a cidade ocupa dentro da região em que está inserida, ou seja, se mais situada no interior ou mais próxima da faixa costeira, se o sítio é plano ou montanhoso, qual a variedade de frutos, rios e vegetação que há nela.

No texto gandaviano há uma profusão de exemplos no que tange à aproximação entre discurso laudatório e animais/vegetação e alimentação. Abaixo se escolheram dois exemplos para não alongar em demasia o “corpus” de citações:

Há também outros maiores a que chamam Pacas, que tem o focinho redondo e quase da feição do gato, e o rabo como o da Cotia. São pardas, e malhadas de pintas brancas por todo o corpo. Quando querem guiza-las pera comer, pelão-nas como leitam, e nam nas esfolão, porque tem um couro mui tenro e saboroso, e a carne também he muito gostosa e das melhores que ha na terra ¹⁶⁶.

Huma planta se da também nesta Provincia, que foi da ilha de Sam Thomé, com a fruita da qual se ajudam muitas pessoas a sustentar na terra. Esta planta he muito tenra e nam muito alta, nam tem ramos senam humas folhas que serão seis ou sete palmos de comprido. A fruita della se chama bananas. Parecem-se na feição com pepinos, e crião-se em cachos: alguns delles ha tam grandes que tem de cento e cincoenta bananas pera cima , e muitas vezes he tamanho o peso della que Acontece quebrar a planta ao meio. Como são de vez colhem este cacho, e dali alguns dias amadurecem. Depois de colhidos cortão esta planta porque nam frutifica mais que a primeira vez: mas tornam logo a nascer della huns filhos que brotam do mesmo pé, de se fazem outros semelhantes. Esta fruita he muito sabrosa, e das boas, que ha na terra: tem uma pelle como de figo (ainda que mais dura) a qual lhe lanção fora quando a querem comer: mas faz dano á saude e causa fevre a quem se desmanda nella¹⁶⁷.

No gênero demonstrativo, a mensuração do uso encomiástico é dada pelo modelo e não pela vontade individual do retor. Não há obra autônoma, mas imitação de um gênero. No caso de Gandavo, um louvor retoricamente regrado: o estilo médio. Contudo, é

¹⁶⁵ GANDAVO, op. cit, p.81

¹⁶⁶ Ibidem, op. cit, p. 104.

¹⁶⁷ Ibidem, op. cit., p.95

importante ressaltar que a amplificação não consiste em servir como provas, mas sim em demonstrar que os fatos são belos e úteis¹⁶⁸. Sobre o modelo, pondera Muhana:

O modelo - que é o semelhante, que é o mesmo - passa por ser também o original, o modelo de cada gênero constituindo virtualmente sua origem. Isto é, uma vez que cada gênero detém um modelo de excelência próprio - sendo esses modelos os que fornecem as regras de construção do gênero, na medida em que correspondem à sua realização perfeita e instituem o paradigma do gênero – é este modelo considerado o fundador do gênero¹⁶⁹.

Uma interessante imagem fornecida por Torres¹⁷⁰ é que na narração os oradores espalham uma profusão de sementes probatórias donde se extraem os argumentos com que pretendem persuadir os ouvintes. A amplificação, segundo Torres, consta de seis capítulos: a pessoa que atua, a coisa realizada, o momento em que se produz, o lugar bem como o modo em que se deu e a causa. Em Gandavo assim se constitui sua narração:

Então se levantou elle muito depressa e **lançou mão a huma espada que tinha junto de si** com a qual botou somente em camisa pela porta fora, tendo pera si (quando muito) que seria algum tigre ou outro animal (...) Nisto conheceu o mancebo que era aquilo cousa do mar e antes que nelle se metesse, acudio com muita presteza a tornar-lhe a dianteira, e **vendo o monstro que elle lhe embargava o caminho levantou-se direito pera cima. Como hum homem ficando sobre as barbatanas do rabo, e estando assi a par com elle, deu-lhe uma estocada pela barriga, e dando-lha no mesmo instante se desviou pera huma parte com tanta velocidade, que nam pôde o monstro leva-lo debaixo de si: porem nam pouco afrontado, porque o grande torno de sangue que sahio da ferida lhe deu no rosto com tanta força que quasi ficou sem nenhuma vista: e tanto que o monstro se lançou em terra deixa o caminho que levava e assi ferido hurrando com a boca aberta sem nenhum medo, remeteu a elle, e indo pera o tragar a unhas, e a dentes, deu-lhe na cabeça huma cotilada mui grande, com a qual ficou já mui debil, e deixando sua vã porfia tornou entam a caminhar outra vez para o mar.** Neste tempo acudiram [Baltezar Ferreira] alguns escravos aos gritos da India que estava em vella: e chegando a elle, o tomaram todos já quasi morto e dali o levaram á povoaçam onde esteve o dia seguinte á vista de toda a gente da terra¹⁷¹.

¹⁶⁸ Arist. Ret. LIII,VII.

¹⁶⁹ MUHANA, Adma. **A Epopéia em Prosa Seiscentista**. São Paulo: Unesp, 1997.

¹⁷⁰ TORRES, Alfonso de. **Ejercicios de Retorica**. Introducci3n, edici3n cr3tica, traducci3n anotada e 3ndices a cargo de Violeta P3rez Custodio. Pr3logo de Luisa L3pez Griega. Instituto de Estudos Humanisticos. Alcañiz – Madrid, 2003, p.159.

¹⁷¹ GANDAVO, op.cit, p.120. (grifo meu)

Nos séculos XVI e XVII, os argumentos são mais tirados dos exemplos e estes extraídos da memória e não dos verossímeis, isto é do retor para a audiência, em relação ao que ocorreu ou que provavelmente tenha ocorrido:

As opiniões conhecidas pelo auditório proporcionam prazer, fruição e são incorporadas como máximas que se universalizam. O êxito deste expediente é possibilitado pelo conhecimento da disposição dos ouvintes. Neste sentido, o argumento desenvolvido é de natureza moral, a fim de angariar a simpatia do destinatário, pois objetivo fazer do ethos do orador um caráter honesto ¹⁷².

Em Pero de Magalhães Gandavo:

Como pois a natureza seja a vida da memória, e a memória huma semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe, quiz movido destas razões, fazer esta breve historia, pera cujo ornamento nam busquei epítetos exquisitos, nem outra fermosura de vocábulos de que os eloqüentes Oradores costumão usar pêra com artifício de palavras engrandecerem suas obras. Somente procurei escrever esta na verdade per hum estilo fácil, e chão como meu engenho fraco me ajudou, desejoso de agradar a todos os que della quizerem ter noticia ¹⁷³.

1.) A evidência do Maravilhoso

O maravilhoso também se expressa através de um dispositivo retórico denominado *evidentia* ou analogia. As descrições das representações se distinguem à medida que se diferencia os “*contadores de histórias*” segundo a religião, a profissão, a classe social etc.

O interesse do europeu seiscentista não é somente o conhecimento sobre o Outro, mas a ação nele operada. O maravilhoso opera-se como intermediário entre o terror e o deslumbramento. Para Greenblatt¹⁷⁴ certa medida do maravilhamento é útil porque chama a atenção para aquilo que é novo ou bastante diferente do que pensávamos ou do que julgávamos ser, fixamo-lo na memória. Há uma espécie de estupor e paralisia diante do inusitado e, muitas vezes, ele precede as categorias morais do sujeito.

¹⁷² SINKEVISQUE, op. cit, pp. 255.

¹⁷³ GANDAVO, Pero de Magalhães, op.cit, p.76.

¹⁷⁴ GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo**. Trad: Gilson César Cardoso de Souza, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Ensaio de Cultura, 8).

Logo, para este, amamos ou odiamos o objeto que nos move, ou seja, não sabemos se devemos nos aproximar ou distanciar daquilo que nos é patético¹⁷⁵. O maravilhamento é um componente quase inevitável do discurso da “descoberta”, pois, por definição é um reconhecimento instintivo da diferença, o indício de uma atenção altamente concentrada. A expressão do maravilhamento representa tudo o que não pode ser conhecido, ou seja, aquilo em que mal se pode acreditar.

Ele chama a atenção para o problema da credibilidade e, ao mesmo tempo, insiste em sua inegabilidade, exige uma experiência para que se desfaça. Gera o *mirabilia* sentimentos intensos quase fantasmagóricos, que depois dos momentos iniciais de espanto podem ser tocados, catalogados, inventariados e possuídos, segundo Greenblatt. Por exemplo, quando miramos uma paisagem, há sempre a presença ensombreada de outra; ao observamos um artefato, conjuramos seu simulacro estranho em outra parte, ao lermos um texto, outro nele ecoa.

O metonímico transmuda-se em metafórico. As conexões se definem pela inversão, homologia e antítese. O Maravilhoso hiperboliza-se, gerando, por seu turno, a ampliação ou dilatação laudatória do conceito, propiciando, nesta, um alargamento da imagem. Para Greenblatt, a legalidade do Império destrói o maravilhoso. A posse origina-se nele, mas aniquila o maravilhamento. Há apenas, para o viajante quinhentista, a confirmação do conhecido, por que:”“(…) *num certo sentido, a melhor viagem será aquela em que se aprende quase nada: a maior parte dos sinais simplesmente confirmarão o que já se sabe*””¹⁷⁶.

O aspecto mais característico resultante do estado de maravilhamento é a afirmação da presença do próprio narrador, à maneira de Heródoto: “*Eu ouvi*”, “*Eu declaro*”, “*Eu escrevo*”, e, sobretudo, “*Eu vi*”. O olho é o testemunho da evidência material e contrasta com a audição. Maravilhar-se, para Greenblatt, é experimentar tanto o fracasso das palavras quanto o da visão, uma vez que essa não define realidade em grau absoluto, ou seja, sem relatividade. O maravilhamento efetua a ruptura crucial com um Outro que só pode ser descrito e testemunhado na linguagem e nas imagens da similitude¹⁷⁷.

¹⁷⁵ GREENBLATT, p.cit, pp. p37

¹⁷⁶ Ibidem, p.128.

¹⁷⁷ Ibidem, p.176.

Segundo Hartog, o tópoi retórico grego *Thôma*, ou seja, *Maravilhoso* deve configurar-se no elenco dos procedimentos da retórica da alteridade de uma maneira que produza um efeito de credibilidade, até porque o narrador não pode deixar de usar essa rubrica que o público espera: se a omitir, arruinará de uma vez seu crédito. Nos relatos de terras nunca antes conhecidas não pode deixar de haver maravilhas, curiosidades com enorme beleza, dotadas de excessiva raridade - esses são os constituintes do *Thôma*. Dito de outro modo apresenta-se como uma tradução da diferença entre o Aqui e o Além¹⁷⁸.

A gradação do maravilhoso, *Thôma*, nas narrativas, funciona como critério de classificação: do menos ao mais extraordinário.

Para o estudioso, o maravilhoso atua em uma escala e esta gradação funciona em torno da quantidade de itens discursivos tanto no *sermo* quanto na *oratio*. O narrador processa suas escolhas em função do destinatário, ou seja, obedece-se, portanto ao ouvido do público¹⁷⁹. Ou seja, avaliar, medir e contar são operações necessárias para a tradução do maravilhoso no mundo em que se conta. É no viajante, para Hartog, que se calibra o relato, ou seja, é com relação a mim - e não com relação aos deuses - que algo se entende como *Thôma*; sou eu que estimo que tal paisagem ou construção seja “admirável” ou “extraordinária”¹⁸⁰.

O olho do viajante opera como medida e o narrador “*faz ver*”, levando o destinatário avistar o maravilhoso, fornecendo-lhe, precisamente e arbitrariamente, suas medidas. Em seu conjunto como as técnicas da agrimensura, mede com a imaginação o alcançável pelo olhar¹⁸¹. Tem por finalidade, também, *fazer crer*. Atua como um transportador da diferença e opera em uma tabela de equivalência, pois “(...) *nomear o outro implica classificá-lo*”¹⁸².

¹⁷⁸HARTOG, Francois. Uma retórica da alteridade. In: **O Espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do Outro. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999. Trad: Jacyntho Lins Brandão, p.246.

¹⁷⁹ Ibidem, p.247.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 250.

¹⁸¹ Ibidem, p.251.

¹⁸² Ibidem, p.258.

A descrição amplifica ou diminui a relação com o objeto narrado. Eu meço o que percorro, domino o espaço que conto. Aquele que faz crer também revela. A razão opera-se, talvez, onde as imagens - verdadeiro/ verossímil são reguladas por uma analogia de proporção. Nos relatos quinhentistas, o “Outro” se delinea pela *evidentia*, pois a similitude parte de um panorama conhecido para um desconhecido afim de que este seja reconhecido e qualificado no interior de um mundo do EU para o Outro, como demonstra Hansen:

Nos textos quinhentistas sobre os indígenas do Brasil, encontramos uma dupla articulação (...): Em uma delas, os enunciados figuram a gigantesca dispersão do novo, maneira de viver dos indígenas, animais de estranhas raças, coisas assombrosas ou curiosas que a terra produz, descritos de maneira muito analítica com profusão de minúcias. Na mesma dispersão analítica, produzida com um mapeamento classificatório, a enunciação projeta o princípio que unifica teológica e politicamente o que é dito. A proliferação e as multiplicidade dos seres e eventos da nova terra são subordinadas, enfim, como semelhanças distantes do mesmo princípio interpretativo que as atravessa como universalidade de causa primeira e final, Deus. Logo, tudo que é diferente é interpretado como uma variação distante Dele. Imagem invertida da Europa, o Novo Mundo é visto por *speculum*, pelo espelho, como no trecho do apóstolo Paulo. Feita como uma tradução ou extensão da *Traditio* redefinida em Trento, a interpretação aplica o filtro teológico à visão do que é visto. Não há nenhuma naturalidade na observação, mas total subordinação da experiência do Novo ao padrão cultural vivido como universalidade da Lei de Deus (...) Os cronistas portugueses como Gandavo e Gabriel Soares de Souza adotam a universalidade como os jesuítas Nóbrega, Anchieta e Cardim para fundar a ação portuguesa no Brasil na analogia escolástica. Entendendo que a analogia de proporcionalidade faz do Novo Mundo um efeito e um signo criado por Deus, e que a analogia de proporção faz dele um resultado hierarquizado à distância, nos confins da criação, afirmam que nele bruxuleia a pálida luz natural que deverá ser evidenciada em leis positivas legítimas¹⁸³.

As descrições dos jesuítas e cronistas estabelecem a analogia - *evidentia* – entre os acontecimentos locais e os eventos narrados na Bíblia buscando os referenciais epistêmicos na Antiguidade. A etimologia do Novo Mundo se inscreve na relação pautada pela diversidade/ variedade tendo como elemento norteador da escrita a autoridade, também, por mais inusitado, distinto e diverso o “descoberto” seria registrado a partir de uma ideologia teológica judaico-cristã quinhentista:

Referem atos virtuosos de tipos heróicos, refazem genealogias exemplares, como vida de santos, propondo-os como modelo de virtudes a serem imitadas; fazem extensas descrições dos hábitos selvagens,

¹⁸³ HANSEN, João Adolfo. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro In: NOVAES, Aauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.364.

curiosidades e coisas fantásticas da terra, imitam gêneros antigos, como o diálogo platônico, a história de Heródoto, as épicas romanas e grega, a física aristotélica, a epístola paulina, a História Natural de Plínio, o Auto, o Itinerarium e a peregrinatio medievais¹⁸⁴.

Sobre a *evidentia*, pondera Hansen:

(...) Aristóteles, para estimular o pathos em si mesmo e nos ouvintes, o orador que pretende qualificar determinada matéria produz representações chamadas phantasiai (Arist, Retórica, I, 3, 1358b). O Anônimo da Retórica para Herênio (Iv, 19) e Cícero (Partitiones Oratoriae VI, 18,22; De Oratore (III) escrevem que o discurso ilustre ou brilhante das phantasiai é obtido pelo uso de palavras escolhidas (delecta), de metáforas (traslata), de hipérboles (supralata) e de sinônimos (duplicata). Tais palavras produzem a evidentia, a visualização imaginosa da matéria tratada. Retomando Aristóteles e Cícero, Quintiliano explica, na Institutio Oratoria (6, 2,29) que a Evidentia é produzida pelo engenho que é cultivado com o exercício de imitação das autoridades dos vários gêneros. A evidentia é aplicada como descrição detalhada ou enumeração ornada das particularidades reais e fantásticas de lugares-comuns de vários gêneros¹⁸⁵.

Para Hartog, a tradução da diferença conferida pelo viajante exige deste o uso da figura da Inversão, pois nesta, a alteridade se transcreve, segundo o autor, como um anti-próprio. Não há mais a e b, mas sim a e o inverso de a. O projeto discursivo não é mais do que falar de si próprio. Apesar de os cronistas mostrarem o “Outro”, mesmo assim falam de e para si. Há a transição de um mundo em que se conta para um mundo que se conta. A comparação, segundo o estudioso, atua como procedimento de tradução. Quando o primeiro termo não tem equivalente referencial no mundo em que se conta ou quando esse não pode funcionar como referência, a tradução funciona como transposição.

A comparação gera o paralelo do conhecido para o desconhecido, do manifesto para o escondido. Para que seja verossímil é necessário que se postule uma simetria entre o norte e o sul do mundo conhecido. É a aplicação deste postulado que a transformará em verdadeiro paralelo. A descoberta pertence e se relaciona com o princípio da simetria.

¹⁸⁴ HANSEN, op. cit., 1998.

¹⁸⁵ HANSEN, João Adolfo. Agudezas seiscentistas. In: **Literatura e Pensamento entre o final da Renascença, o Barroco e a Idade Clássica**, n.º 24, Jan./Junho 2002. Programa de Pós-Graduação em Letras - UFSM, p.61.

A descrição também pauta-se, além do saber, pelo fazer saber. É um olho que fala. O limite do espaço é o limite do dizível, ou seja, só é possível dizer o que se vê, ou seja, proferir o desconhecido nos limites do mundo conhecido:

Essas descrições fazem ver e fazem ver um saber: têm o olho como ponto focal, já que é ele que as organiza (o visível), delimita sua proliferação e as controla (campo visual), bem como as autentifica (testemunha). É, pois, ele que faz crer que se vê e que se sabe, é ele que é produtor de *peithó*, de persuasão: eu vi, é verdadeiro¹⁸⁶.

Ou ainda: “(...) *A descrição é como um quadro com sua legenda, pois faz-se acompanhar da maneira como convém que seja lida*”.¹⁸⁷

A visão atua como instrumento do conhecimento, revela as diferenças. Para Hartog, preferimos a vista a todo resto. A causa disso é que esta é de todos os sentidos, aquele que faz adquirir mais conhecimentos e o que nos revela a maior quantidade de diferenças. Fazer crer é fazer ver. O dizível e o visível atuam em justaposição com o que é notado e observado. A potência do olhar escreve, ou seja, a visão funciona como elemento de persuasão. O invisível se materializa a partir da *enunciatio*. Há uma ambivalência entre a ordem da visão e a ordenação da exposição.

Observa-se o que é notável e anota-se o observável. “Eu vi” funciona como um operador de crença, pois digo o que vi. Eu vejo o que posso dizer, digo o que posso ver. Acredita-se primeiramente em quem vê, posteriormente, em quem diz. Há no universo da Apódeixis (demonstração) um mundo que se conta no mundo em que se conta. “Quem em que momento fala a quem”? O que escrevo é o que digo:

Numa época em que ouvir valia mais do que ver, os olhos enxergavam primeiro o que se ouvira dizer; tudo quanto se via era filtrado pelos retratos de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido¹⁸⁸.

A evidência é o processo descritivo narrativo pelo qual a cena corporifica-se através dos encômios, atos e circunstâncias. Na Retórica, o pensamento por comparação é uma

¹⁸⁶Hartog, op.cit, p.264.

¹⁸⁷ Ibidem, p.269.

¹⁸⁸ MELLO E SOUZA, op. cit., p.22. cf: FEBVRE, L. In: O homem do século XVI. **Revista de História**. Vol. II, 1950.

espécie de entimema aristotélico, onde há proporção dos signos propostos. O discurso é um quadro. O século XVI é um universo de similitudes e seu sistema de representações é redimensionado, também por Michel Foucault através das “Quatro similitudes”¹⁸⁹.

a) *Convenientia*: conjunção, ajustamento e comunicação das propriedades;
b) *Aemulatio*: abolição da distância entre a coisa e sua representação;
c) *Analogia*: acionamento das mais sutis redes de semelhança, porquanto independentes das relações diretas;

d) *Simpatia*: provocação da aproximação dos pólos mais distantes pelo poder de atração que faz as coisas se assimilar umas às outras, eliminando rupturas e forjando a continuidade.

Citam-se alguns exemplos abaixo para se tentar construir uma visão sobre qual a maneira procedida por Gandavo para construir as analogias, ou seja, como o autor formava as imagens para o futuro morador através da *evidentia*. O primeiro termo, o comparável, variavelmente conhecido pelo autor, como, por exemplo: coelho, lagosta, cágado, aproximava-se do inusitado que, devido a seu desconhecimento lexical era nomeado através daquilo que não fosse alheio aos portugueses. O desconhecido, com isso, aparecia através de seus léxicos como ananás e/ou bananas que aos lusitanos já tinha sido explicado através da comparação entre coisas iguais para gerar a explicação do desconhecido:

Huns bichos há nesta terra que também se comem e se têm pela melhor caça que ha no mato. Chamão-lhes tatus, **são tamanhos como coelhos e têm hum casco á maneira da lagosta como de cágado**, mas he repartido em muitas juntas **como laminas; parecem totalmente hum cavallo** armado, têm hum rabo do mesmo casco comprido, o **focinho he como de leitão**, e não botão mais fora do casco que a cabeça, têm as pernas baixas e crião-se em covas, a carne delles tem o **sabor quasi como de galinha**. Esta caça he muito estimada na terra. Ha também muitas galinhas de mato que os índios matão com frechas, e outras muitas aves mui gordas e sabrosas melhores que perdizes. Desta e doutra muita caça há no Brasil com abundância¹⁹⁰.

Procura-se comparar o igual com o igual quando há as equivalências, quando não, se procura entre os dois termos aproximar aquele que parece mais distante, ou, ainda, se compara o diferente com o diferente: o bravo general com um leão, ou ainda o bom com o

¹⁸⁹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981, 2º ed. p. 34 e seguintes.

¹⁹⁰ GANDAVO, op.cit,p. 49. (grifos meus)

bom, como por exemplo: a fortaleza com a sabedoria ou a justiça com a piedade, o mau com o mau: a embriaguez com o adultério, ou, ainda, o bom com o mal, por exemplo: a paz com a discórdia, ou, ainda, compara-se também os contrários inseridos nas virtudes e nos vícios: o maior com o menor e vice-versa, como, por exemplo: o elefante com a mosca, o pigmeu com a girafa.

Na comparação não se devem cotejar todos os traços dos elementos comparados, mas somente aqueles que constituem características evidentes. O que se deve comparar são os traços relevantes: linhagem, pátria, educação e ação. Quando se comparam coisas, há de se exaltar primeiramente aquelas recém-descobertas e, depois, se confrontará com as já conhecidas. A mandioca, assim, é relatada pelo autor de *História da Província Santa Cruz*: “*Estas raizes a cabo deste tempo se fazem mui grandes á maneira de Inhames de S. Thomé, ainda que as mais dellas sam compridas, e revoltas de feição de corno de boi*”¹⁹¹.

Sobre a Capivara, o autor não compara especificamente item com item, mas toma um em específico - a carne da capivara e estabelece uma analogia com as demais, ou seja, pode-se inferir que parte ele do específico para o geral: “*a carne destes [animais] como a dos outros he muito sabrosa e tam sádia que se manda dar aos enfermos, porque pera qualquer doença he proveitosa e nam faz mal a nenhuma pessoa*”¹⁹².

Mais adiante, no sétimo capítulo DAS AVES QUE HA NESTA PROVINCIA, o autor parte para especificações de papagaios. Por exemplo, descreve os Canindés, Araras, Corícas e Tuyuns. Lança mão, nos dois exemplos seguintes de uma *evidentia* hiperbólica:

Tambem se acham outros do mesmo tamanho pelo sertão dentro a que chamam Aráras os quaes sam vermelhos semeados de algumas penas amarellas, e tem as azas azues, e hum rabo muito comprido e feroso. Os outros mais pequenos, que **mais facilmente falam e melhor de todos**, sam aquelles a que na terra commummente chamam papagaios verdadeiros¹⁹³.

Sobre o Ananás afirma: “A esta fruita chamãem Ananazes, e nascem como alcachofres:

¹⁹¹ GANDAVO, op.cit, p.95. (grifo meu)

¹⁹² Ibidem, p.104. (grifo meu)

¹⁹³ Ibidem, p.112. (grifo meu)

(...) São tam sobrosos, que ajuizo de todos **nam há fruita neste Reino que no gosto lhes faça vantagem**, e assi fazem os moradores por elles mais, e **os tem em maior estima que outro nenhum pomo que haja na terra**¹⁹⁴.

Afirma Menandro que a comparação deve ser feita por partes, primeiramente, nas *sententiae*, e aduz que os termos *eikón* (imagem) e *similitudo* (parábola) são recursos retóricos relacionados com o *parádeigma* (exemplo).

No capítulo segundo, EM QUE SE DESCREVE O SITIO E QUALIDADES DESTA PROVINCIA, utiliza o autor de Tratado da Terra do Brasil da *evidentia*. Discute a existência da vida em uma zona tórrida, ou seja, discorre sobre a idéia aristotélica dos antípodas, através de um discurso pretensamente cartográfico, no proêmio, a fim de fortalecer a narração que gerará em seu núcleo a questão dos antípodas para demonstrar que esta Terra é isenta de temperaturas excessivas:

Esta provincia Santa Cruz està situada naquella grande America, **uma das quatro partes do mundo. Dista o seu principio dous graos da equinocial para a banda do sul, e dahi e vai estendendo par o mesmo sul até quarenta e cinco graos. De maneira que parte della fica situada debaixo da Zona torrida e parte debaixo da temperada**¹⁹⁵.

¹⁹⁴ GANDAVO, op.cit, p. 98. (grifo meu)

¹⁹⁵ Ibidem, pp.81. (grifo meu)

X- A influência da obra de Plínio, o velho, sobre Gandavo

Os intelectuais renascentistas procuraram utilizar preceitos aristotélicos aliados à experiência adquirida para descrever qualitativamente o contato com incógnitos povos. A *História Natural* de Luís de Cadamosto é carregada de filiações e dependências frente aos fundamentos da Antigüidade Clássica. Arquitecta-se no Renascimento tal conhecimento para aprofundar o saber da Botânica e da Zoologia.

Afirma-se a satisfação do encontro do homem com o mundo, o fascínio pela compreensão das causas, a razão de tais novidades e as estranhezas da natureza. Envolvem-se saberes em território de instáveis margens conferindo-lhe validade, tal qual um “dicionário categorizado do mundo” através de todas as plantas, frutos, aves e animais daquelas partes.

Atento à dimensão infinitamente espetacular do teatro da natureza, exprime a acumulação de qualidades particulares e individuais que formam o horizonte e o limite da cientificidade renascentista.

Estabelece a concorrência conciliatória entre investigação e revelação, crença e sabedoria, imaginação e imaginário. No século XVI, os herbanários dependem em menor intensidade de Dioscórides, Teofrasto, Aristóteles e Plínio para comporem seus respectivos tratados. O princípio utilitário começa a ocupar o terreno que antes pertencia especificamente ao mitológico.

Conrad Gesner (1516-1565) em sua *História dos Animais* formula em lista alfabética nomes de animais, entre eles, aves, peixes e insetos. Nesta, categoriza-os, como Aristóteles. A partir do nome de cada animal há variadas informações, como: habitat, descrição do bicho, fisiologia, utilidade, hábitos, doenças, alimentação, curiosidades, enfim, inúmeras informações elencadas por um cuidadoso renascentista que não se desvencilha das referências às autoridades antigas e modernas.¹⁹⁶ No século XVI, cada corpo deste mundo, cada planta, cada animal descreve-se sempre como uma combinação particular de matéria e de forma.

¹⁹⁶ BARRETO, Luís Filipe. **Caminhos do Saber no Renascimento Português**: Estudos de História e Teoria da Cultura. Temas Portugueses/ Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Porto, 1986. p 199.

A autoridade do Renascimento se constrói na demonstração. A fonte primária do saber na filosofia natural do século XVI pauta-se mais nas coisas observadas do que nos relatos livrescos, se bem que o último não perde sua autoridade. As letras dos textos são ilustradas ou refutadas pela imagem dos objetos. Parte-se de um sistema de autoridade para um de observação. Garcia Orta, por exemplo, coligiu o pensamento de Dioscórides, Plínio, Avicena, Galeno, Serapião, Santo Isidoro e Paulo Egineta. Adverte sem efeito:

E por estas cousas vos digo que não sei com que razão repreendeis a estes doutores tão antigos, e de tanta autoridade, sendo confirmados pelos modernos, scilicet, Mateus Silvático, Sepúlveda, António Musa, o frade espanhol, os frades italianos, e quantos escreveram livros de botica. Por isso requeiro-vos da parte de Deus que não me digais senão o que vistes ou ouvistes a pessoas muito dignas de fé, ajudando-vos com vossas razões, que as sabereis muito bem dar¹⁹⁷.

Com relação a Gandavo, a grande autoridade antiga a influenciar sua obra foi o latino Plínio, o velho. A obra deste naturalista apresenta-se com uma disposição dispersa sobre as matérias que serão desenvolvidas, contudo a coleta dos dados nos dá a impressão de estarmos diante de uma enciclopédia natural ornada por um competentíssimo historiador.

Plínio busca concisão. É possível inferir que o objeto real do livro não é a ciência natural por si, senão o homem diante de si e da natureza da sociedade romana do ano de 70 dC. Uma obra que dispensa compreensão da veracidade em comparação com a da epistemologia científica do século XVIII. É uma obra de deleite, ou seja, fala-se do homem cujo cenário é a natureza. Não utiliza os autores indiscriminadamente:

(...) no seguiré a ningún autor em particular, sino em cada sección al que considere más fiable, ha sido común em casi todos explicar com mayor diligencia los lugares desde los que estaban escribiendo. No rechazaré, por tanto, ni criticaré a ninguno¹⁹⁸.

¹⁹⁷ DIAS, J.S. da Silva. **Os Descobrimentos da Problemática Cultural do Século XVI**. Ed. Presença, Lisboa, 1973. pp 98. Cf: ORTA, Garcia., Colóquios dos Simples e Drogas da Índia, vol 2º, (Goa, 1563). Academia das Ciências de Lisboa, 1963. pp.244-46.

¹⁹⁸ PLÍNIO, El Viejo. **Historia Natural**. Biblioteca Clasica Gredos, L III,1. Tradução e Notas: E. Del Barco Sanz, I. García Arribas, A. Ma Moure Casas, L.A Hernández Miguel, Maria Arribaz Hernaéz. t.250. p. 8.

Na disposição de cada episódio dá uma forma estrutural à matéria a ser narrada a partir de uma gama cosmológica (ar, água, peixes, pássaro, homem etc.). Além disso, acrescenta-se à série discursiva seu efeito próprio ¹⁹⁹. As plantas e os animais nos textos de *História Natural*, especificamente em Plínio e, posteriormente em *História da Província de Santa Cruz* de Pero de Magalhães Gandavo são classificados de acordo com as modulações de uma distinção constante entre o que se vê (a aparência) e o que se come (substância comestível). As seduções ou as repulsões do olhar são corrigidas pelo duplo diagnóstico do gosto: é bom ou não para se comer, se a ingestão deve ser crua ou cozida.

Os eventos na disposição da obra de Plínio se organizam em torno das causas, que presumem por si a elaboração do enredo. A seqüência dos eventos é modelada gradativamente. Plínio procura atentar à exatidão cronológica. Divulga o orbe romano como centro do mundo; critica a *Historia* de Tito Lívio que elogia os feitos guerreiros ²⁰⁰. Propõe-se a não discorrer sobre uma história de guerras, mas das civilizações. As histórias são relatadas brevemente, variavelmente dotadas de curiosidade e exotismo para relatar os acontecimentos a fim de suscitar reflexões e gerar, também, o deleite do destinatário:

(...) em nombre de la utilidad (utilitas) y de los deberes que cree tener hacia el género humano, Plinio vuelve La espada a una historia que fuera ante todo, un ejercicio de elocuencia destinado a complacer²⁰¹.

Além disso, a obra de Plínio se articula, também, para mostrar a história dos mais humildes ²⁰². Fundamenta-se em autoridades para a composição de sua obra, em nomes como Velesio, Patérculo, Suetônio, Ampelio, Censorino e Solino. Sua *História Natural* é composta de 37 livros e sua intenção é condensar em um tratado de história natural uma espécie de enciclopédia da natureza. A obra visa à utilidade. Escreve para gente comum: camponeses, artesãos e estudiosos; além disso, ela pretende funcionar como um manual de consulta, não para ser lida ininterruptamente. Apresenta o Livro I os índices reunidos

¹⁹⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica: Arno Vogel. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, p.219.

²⁰⁰ [NH II 43], [NH, VII, 92] PLÍNIO, El viejo. **Historia Natural**. Biblioteca Clasica Gredos, L I-II. Introducción General Guy Serbat . Traducción y notas de Antonio Fontan, Ana Maria Moure Casas y otros.

²⁰¹ PLÍNIO, El viejo. **Historia Natural**. Biblioteca Clasica Gredos, L. I-II. Introducción General Guy Serbat . Traducción y notas de Antonio Fontan, Ana Maria Moure Casas y otros p.44.

²⁰² cf. L.VII, 211: aparição do primeiro barbeiro em Roma.

integralmente, que são posteriormente reproduzidos no proêmio de cada livro, porque, assim, cada um não buscará mais do que deseja.

Relata que coligiu 20.000 informações dignas de interesse retiradas da leitura de vinte mil volumes escritos por 100 autores.

Ainda no Livro I há o índice de matérias com a enumeração dos capítulos para cada um dos 36 livros seguintes. Ao final de cada livro há uma lista de autores divididos entre romanos e estrangeiros. Tal procedimento, segundo Plínio, foi utilizado anteriormente por Valério Sorano, escritor do século I. Aduz que a tradição enciclopédica remonta aos *Libri ad marcum filium* de Catão (Séc II a.C) e *Artes de Celso* da época de Tibério.

A obra se dispõe de forma ternária (prefácio – dedicatória/ índices - texto). Em relação às autoridades afirma serem em torno de cem, porém tal cifra deve ser entendida em um sentido mais amplo, como um valor simbólico aproximado. Há também citações indiretas que aparecem sobre as formas: *quidam, nonnulli, proditur, fama est, videmus*. Os testemunhos contemporâneos como Muciano, Trébio Nigro e Varrão tornam-se uma fonte inesgotável de informações. Os índices são dotados de uma acumulação bibliográfica. Neles não se nota o encadeamento de pensadores em comum.

Para Della Corte²⁰³, a *Historia Natural* seria uma compilação de 4 ou 5 tratados varronianos: *Antiquitates, Disciplinæ VIII [De Medicina] , IX [De Architettura], Res Rustica e Imagines*].

A ordenação da obra de Plínio se inicia com uma pintura do espaço seguido do habitante, reino animal, este entendido por tudo aquilo que se distancia do homem e reino vegetal. A ordem tende para um único centro e direcionada no e para o homem e a categorização humano/ animal/ vegetal mineral/ é reiterativa, ou seja, o último elemento retoma o primeiro e assim por diante. Não há um transcorrer em linha reta, tudo tende para um centro de referências. Não há na obra uma intenção explícita de ordenar a matéria de

²⁰³ PLÍNIO, El viejo. **Historia Natural**. Biblioteca Clasica Gredos, L. I-II. Introducción General Guy Serbat Traducción y notas de Antonio Fontan, Ana Maria Moure Casas y otros, apud: F. Della Corte, 1982. *Tecnica Espositiva e Struttura della N.H.* In: **Como**, pags.19, IX.

forma encadeada em ordem crescente – reino vegetal, mineral, animal - tanto no que dispõe das autoridades como dos assuntos tratados.

No que tange à intenção da obra, Plínio procura investigar virtudes e vícios nos reinos animal, mineral e vegetal. Por exemplo, quando fala sobre mineralogia o faz em detrimento da utilidade desta para o homem. Plínio mostra-se um observador dos costumes. Basicamente, os relatos apóiam-se nas virtudes de cada um dos aspectos narrados: cosmos, geografia. Há uma espécie de história edificante.

O plano do conjunto no LVII²⁰⁴ assemelha-se às ordenações tradicionais dos manuais de cosmologia dotadas de ingredientes pitagóricos ou platônicos com um fundo estóico. Além disso, a Astrologia, a partir do século I. a.C adentra em solo romano devido ao afluxo maciço de escravos orientais. Recebe Plínio nesta tópica a influência intelectual de Posidônio de Amapea e de Varrão e seus amigos, especialmente Nigidio Fígulo. O plano do conjunto ainda não admite o determinismo astral na condução da vida dos homens. Seu humanismo pragmático (práxis) favorece a expressão de um pensamento que o homem escreve, por si, sua própria história.

No que tange à Geografia²⁰⁵, afirma sobre a existência de zonas não exploradas: ao sul uma área de calor, ao norte, uma área fria (antípodas). A Europa ocupa metade da terra²⁰⁶, a outra metade²⁰⁷ é formada pela África e Ásia – Oriente.

Nos Livros V e VI, Plínio contempla seu destinatário com os itinerários geográficos - geografia física, humana; essas, inclusive em sua dimensão histórica. O pertencimento da Geografia às Belas Letras e não à ciência, como a entendemos hoje, autorizava esta pintura espacial feita para distrair, além de instruir, o leitor. Plínio, um compilador?

Em muitos lugares que dominam o fabuloso, o miraculoso como na Etiópia, a confrontação de informações se vê privada do apoio de testemunhos confiáveis. Como fontes ocidentais, cita Varrão, Turrano, Agripa, Mela Oriente, entre os gregos Eratóstenes;

²⁰⁴LVII – Ar, ventos (102-155); Prodígios da Terra (207-211).

²⁰⁵LIII, VI.

²⁰⁶L II, IV.

²⁰⁷VI, 122.

dos africanos, Rei Jubá II da Mauritània, autor de *Arábica*, além de um mosaico de todos os tratados anteriores sobre a Eritrèia, Aràbia e Etiópia.

Como autores secundários, Dión (séc. III a.C.); Dalíon, um dos primeiros autores de *Rhetiopica*, os informes das expedições realizadas por Petrônio, prefeito do Egito nos anos 25-24 a.C., os exploradores enviados por Nero em 61 e 65 d.C. e Cornélio Nepote, apaixonado pelos *Mirabilia*.

As fontes organizam a ordenação interna dos livros. Quando Plínio carece de referências seguras, os próprios dados daquelas ocupam o lugar de uma exposição sintética. Os relatos se estruturam a partir da descrição das costas, costume este herdado das antigas circunavegações; no trajeto terrestre, especificamente em seu interior, descreve os itinerários. Atenta para algumas curiosidades como Geologia, Hidrografia, Fauna e Flora. Não se esquece da evolução dos topônimos, da mitologia e da história da população.

Plínio afirma que a natureza criou tudo em favor do homem²⁰⁸. Os habitantes estão presentes em todas as partes da Geografia, não somente neste livro, como também nos demais, como os de farmacopèia vegetal, animal e os referentes aos minerais.

A *História Natural* tem como núcleo central da obra, o homem inserido na Natureza, e ambos dialogam através de um crivo moral.

O Livro VIII rompe com o princípio que aparta o homem do animal, tal qual nas categorias aristotélicas. Neste, a palavra reveladora talvez seja *consortio*, “condição comum”. Por isto, é possível inferir que, mais do que Aristóteles, é Teofrasto a fonte de que mais se vale Plínio.

²⁰⁸ LVII.

Procura, o autor, refletir sobre o comportamento dos animais, sua ferocidade, lealdade e inteligência. Em Gandavo esta tópica aparece desta maneira:

(...) quando se vem perseguidos da fome, também cometem aos homens, e nesta parte são tam ousados, que já aconteceu trepar-se Indio a huma arvore por se livrar de hum destes animaes que o hia seguindo, e pôr –se o mesmo tigre ao pé da arvore, nam bastando a espanta-lo alguma gente que acudio da povoaçam aos gritos do Indio, antes a todos os medos se deixou estar muito seguro guardando sua preza até que sendo noite se tornaram outra vez sem ouzarem de lhe fazer nenhuma offensa, dizendo ao Indio que deixasse estar, que elle se enfadaria de o esperar, e quando veio pela manhã (ou porque o Indio se quis descer parecendo-lhe que o tigre era já ido, ou por acertar de cair per algum desastre, (ou pela via que fosse) nam se achou ahi mais delle que os ossos. Porem pelo contrario, quando estão fartos sam mui cobardes, e tam pusilânimes que qualquer cão que remete a elles, basta a faze-los fugir: algumas vezes acossados do medo se trepam a huma arvore e ali se deixam matar ás frechadas sem nenhuma resistênciã. Enfim que a fartura supérflua, nam somente apaga a prudênciã, a fortaleza do animo, e a viveza do engenho ao homem, mais ainda aos brutos animaes inabilita e faz incapazes de uzarem de suas forças naturaes posto que tenham necessidade de as exercitarem pêra defençam de sua vida ²⁰⁹.

Em Plínio, a relação entre moralidade e natureza animal nos é apresentada, primeiramente, pelo elefante, por duas razões: é o maior dentre os animais terrestres e o mais próximo do homem no tocante a sentimentos. Com isso, mostra-nos o autor que este animal tal qual o homem é dotado de memória e de qualidades morais: obediente às ordens, apaixonado pelo amor e pela gloria²¹⁰, além de possuir virtudes raras entre os homens como honradez, equidade e sentimento religioso:

El mayor y el más cercano a los sentimientos [o latim sensibus não equivale simplesmente a “sentimentos em sentido moderno, mas também a “qualidades psíquicas”] humanos es el elefante. Em efecto, reconocen el lenguaje de su pátria, obedecen las ordenes, tienen memoria de las tareas que han aprendido, deseo de amor y gloria, y aún más, cualidades que son raras incluso en el hombre, bondad, prudênciã, equidad y también culto a los astros y veneración al sol y a la luna ²¹¹.

Sente curiosidades por historias e historietas em torno desses paquidermes e se apaixonou pelo comportamento deles, pois esses podem celebrar a continuidade da vida e a majestade da natureza. Por outro lado, os dragões, na classificação pliniana, apresentam-se

²⁰⁹GANDAVO, op.cit, p.105.

²¹⁰ VIII, 1,2.

²¹¹ VIII, 2-3.

como alegoria do vicioso, do monstruoso. Em Pero de Magalhães Gandavo o “dragão” também aparece com tal sinônimo através do codinome Ipupiara:

Então se levantou ele [Baltezar Ferreira] muito depressa e lançou mão a uma espada que tinha junto de si com a qual botou somente em camisa pela porta fora, tendo pêra si (quando muito) que seria algum tigre ou outro animal da terra, conhecido com a vista do qual se desenganasse do que a India lhe queria persuadir, e pondo os olhos naquela parte que Ella lhe assinalou vez confusamente o vulto do monstro ao longo da praia, sem poder divisar o que era, por causa da noite lho impedir, e o monstro também ser cousa não vista e fora do parecer de todos os outros animaes. E chegando-se hum pouco mais a elle, pêra que melhor se podesse ajudar da visto, foi sentido do mesmo monstro: o qual em levantando a cabeça, tanto que o vio começou de caminhar para o mar donde viera.

Nisto conheceu o mancebo que era aquilo cousa do mar e antes que nelle se metesse, acodio com muita presteza a tomar-lhe a dianteira, e vendo o monstro que elle lhe embargava o caminho, levantou-se direito pera cima como um homem ficando sobre as barbatanas do rabo, e estando assi a par com elle, deu-lhe uma estocada pela barriga, e dando-lha no mesmo instante se desviou pera huma parte com tanta velocidade, que nam pôde o monstro leva-lo debaixo de si: porem nam pouco afrontado, porque o grande torno de sangue que sahio da ferida lhe deu no rosto com tanta força que quase ficou sem nenhuma vista: e tanto que o monstro se lançou em terra deixa o caminho que levava e assi ferido hurrando com a boca aberta sem nenhum medo, remeteu a elle, e indo pera o tragar a unhas, e a dentes, deu-lhe na cabeça huma cotilada mui grande, com a qual ficou já mui debil, e deixando sua vã porfia tornou entam a caminhar outra vez para o mar. Neste tempo acudiram alguns escravos aos gritos da India que estava em vella: e chegando a elle, o tomaram todos já quasi morto e dali o levaram á povoaçam onde esteve o dia seguinte á vista de toda a gente da terra²¹².

É interessante atentarmos à maneira pela qual Plínio desenvolve a tópica da nobreza do leão e sua clemência. O movimento da cauda deste felídeo mostra seus sentimentos: calma, amabilidade e, geralmente, cólera:

De entre todas las fieras solo el león siente piedad por los que le imploran, perdona a los que se postran y cuando se enfurece, ruge contra los hombre más que contra lãs mujeres y no lo hace contra los niños, si no tiene mucha hambre²¹³.

²¹² GANDAVO, op.cit, pp.119.

²¹³ PLÍNIO, El viejo. **Historia Natural**. Biblioteca Clasica Gredos, L I-II. Introducción General Guy Serbat. Traducción y notas de Antonio Fontan, Ana Maria Moure Casas y otros, editorial GREDOS LVIII, 48.

A ordenação das tópicas organiza-se em gradação, ou seja, da Virtude para o Vício, e delas discorre sobre histórias, ponderando sobre o estado de civilização. Parece que há uma desordem, no interior dos relatos, deliberada, para descansar o leitor. Já em relação à disposição das matérias, Plínio explicita claramente o que será tratado em cada livro:

- (I) = 1. I – Praefatio. Índices
- (“2) = 1. II – O Cosmos
- (“3) = 1. III-VI – Geografia
- (“4) = 1. VII – Antropologia
- (“5) = 1. VIII –XI: Reino Animal-vegetal-
- (“6) = 1. XII –XIX: Reino Vegetal
- (“7) 1. XX- XXVIII- Farmacopéia vegetal
- (“8) 1. XVIII- XXII:” animal
- (“9) = 1. XXXIII-XXXVII: Reino Animal²¹⁴

Em Gandavo é possível notarmos o mesmo procedimento utilizado por Plínio, em relação à disposição das matérias, na obra *História da Província de Santa Cruz*:

Capítulo I – De como se descobriu esta Província, e a razão por que se deve chamar Santa Cruz e não Brasil;

Capítulo II – Em que se descreve o Sítio e Qualidades desta Província;

Capítulo III – Das Capitánias e Povoações de Portuguezes que ha nesta Província;

Capítulo IV – Da Governança que os moradores destas Capitánias tem nestas partes e a maneira de como se hão em seu modo de viver;

Capítulo V – Das Plantas, Mantimentos e Frutas que ha nesta Província;

Capítulo VI – Dos Animaes e Bichos venenosos que ha nesta Província;

²¹⁴ PLÍNIO, El viejo. **Historia Natural**. Biblioteca Clasica Gredos, L I-II. Introducción General Guy Serbat. Traducción y notas de Antonio Fontan, Ana Maria Moure Casas y otros, editorial Gredos.

Capítulo VII – Das Aves que ha nesta Provincia;

Capítulo VIII – De alguns Peixes notáveis, Baleas e Ambar que há nestas partes;

Capítulo IX – Do Monstro Marinho que se matou na Capitania de Sam Vicente, Anno 1564;

Capítulo X – Do Gentio que há nesta Provincia, da Condição e Costumes delle, e de como se governam na Paz;

Capítulo XI – Das Guerras que tem huns com outros e a maneira com que se hão nellas.

Em relação à descrição interna do relato, destoando um pouco de Plínio, o autor de *História da Província de Santa Cruz* pouca novidade oferece ao destinatário no tocante às curiosidades fundadas em autoridades. Vejamos o relato que nos propõe acerca das plantas:

Primeiramente tratarei da planta e raiz de que os moradores fazem seus mantimentos que la comem em lugar de pão. A raiz se chama mandioca, e a planta de que se gera he de altura de hum homem pouco mais ou menos. Esta planta nam he muito grossa, e tem muitos nós: quando a querem plantar em alguma roça cortão-na e fazem-na em pedaços, os quaes metem debaixo da terra, depois de cultivada, como estacas, e dahi tornaõ arrebentar outras plantas de novo: e cada estaca destas cria três ou quatro raízes e dahi pera cima (segundo a virtude da terra em que se planta) as quaes põem três annos por causa da terra ser mais fria.²¹⁵

Tanto Plínio como Gandavo são pintores de retratos. O mundo opera-se sem barreiras entre o homem e o animal. Eles recolhem atitudes e comportamentos do objeto narrado. Nota-se em suas escritas uma acumulação de informações que resultam em reflexões moralizantes.

A *captatio benevolentiae* buscada pelos autores insere-se nas descrições para dotarem-nas de deleite e conseguir gerar no leitor uma benquerença pela matéria narrada.

²¹⁵ GANDAVO, op.cit, p.95.

História Natural de Plínio apresenta-se como uma coleção de informações ilustradas com histórias, que às vezes são moralmente sentenciosas e que menos tem a ver com a natureza em si e mais com o homem, ou seja, esta existe em função do ser humano. Já para Gandavo, a natureza deve subordinar-se ao homem, cabendo a este domá-la para que essa lhe sirva na construção de uma vida boa. Em ambas as descrições nota-se a intenção de o discurso tornar-se breve e claro.

Ainda, a fim de apontar a semelhança da escrita de Pero de Magalhães Gandavo com Plínio é possível apontar que este apresenta tal como o autor de *História Natural* os melhores locais, bem como instituições, povoação e número de habitantes dos locais apresentados:

La Bética, así llamada por el Río que la corta por medio, aventaja al resto de las provincias merced a sus ricos cultivos y a una especie de peculiar y espléndida fertilidad. Tiene cuatro conventos jurídicos, el de Gades, el de Cordoba, el de Astiguis y de Híspalis.

Las poblaciones suman todas ciento setenta y cinco, de las que nueve son colonias, diez municipios de ciudadanos Romanos, veintisiete de derecho latino antiguo, seis libres, tres federadas y ciento veinte tributarios. Entre los lugares dignos de mencionar, o fáciles de enunciar en lengua latina partiendo del rio Guadiana y en la costa del oceano se encuentran la población de Ónoba, apellidada de Estuaría en la confluencia del Luxia y del Urio²¹⁶.

Pero de Magalhães Gandavo mostra ao destinatário, em sua descrição, que a ilha de Itamaracá, por exemplo, possui três léguas de comprimento e duas de largura, ou seja, de largura, cuja dona é Jeronima Dalbuquerque²¹⁷:

²¹⁶ III,2,7 -8.

²¹⁷ Segundo Capistrano de Abreu, filha de Pero Lopes de Souza e D. Isabel de Gambôa. Foi casada com D. Antônio de Lima. Também desta maneira atesta Emanuel Pereira Filho que o autor se engana, pois dona Jerônima era filha e não mulher de Pêro Lopes. Este, segundo o estudioso, se casou com Isabel de Gambôa, rica dama da Corte, com quem já estaria unido em 1536 (Varnhagen, Hist. Ger., I, pg.168). Desta união tiveram três filhos: Pêro Lopes, sucessor do pai e segundo donatário de Itamaracá, sob a tutela da mãe, tendo morrido, ainda adolescente; Afonso Lopes de Sousa, sucessor do irmão e terceiro donatário, que residiu na Índia em 1558, vindo a morrer em Baharem com D. Alvaro da Silveira, sem deixar descendência; D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, quarta donatária de Itamaracá, a qual foi casada com D. Antônio de Lima de Miranda, In: FILHO Pereira, Emanuel. Índice de vocábulos, In: GANDAVO, Pero de Magalhães. **O Tratado da Província do Brasil**. Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1965. Col.: Dicionário da Língua Portuguesa/ Textos e Vocabulários 5. p. 258; cf. J. de Freitas, A Exp. De M.A de Sousa, in HCPB. V III, pg. 122; e Fr. G. da Madre de Deus, Memórias, p. 273.

A primeira e mais antiga se chama Tamaracá, a qual tomou este nome de huma Ilha pequena, onde sua povoação está situada. Pero Lopes de Sousa foi o primeiro que a conquistou e livrou dos Francezes em cujo poder estava quando a foi povoar: esta Ilha em que os moradores habitão divide da terra firme hum braço de mar que a rodea, onde também se ajuntão alguns rios que vem do sertam. E assi ficão duas barras lançadas cada huma pera sua banda, e a ilha em meio: per huma das quaes entrão navios grossos e de toda a sorte, e vão ancorar junto da povoação que está dahi meia legoa, pouco mais ou menos. Tambem pela outra que fica da banda do Norte se servem algumas embarcações pequenas, a qual por causa de ser baixa nam sofre outras maiores. Desta ilha para o Norte tem esta Capitania terras mui largas e viçosas, nas quaes hoje em dia estiverão feitas grossas fazendas, e os moradores forão em muito mais acrescimento, e florescerão tanto em prosperidade como em cada huma das outras si o mesmo Capitão Pero Lopes residira nella mais alguns annos e nam a desemparará no tempo que a começou povoar ²¹⁸.

No capítulo segundo, Pernambuco, também denominado de “Nova Lusitânia”, este se distancia de Tamaracá na perspectiva de Gandavo em cinco léguas ao sul, em altura de oito graus. Afirma o autor de *História da Província de Santa Cruz* que tal capitania tem como capitão e governador-geral Duarte Coelho Dalbuquerque²¹⁹.

Nota-se que a descrição gandaviana pretende mostrar ao destinatário uma precisão no relato e noções como distância, tal qual aparece em Plínio, se apresenta na tentativa em mostrar ao destinatário um relato preciso. Este tipo de preocupação era uma tópica muito usual no século XVI e, para comprovarmos isto, basta coligirmos ambos os autores com Duarte Pacheco Pereira, Gabriel Soares de Souza e muitos outros no que tange à necessidade de mostrar um local em suas variantes longitudinais:

²¹⁸ GANDAVO, op.cit, p. 87.

²¹⁹ Primeiro Donatário, Duarte Coelho faleceu em 7-8-1554 deixando à sua esposa D. Brites de Albuquerque por Regente da Capitania e tutora de seu filho Duarte Coelho de Albuquerque se achava no reino e lá permaneceu e a mãe a capitania governou até 1560. Isto se comprova, segundo Pereira Filho (op.cit, p.260) por uma escritura de sesmaria passada por D. Brites a Duarte Lopes em 20 de maio de 1556: “*D. Brites de Albuquerque governadora, e administradora de meu filho Duarte Coelho de Albuquerque, herdeiro e sucessor desta Capitania.*” dita escritura consta do Livro de Tombo do Mosteiro São Bento (cf. JABOATÃO, Nôvo Orbe, v I, pg. 149-150) Duarte Coelho (filho) teve a carta de concessão em 08-11-1560 (Chancelaria de D. Sebastião, L 7º de Doações, fl.205 v; cf. P. de Azevedo, Os Primeiros Donatários, in HCPB, v.III, pg. 196, n.13); e logo em seguida partiu a Pernambuco levando em sua companhia o irmão mais moço, Jorge de Albuquerque, futuro donatário, que Bento Teixeira cantaria na *Prosopopéia*. Exerceu o governo até 1572, quando voltou ao reino, deixando a mãe em seu lugar. Acompanhou D. Sebastião na jornada á África, caiu prisioneiro na batalha de 4 de agosto de 1578 e foi um dos oitenta fidalgos resgatados. Morreu antes de chegar a Portugal, solteiro e sem filhos (v. R. Garcia, Nota IX. In: Varnhagen, **Hist. Ger. do Brasil.**, V.I, p.296.

A segunda Capitania que adiante se segue, se chama Paranambuco: a qual conquistou Duarte Coelho, e edificou sua principal povoação em hum alto á vista do mar, que está **cinco legoas** desta ilha de Tamaracá em altura de oito Graos; chama-se Olinda, he huma das mais nobres e populosas villas que ha nestas partes. Cinco legoas pela terra dentro está outra povoação chamada Igaroçú, que por outro nome se diz a Villa dos Cosmos²²⁰.

As descrições plinianas, no que tange à precisão do relato, influenciarão muitos autores do Quinhentismo. O autor de *Historia Natural* aduz sobre a tópica da distancia:

... y, a diecisiete mil passos tierra adentro, Obulco, que se llama Pontificcense²²¹.

La **longitud** total della provincia, segun el testimonio de Marco Agripa, es de **cuatrocientos setenta y cinco mil pasos** y la anchura **doscientos cincuenta y ocho** quando sus limites se extendían hasta Cartagena. Esta causa da lugar bastante frecuentemente a grandes errores en la de una estimación de las dimensiones: em unos casos por cambio de los limites de las provincias, em otros porque se alarga o reduce el numero de **pasos de los caminos**. Em um tiempo tan dilatado los mares han penetrado en la tierra, em outro lugar se han adelantado las costas, o se ha torcido el curso de los rios, o se han enderezado sus meandros. Además observadores distintos parten de diferentes puntos para **las medidas**, y las siguen por distintas vias. Así ocurre que no hay dos que coincidan²²².

Ainda, nesta tentativa em atrelar o relato a uma dada acribia descritiva Pero de Magalhães Gandavo, também, como Plínio, apresenta ao leitor o número aproximado de vizinhos. Note-se que ambos os relatos numéricos eram dotados de uma noção aproximada, como por exemplo, cem, centena. É importante acentuar que a precisão matemática terá uma força dinâmica e epistêmica somente a partir do Iluminismo. Segundo o autor de *Naturalia Historiae*: “(...) antes llamada Éfiro a sesenta estadios²²³ de ambas costas de ambas costas, mirando desde lo alto de su ciudadella”²²⁴.

²²⁰ GANDAVO, op.cit, p.87. (grifo meu)

²²¹ III,10. (grifo meu)

²²² III,16-17. (grifo meu)

²²³ Ibidem. Nota do tradutor E. Del Barco Sanz, I. García Arribas, A.Ma Moure Casas, L.A Hernández Miguel, Maria Arribas Hernaéz . A separação do mar é de dois em dois quilômetros e meio. Para Plínio, seria de uns onze.

²²⁴ IV,46.

Sobre a idéia quantitativa e aproximativa, Gandavo para falar da população local, usa o termo “vizinhança” e sobre ela afirma:

... outra povoação, chamada Santos, onde por respeito destas escallas, reside o Capitão ou o seu Logo tenente co officiaes do Conselho e governo da terra. Cinco legoas pera o Sul há outra povoação a que chamão Hitanhaém. Outra está doze legoas pela terra dentro chamada Sam Paulo, que edificaram os Padres da Companhia, onde **ha muitos vizinhos**, e a maior parte delles são nascidos das Indias naturaes da terra, e filhos de Portuguezes ²²⁵.

Em ambos os autores, o *ethos* da cidade será descrito a partir do clima, terra, montanhas, bosques, montes, colheitas, rebanhos, lagos, rios, mares, portos e comércio. Tais marcas panegíricas desenvolvidas por Plínio, como no exemplo abaixo, repercutirão em Gandavo de maneira muito explícita:

Es, em efecto, tan grande la vigorosa y constante salubridad de ella, tanta la moderacion del clima, tan fertiles las tierras de labor, tan abrigadas las montanas, tan seguros los descampados, tan espesos los bosques, tan ricos em toda clase de arbolado... La brisa de tantos montes, la inmensa riqueza de cosechas, de vides, de olivars, la calidad de las lanas de los rebanos, la fuerza de la cerviz de los bueyes, los numerosos lagos, la riqueza de rios y manantiales que baña toda Italia, tantos mares y puertos, y el seno de las tierras abierto por todas partes al comercio, que es como se la propia Italia se lanzara com avides al mar para ayudar a los hombres. Y ni siquiera menciono el carácter y las costumbres, ni los héroes ni los pueblos que Italia há sometido com su poder y com el de su lengua. Los mismos griegos, uma raza desmedida em proclamar sus propias glorias, lo han juzgando así, llamando magna Grécia a uma reducida parte de Italia! ²²⁶.

Em Gandavo:

Destes e doutros extremos semelhantes carece esta Provincia Santa Cruz: porque com **ser tam grande nam tem serras**, ainda que muitas, **nem desertos nem alagadições** que com facilidade se não possam atravessar. Além disto he esta Provincia **sem contradição a melhor pera a vida do homem** que cada huma das outras de America, por **ser commumente de bons ares e fertilissima**, e em gram maneira **deleitosa e aprazivel** á vista humana. **O ser ella tam salutifera e livre de enfermidades**, procede dos ventos que geralmente cursão nella (...) E como todos estes procedão da parte do mar, **vem tam puros e coados, que nam somente nam danam, mas recream e acrescentam a vida ao homem** ²²⁷.

²²⁵ GANDAVO, op,cit, p.91. (grifo meu)

²²⁶ III,2.

²²⁷ GANDAVO, op.cit., p. 82. (grifos meus)

A tópica do lugar aprazível também desenvolvida por Plínio, quando se refere aos seres Hiperbóreos, tem em suas descrições, já desde os gregos, a idéia de uma vida boa e saudável. Para que o homem consiga chegar ao Paraíso terá de vencer escarpadas montanhas de difícil acesso, lutando contra uma selvagem natureza hostil, possuidora de habitantes e bichos horrendos. É possível dizer que esta tópica se desenvolverá e se fundirá no Renascimento à questão das Ilhas Afortunadas e ao do *Loccus Amoenus* horaciano. Contudo, os lusitanos constroem este retrato através de uma visão mais utilitarista, menos mítica quando comparada com a tecida pelos espanhóis, como afirma Sérgio Buarque de Holanda²²⁸. Segundo Godinho:

Em primeiro lugar vem à posição alta, de difícil acesso do paraíso. Uma serra alta constitui, quase sempre, uma espécie de ideograma que significa o lugar inacessível, senão por ásperos caminhos, em que se situa o paraíso. As flores e frutos que abundam no paraíso são outra referência quase sempre mencionada. Dum modo geral, o paraíso é referido como lugar de abundância e de clima ameno. Faz-se uma aproximação entre as riquezas e o modo de viver; há uma insistência na pormenorização dos objetos ricos. Há que salientar a constante assimilação entre a corte celeste e a corte dos homens poderosos²²⁹.

A tópica do lugar aprazível é apresentada desta maneira por Plínio:

Se crime que alén se encuentran luz guines del mundo y luz pontos extremos de las órbitas de las estrelas, com seis meses de luz quando el sol se encontra de cara, y no, como afirman los ignorantes, del equinoccio de primavera hasta el de otono. Una vez al ano, en el solstício de verano, sale el sol para ellos y una sola vez, em el de invierno,, se pone. Es una zona templada, de agradable temperatura, exenta de todo tipo de viento nocivo. Tienen por morada selvas y bosques, y el culto a los dioses se celebra tanto em privado como em grupo; toda discórdia y sufrimiento son desconocidos para ellos. La muerte no les sobreviene: Despues de darse un festin y trás haber vivido una opulenta vejez, saltan al mar desde lo salto de una roca. Éste es el tipo de sepultura considerado más feliz²³⁰.

Ainda, o autor de *História Natural* afirma: “*Isígono cree que los Indios cirnos viven ciento cuarenta anos (...)*”²³¹.

²²⁸ HOLANDA, op. cit.

²²⁹ ARALA GONÇALVES, Maria Adelaide Godinho. **Forma de Pensamento em Portugal no Século XV: Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias.** Lisboa: Livros Horizonte,., Direção: Vitorino Magalhães Godinho. p.131.

²³⁰ IV,89.

²³¹ VII 27.

Segundo Plínio, Onesícrito diz que²³²:

... en unas regiones de La India em las que no hay sombra, existe unos ombros de cinco cujos y dos palmos que vem sinto y treinta anos y no enrijecem, sino que morren como si foram de mediana idade. Craques de Pérgamo llama gimnetes a unos índios que sobrepasan los cien anos; bastantes los llaman macróbios. Según Ctesias, un pueblo de éstos, longe do mar que se llaman pandas, situado em unos estrechos valles, vive doscientos anos; em la juventud tiene el cabello blanco, que enegrece em la vejez²³³.

Em Gandavo há três aspectos na formação de sua respectiva descrição: tempo, qualidade e quantidade. Afirma que o primeiro se for bom, ocasionará produção o ano todo ou, pelo menos, a maior parte dele; em relação ao segundo, o lugar deve ser prazeroso, bom de viver. Em relação à utilidade, analisa se os produtos da terra não causam mal à saúde do habitante e se, porventura, são agradáveis aos sentidos. Sobre a quantidade, se são abundantes as ofertas de gêneros na terra.

No capítulo intitulado DAS QUALIDADES DA TERRA, em *Tratado da Terra do Brasil*, Gandavo mostra que, no Brasil, em um prazo de um ano, seis meses há verão e seis meses, inverno. Ou seja, há uma divisão equânime entre as estações. Logo, metade do tempo é quente e outra metade, fria. Rediscute, a tópica tão propalada do *Non ibi frigus est, non aestus sed perpetua aeris temperies*, ou seja, nem muito quente nem muito frio, tópica desenvolvida para edificar o Éden. Além disso, o bracarense afirma que, em sítio assim, os corpos das pessoas ficam recreados:

... he **tam fresco** este vento, e **tam frio** que não se sente mais calma, e **ficão recreados os corpos** das pessoas²³⁴.

... he esta Provincia sem contradição a melhor pera a vida do homem que cada huma das outras de America, por ser commumente de bons ares e fertilíssima, e em gram maneira deleitosa e aprazível á vista humana. O ser ella tam salutifera e livre de enfermidades procede dos ventos que geralmente cursão nella.²³⁵

Já em relação à fauna, Plínio inventaria os seguintes animais em seu relato: aves, águias, gaviões, galinhas, papagaios, emas e gaivota. Gandavo: Porcos, veados, antas,

²³² Onesícrito de Astipalea, FHG 134, fr.11, Plin, II 183n.

²³³cf. Ctesias, FHG 72, 84, Plin, VI 76, VIII,28.

²³⁴GANDAVO, op.cit, p.45. (grifo meu)

²³⁵GANDAVO, op.cit, p.81.

cotias, pacas, tatus, tigres, preguiças, tamanduás, bugios (macaco), cobras, lagartos e coelhos. Tem Plínio, como fonte principal nesta tópica, Aristóteles, e inicia o preâmbulo de seu Livro VII dissertando sobre a fragilidade do homem:

Es el único de Luz seres vivos al que se le ha dado el dolor por la muerte, los excesos del lujo, y de maneras ciertamente innumerables y a través de todos sus miembros, el único al que se le han dado la ambición, la codicia, um inmenso deseo de vivir, la superstición, la preocupación por la sepultura y también acerca de lo que sucederá después de El ²³⁶.

Gandavo, por outro lado não se ocupa desta tópica. Em várias ocasiões procura mostrar que os animais estão à disposição do homem. Procura, explicitamente, demonstrar que a fauna esta a serviço do homem e este pode dela se utilizar. Há, neste autor, uma descrição marcadamente utilitária:

Huns bichos há nesta terra que tambem se comem e se têm pela melhor caça que ha no mato. Chamão-lhes tatus, **são tamanhos como coelhos e têm hum casco á maneira da lagosta como de cagado**, mas he repartido em muitas juntas **como laminas; parecem totalmente hum cavallo** armado, têm hum rabo do mesmo casco comprido, o **focinho he como de leitão**, e não botão mais fora do casco que a cabeça, têm as pernas baixas e crião-se em covas, a carne delles tem o **sabor quasi como de galinha**. Esta caça he muito estimada na terra. Ha tambem muitas galinhas de mato que os indios matão com frechas, e outras muitas aves mui gordas e sabrosas melhores que perdizes. Desta e doutra muita caça há no Brasil com abundância²³⁷.

No LVIII, Plínio, ao descrever as serpentes, amplifica o relato, afirmando que Megasthenes escreve que na Índia as serpentes crescem até um tamanho tão grande que devoram cervos e touros inteiros. Mostra que na Itália chegam a tão grande tamanho que no principado do Divino Claudio, foi encontrada uma criança inteira no ventre de uma mãe morta no Vaticano. Alimentam-se primeiramente, diz Plínio, através da sucção do leite de vaca²³⁸. A respeito das serpentes mostra-nos Gandavo:

²³⁶ VII, 5.

²³⁷ GANDAVO, op.cit, p.49. (grifo meu)

²³⁸ VIII, 37.

Há também pelo mato dentro cobras mui grandes e de muitas castas a que os Índios dão diversos nomes, conforme as suas propriedades. Humas ha na terra tam disformes de grandes, que engolem um veado, ou qualquer outro animal semelhante todo inteiro. E isto nam he muito pera espantar, pois vemos que nesta nossa pátria, ha hoje em dia cobras bem pequenas, que engolem huma lebre ou coelho da mesma maneira tendo um colo que á vista parece pouco mais grosso que hum dedo: e quando vem a engolir estes animaes alarga-se, e dá de si de maneira, que paixão por elle inteiros, e assi os estão sorvendoo até os acabarem de meter no bucho, como entre nós he notório Quanto mais estoutras de que trato, que por razam de sua grandeza fica parecendo a quem nas vio menos difficultoso engolirem qualquer animal da terra por grande que seja. Outras há doutra casta diferente não tam grandes como estas: mas mas venenosas: as quaes têm na ponta do rabo huma cousa que soa quase como cascavel, e por onde quer que vão sempre andão rugindo e os que as ouvem têm cuidado de se guardarem dellas ²³⁹.

²³⁹ GANDAVO, op.cit, p.109.

XI. A Escrita, a Memória e a Historiografia

Para a Antiguidade greco-romana, a imortalização através dos feitos famosos é muito mais uma atividade do que uma crença. No entanto, para o Cristianismo só é possível a perenidade a partir da transcendência. Este problema é de ordem teleológica nos séculos XVI e XVII, pois os meios transformam todo fim alcançado retransformando-os, novamente, em meios para um novo fim. Este movimento de avanço e recuo gera a questão de cunho utilitarista “Para que serve? ”. A finalidade de hoje se torna o meio de um amanhã melhor, como nô-lo apresenta também Pero de Magalhães Gandavo:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente historia, e sair com ella a luz , foi por não haver atégora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos annos que esta Provincia he descoberta. A qual historia creio que mais esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portuguezes fizerão sempre da mesma província, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que per melhor estillo, e mais copiosamente que eu a escrevessem. Porém já que os estrangeiros a tem noutra estima, e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós (aos quaes lançarão já os portugueses fora della à força darmas per muitas vezes) parece cousa decente e necessaria terem também os nossos naturaes a mesma noticia, especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em pobreza nam duvidem escolhe-la para seu emparo: porque a mesma terra he tal, e tam favorável aos que a vão buscar, que a todos agazalha e convida com remédio por pobres e desamparados que seirão²⁴⁰ .

A escrita presentifica o passado através das mãos do cronista que se arvora em ser detentor da enunciação e para que tenha êxito é necessário que mantenha sua relação com o lugar de produção, reproduzindo uma espécie de “eu lá estive”. Os “caminhos da escrita juntam o plural dos itinerários com o singular lugar de produção²⁴¹. Cabe ao observador descrever as coisas ditas e vistas. Há uma fissura entre o espaço da representação “objetiva” em relação à razão observante. A viagem recria um paraíso perdido. Descrever é relatar o visto e o ouvido. Boca, olho e ouvido. A visão como geradora de prazer e repulsa. Desvelamento arbitrário do oculto, ou seja, a curiosidade impulsiona o observador para se ver aquilo que se pretende ou que se quer, pois a visão também é dotada de uma ética, por

²⁴⁰ GANDAVO, Prologo ao Lector, op.cit, p. 76.

²⁴¹ CERTEAU, Michel. **A Escrita da Historia**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica: Arno Vogel. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, p.219.

declinação, de uma moral cristã. – aquilo que o olho permite ver e visitar. Minha escrita advém do outro, já na *inventio*:

Como pois a escritura seja vida da memória, e a memória huma semelhança da immortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que della nos cabe, quiz movido destas razões, fazer esta breve historia ²⁴².

Entre os problemas da invenção retórica, a historiografia antiga estabelece um nexos causal entre o passado e o presente. Desta conexão também os renascentistas compartilharão e encadearão os acontecimentos em ordem progressiva. Independente da natureza do informante, seu discurso é composto por impressões que procuram se aproximar dos fatos tal como ocorreram, mesmo que tais taxonomias atualmente sejam contestáveis; o historiador grego pretendia que a narrativa histórica se inscrevesse em um relato pautado em uma acribia ²⁴³. Para Murari “a fórmula sucinta do *diz-se que* se basta para transpor a narração do nível dos fatos ao da história, uma espécie de *Ouvi dizer* ou *dizem que*... Desta maneira o destinatário não mais lê somente, também vê, como, por exemplo, aparece em Pero de Magalhães Gandavo em 1576:

A esta Capitania de Porto Seguro chegarão certos indios do Sertão a dar novas dumas pedras verdes que havia numa serra muitas legoas pela terra dentro, e trazião algumas dellas por amostra, as quaes erão esmeraldas, mas não de muito preço. **E os mesmos indios dizião que daquellas havia muitas, e que esta serra era mui fermosa e resplandecente. Tanto que os moradores desta Capitania disto forão certificados** ²⁴⁴.

O ouvir dizer ou dizem que se incorpora no narrador e este se autoriza a tomar para si toda a validade e autenticidade do relato. O conhecimento importava-se somente e enquanto modelos retóricos pautados na Antiguidade, esses se acoplam à *fides* e à prudência do testemunho para alertar o ouvinte um “*como digo*”, postando-se como enunciador de uma incontestada verdade, uma espécie de *Ouçam o que EU digo*, uma espécie de Etopéia que angaria a confirmação do relato:

²⁴² GANDAVO, op.cit, p.76.

²⁴³cf. PIRES, Francisco Murari. A Retórica do Método (Tucídides I.22 e II.35). In: **Revista de História**, FFLCH, USP, 1998.

²⁴⁴ GANDAVO, op. cit., p.63 (grifo meu)

Cursão sempre ventos geraes, no inverno seis mezes Sul e Sueste, no verão Nordeste. Sempre correm as agoas com o vento por costa, e porisso se não pode navegar de humas Capitania para outras se não esperarem por monções para irem com as agoas e com o vento, porque cursão **como digo** seis mezes duma parte e seis doutra (...) ²⁴⁵.

Ou no capítulo IX da *História da Província de Santa Cruz* denominado DO MONSTRO MARINHO QUE SE MATOU NA CAPITANIA DE SAM VICENTE, ANNO 1564. Neste se percebe no *ouvi dizer* a penetração do Maravilhoso nos relatos que pretende por si uma “acribia” na descrição e esta através de seu narrador desconsidera todos os relatos anteriores sobre o evento e toma novamente, a verdade do relato:

Na verdade a maior parte dos retratos ou quasi todos em que querem mostrar a semelhança de seu horrendo aspecto, andam errados, e alem disso, contam-se o sucesso de sua morte por diferentes maneiras sendo a verdade huma só, a qual he a seguinte ²⁴⁶.

²⁴⁵ GANDAVO, op. cit., p. 45.

²⁴⁶ GANDAVO, op.cit, p.119 (grifo meu)

XII – Gandavo e Tucídides

Para Murari, a finalidade retórica tucidideana é firmar dificuldades e não anunciar suas soluções ²⁴⁷. A História para Tucídides, como posteriormente ocorrerá também para muitos renascentistas e, entre eles Gandavo, não pretende seduzir os ouvidos, contudo, ser útil:

E para o auditório, o caráter não fabuloso dos fatos narrados parecerá talvez menos atraente, mas se todos quantos querem examinar o que há de claro nos acontecimentos passados e nos que um dia, dado o seu caráter humano, virão a ser semelhantes ou análogos, virem sua utilidade, será o bastante. Constituem mais uma aquisição para sempre que uma peça para um auditório do momento ²⁴⁸.

Em *História da Província de Santa Cruz*, o autor procura fundir em sua escrita o deleite – *delectare* – associado ao ensino – *docere* – para mostrar através de um discurso utilitário a terra. Nota-se que o autor conta que são nucleares nas ecfases laudatórias dois itens: prazer e utilidade. Parece que ambos são muito recorrentes em Gandavo, pois para propagandar a terra, ou seja, para mostrar aos “desamparados” que no Brasil é bom viver, ativa em seus pressupostos retóricos o deleite, *delectare*, pois coloca diante dos olhos os benefícios e a beleza a ela inerentes. Em um momento segundo, o instruir, *docere*, pois cabe ao futuro morador proceder de tal ou qual maneira para no referido sítio viver agradavelmente:

Como esta Província seja tão grande e a maior parte della inhabitada e cheia de altissimos arvoredos, e espessos matos, nam he d’espantar que haja nella muita diversidade de animaes, e bichos mui feros e venenosos, pois cá entre nós, com ser terra já tam cultivada e possuída de tanta gente, ainda se crião em brenhas cobras mui grandes de que se contaousas mui notáveis, e outros bichos e animaes mui danosos, esparzidos por charnecas e matos, a que os homens com serem tantos e matarem sempre nelles, nam podem acabar de dar fim, como sabemos. Quanto mais nesta Província, onde os climas e qualidades dos ares terrestres, nam são menos dispostos para os gerarem, do que a terra em si, pelos muitos matos que digo, acomoda pera os criar²⁴⁹.

²⁴⁷ MURARI, op.cit, p.15.

²⁴⁸ TUCIDÍDES, I,22,4. Trad: Guerra do Peloponeso. Trad: Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. Ed. Martins Fontes, 2008, p.31.

²⁴⁹ GANDAVO, op.cit, p.102.

A prosa historiográfica inscreve-se no *docere* no afã em repetir e revelar o que se sabe ou em descortinar o que está encoberto através de um emblema, por exemplo. O texto gandaviano possivelmente pretende um deleite anterior a uma instrução, um ensinamento, ou seja, é necessário” pôr diante dos olhos” a beleza da terra através de um discurso encomiástico e, depois disso, mostrar didaticamente como o futuro morador deve proceder para, na Província, ter uma vida deleitosa. Parece que há um caminho que se opera da seguinte maneira: deleite (propaganda) - *docere* (adaptação ao meio).

O princípio utilitário começa a ocupar o terreno do tipológico no que tange, também, às descrições. Uma objetividade que minimize o efeito do maravilhoso e herança da tradição clássica. O peripatetismo continua agindo com muita força, porém adaptado a circunstâncias locais específicas. Os cronistas desempenharam papéis de “observadores participantes”, ainda que não tão genéricos e sintéticos sejam os relatos dos cronistas, como afirma Fernandes:

Quando recorrem ao auxílio informativo de compatriotas (intérpretes ou colonos) fazem-no com o intuito de ampliar as descrições. Observa-se, com isso, nos textos, através de exemplificações, uma fonte para a verificação das generalizações e afirmações sintéticas do cronista (...) ²⁵⁰.

É possível notar nos retratos pintados pelos cronistas uma dada preocupação com determinadas esferas da realidade, entendidas, vale ressaltar, como aparência sensível ou “relatos sensíveis”. Muitas narrativas, provavelmente foram escritas sem a contraprova do fato. Muitas informações foram tomadas como verdadeiras pelos cronistas, sem estes as testemunharem *in loco* confiando piamente nos relatos de terceiros, ou seja, dos habitantes locais sendo eles naturais da terra ou os moradores portugueses. As notícias da terra organizam-se como realidades selecionadas pelo cronista. Este buscava pautar-se na interpretação da realidade social e filosófica do Outro a partir de sua luneta pessoal, que construirá as imagens tanto de caráter edênico quanto diabólico.

Nos relatos de viagens, os autores procuram compilar o que vêem; a similitude opera-se de uma maneira confortavelmente natural, visto que esse mecanismo retórico é o que melhor converge ou diverge a lente para o olho do cronista que mostra aos seus conterrâneos costumes diferentes e abomináveis, animais até então desconhecidos bem

²⁵⁰ FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Ed. Vozes, 1975, p.266.

como plantas exóticas. Tudo isso através de uma estilística pessoal herdada de tal ou qual autoridade. Por isso, é razoável admitir que as descrições não sejam sintéticas, tampouco genéricas. Cada autor é um autor. Cada um influencia-se em um apanhado de outros nomes.

Ao assimilar os traços da realidade “outra” com o mundo europeu, tentavam, provavelmente, familiarizar a diferença, transformando-a em identidade; o desconhecido é sistematicamente apreendido através de um jogo de comparações que se convertem em variantes do mesmo. O outro é um espelho invertido de meu Eu.

Os “Descobrimientos” e os conteúdos do saber em Portugal a partir da observação do Novo Mundo, de maneira prática e “indutivo-dedutiva”, não raramente se embatiam com a cultura teórica. Conhecia-se o *De Meteoris* de Aristóteles em meados do século XIII e o *Almagesto* de Ptolomeu, em princípios do século XIV. Por volta de 1440-1412 foi concluída a feitura da tradução portuguesa do *Liber de Ludiciis Astrorum* e, possivelmente também o *Livro de Mágica* atribuído a João Gil.

A contradição do Desconhecido mostra-se e “põe diante dos olhos” uma realidade não compartilhada, indefinida, inédita e parcial. A experiência pessoal diante do inusitado não é motivo, por si, capaz de gerar alteração das noções preconcebidas. O tempo começa a produzir um questionamento das verdades tradicionais, variavelmente européias.

Ao contrário de Gandavo, no modelo tucidideano o olho pode conduzir a uma visão clara e distinta; o ouvido jamais é seguro, pois o que se propaga nem sempre foi ou será verificado. Além disso, para ele, a memória é falha, pois esta pode deformar-se ante a exposição devido ao êxtase epidítico que regula a passagem da boca para o ouvido:

Temendo [Nícias], porém, que seus mensageiros não relatasse os fatos reais, por incapacidade de falar com precisão, por fraqueza de memória ou por desejo de ser agradável à multidão, escreveu uma carta, imaginando que assim os atenienses aprenderiam melhor seus pontos de vista, sem que os erros eventuais dos mensageiros os obscurecessem, e poderiam deliberar com pleno conhecimento da situação real²⁵¹.

²⁵¹VIII,8,2. Tucídides. História da Guerra d Peloponeso, 3 edição. Tradução do grego. Introdução e notas de Mário da Gama Kury. Editora Universidade de Brasília, p.342

A narrativa histórica é digressiva, desviante e não episódica cronologicamente, ainda que caiba nela o relato dos eventos sucedidos em ordem natural, pois, do contrário, pode se tornar inverossímil. O discurso historiográfico quinhentista não vê os fatos como dados, porém este se legitima a partir de provas veiculadas pelos entimemas através de testemunhas e itens lexicais como *achar*, *ver* e *experimental*. A História “(...) narra sucessos ocorridos, já singularizados em sua ocorrência”²⁵².

Por outro lado, também, a narração de sucessos faz a história. É o evento realizado, mas distante da memória de nossa época²⁵³. Este conceito é reforçado pela idéia de a narração ser feita com uma ação depois da outra, em ordem cronológica, gerando sobreposição, mas não unidade. O narrador da história visa a persuadir pelos muitos exemplos apresentados. Esta é persuasiva e exemplar e seu fazer também se projeta nos argumentos, em virtude de esses apontarem os lugares comuns a partir dos quais se pode deduzir a natureza das ações sucedidas e particulares que serão narradas.

As ações, uma após a outra, conferem uma *Ordo Naturalis*, uma reiteração do apresentado. O gênero demonstrativo, segundo Muhana, assenta-se no *Topos Personarum*: Pátria, Ascendência, Físico, Ações e Caráter²⁵⁴.

No Capítulo I, DE COMO SE DESCOBRIU ESTA PROVINCIA, E A RAZAM POR QUE SE DEVE CHAMAR SANTA CRUZ E NÃO BRASIL mostra Gandavo, em *Ordo Naturalis* a terra “descoberta”, ou seja, desde a saída da expedição cabralina de Portugal até o “Descobrimento”:

²⁵²MUHANA, Adma. **A Epopéia em Prosa Seiscentista**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p.46.

²⁵³ Cf: CÍCERO. **De L' Invention** (De Inventione) I, 19,27. Texte revu et traduit avec Introduction et notes par Henri Bornecque. Paris, Librairie Garnier Frères.

²⁵⁴ MUHANA, Adma, op.cit, p.133.

Reinando aquelle mui Catholico e Serenissimo Principe El Rey Dom Manuel, fez-se huma frota para a India, de que ia por Capitam mór Pedralvarez Cabral, que foi a segunda navegaçam que fizerão os Portuguezes para aquellas partes do Oriente. A qual partio da Cidade de Lisboa a nove de Março no anno de 1500. E sendo já entre as Ilhas do Cabo Verde, as quaes ião demandar para fazer agoada, deu-lhes hum temporal, que foi causa de as nam poderem tomar, e de se apartarem alguns navios da companhia. E depois de haver bonança junta outra vez a frota, empégarão-se ao mar, assi por fugirem das calmarias de Guiné que lhes podião estorvar sua viagem, como por lhes ficar largo poderem dobrar o Cabo da Boa Esperança. E avendo já hum mez que ião naquella volta navegando com vento prospero, forão dar na Costa desta Provincia: ao longo da qual cortarão todo aquelle dia, parecendo a todos que era alguma grande Ilha que ali estava sem haver piloto nem outra pessoa alguma que tivesse noticia della nem que presumisse que podia estar terra firme para aquella parte Occidental ²⁵⁵.

A descrição²⁵⁶, apesar de se parecer com a narração dela, se diferencia pelo fato de esta expor um feito. A narração enumera, por ordem muitos, feitos que remetam a características unitárias. A descrição é um discurso que representa e apresenta-se ante os olhos daquele que mostra. Mediante ela se pinta uma imagem tão completa de coisas que dá a impressão de que estas não estão sendo descritas, mas sucedendo-se ante nossos olhos.

Em Tucídides nota-se uma História ancorada no presente, mirando um futuro. O escrito constitui-se em uma prova. Para o autor, os cronistas, os *Logographoi*, acessavam os conhecimentos pretéritos através do ouvir para revelar e preservar a verdade. Contudo, aqueles eram falhos. A escrita apresenta-se desprovida de embelezamentos míticos. Tinha como destinatário o homem não vulgar, aquele que exercita sua capacidade reflexiva, que dispunha de habilidades no examinar e julgar. A elocução tucideana é isenta de relatos grandiloqüentes e majestosos não verídicos e causalidades que tornam inteligíveis as ações humanas.

Nota-se no discurso tucideano uma História anti-heróica, pois a guerra move-se por sentimentos. Há a preponderância do *ethos* de indivíduos e cidades sob as condições sociais, fatores econômicos, como para os modernos ²⁵⁷. A virtude de um *ethos* consiste em planejar, conduzir e executar ações. Para o resultado da guerra, contam apenas virtudes que

²⁵⁵ GANDAVO, op.cit, p.78.

²⁵⁶Cf. TORRES, Alfonso de. **Ejercicios de Retórica**. Edición a cargo de Violeta Pérez Custodio. Palmyrenvs. Prologo: Luisa Lopez Griega. Colección de Textos y Estudios Humanísticos. Serie Textos. Alcaniz – Madrie, 2003.

²⁵⁷ cf. CONFORD, F.M. **Thucydides Mythistoricus**. London, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1965, p.70

propiciam ou embaraçam a ação; as primeiras favorecem a vitória, as segundas fazem seus portadores dela se afastarem²⁵⁸.

A História se constitui por grandes movimentos produzidos por nações, não necessariamente por indivíduos descoletivizados e os maiores estadistas são aqueles que servem aos propósitos coletivos de suas cidades e não a seus próprios²⁵⁹. A cidade é o herói, este, a cidade. A celebração da fama e da glória de uma cidade deve-se ajustar com o *ethos* de seus cidadãos:

... do qual provinha a glória e eventualmente a fama eterna, somente poderia ser outorgado às coisas já “grandes”, isto é, às coisas que possuíssem uma qualidade emergente e luminosa que as distinguisse de todas as demais e tornasse possível a glória. Grande era o que merecera imortalidade, o que devia ser admitido na companhia das coisas que perduraram para sempre, envolvendo a futilidade dos mortais com sua majestade insuperável²⁶⁰.

Basicamente, os exemplos podem ser encontrados em duas correntes, a tucidideana e a isocrática. A primeira não se utilizava dos exemplos para deleitar os leitores, apenas para ensiná-los; transmitia os fatos narrados demonstrando suas causas e consequências. A isocrática enfatiza a moral, o nacionalismo e o conservadorismo. Nos exemplos moralizantes, uns devem ser seguidos, outros, evitados. Em Gandavo é possível deduzirmos um fazer histórico ancorado na autoridade, visando um fim utilitário através de uma autópsia da investigação. Além disso, uma História como papel pedagógico e moralizante calcada nos *exempla*. A História se confunde com a Ética.

Entre seus traços de composição, é possível notar que, nele, os períodos longos alternam-se com os curtos. Lê autores de seu tempo como Camões a que se refere em sua ortografia “*as obras do nosso famoso poeta Luís de Camões de cuja fama o tempo nunca triunfará*”²⁶¹, além de outros poetas como Diogo Bernardes, “*raro espírito*”, António

²⁵⁸ MAGALHÃES, Luiz Otavio de. A Inquirição da verdade e a latência do Heroico. In: **História e Retórica: Ensaios sobre Historiografia Antiga**. Organizador Fabio Duarte Joly. Ed. Alameda, pp.21.

²⁵⁹ . cf. P.R, POUNCEY. **The Necessities of war: a study of Thucydides Pessimism**. New York, Columbia University Press, 1980, p.78.

²⁶⁰ ARENDT, Hannah. O Conceito de História - Antigo e Moderno. In: **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida Ed. Perspectiva, 5 ed, 1968, pp.77.

²⁶¹ GANDAVO, Pero de Magalhães. **Regras que ensinam a maneira de escrever e (sic) orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua**. Autor Pero de Magalhães Gandavo. Em Lisboa. Na officina de Antonio Gonsalvez. Anno de 1574, fols [D 7r-v-D8r]. Existe, segundo cremos, um só exemplar desta primeira edição das Regras, na Biblioteca do Paço Ducal de

Ferreira, “*de quem o mundo tantos louvores canta*”, Sá de Miranda, a propósito do qual afirma: “*Vede o estilo das comédias e versos do nosso verdadeiro português Francisco Sá de Miranda que foi o primeiro que nesta nossa Lusitânia o descobriu com tamanha admiração que de todos em geral ficou confessada esta verdade*”²⁶².

Dentre os prosadores elogia “*o estilo da linguagem*” de Lourenço de Cáceres, Francisco de Morais, Jorge Ferreira de Vasconcelos, António Pinto; é enfim leitor de André de Resende, de Frei Heitor Pinto, “*doutíssimo varão*”, de “*aquele famoso e excelente escritor João de Barros que por ela [a Asia] em Veneza está preferido a Ptolomeu*”²⁶³.

Vila Viçosa, pp.629. In: Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, Vol.III. Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

²⁶² Idem.

²⁶³ MATOS, Luis de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**. Volume III. Janeiro. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, pp. 629;. Sobre todas as referências ver **Regras que ensinam a maneira de escrever e (sic) ortographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua**. Autor Pero de Magalhães de Gandavo. Em Lisboa. Na officina de Antonio Gonsalves. Anno de 1574, fols. [D7r-v - D8r]. Existe, segundo cremos, um só exemplar desta primeira edição das Regras, na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa.

XIII. Conclusões

“Ver” e “Parecer” transitam em justaposição no processo descritivo de aproximação e distanciamento. Quando o sujeito deixa seu ambiente doméstico e transfere-se para regiões culturais distintas e distantes desta circunscrição, abandona-se o rotineiro, o familiar para dialogar com a região dessemelhante²⁶⁴.

Geralmente tal mudança de realidade desconecta os referenciais, ou seja, desestrutura o indivíduo dos modelos do conhecido e afeta as zonas de sua intimidade, inserindo o sujeito na incerteza do inusitado, do desconhecido.

É possível deduzir que a viagem ensina, pois obriga o “Ser mesmo” a desvestir-se e a paramentar-se do “Ser outro”, mesmo que de uma maneira recaliltrante a assimilação é inevitável. A dessemelhança geográfica, étnica e cultural obriga à reflexão sobre a legitimidade dos próprios valores que geram ou não transformações.

Os europeus quinhentistas, como Gandavo, avaliaram as formas de organização do “Outro” a partir dos valores sociais e políticos que lhes fossem familiares. Onde encontravam sociedades rigidamente hierarquizadas, dominadas por estados centralizados e por aristocracias hereditárias, acreditavam-nas civilizadas. Em regiões onde tal organização fosse menos elaborada, na perspectiva portuguesa, estavam diante de povos bárbaros que viviam em estado selvagem²⁶⁵.

O Encontro entre povos tão distintos gera contornos de novas atitudes, pois ambos se vêem, se observam e se comunicam trocando gestos, palavras, objetos; sentem-se diferentes, automaticamente, julgam-se mutuamente. A identidade choca-se com a alteridade e se efetiva no receio do Outro²⁶⁶.

²⁶⁴ GIUCCI, Guillermo. **Sem Fé, Lei ou Rei: Brasil 1500-1532**. Trad. Carlos Nougué, ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1993. p.15

²⁶⁵ LOUREIRO, Rui. O Encontro de Portugal com a Ásia no século XVI, In: **O Confronto do Olhar: O Encontro dos povos na época das navegações portuguesas**. Ed. Caminho/ Col. Universitária, Coord. Antonio Luis Ferronha, p.206.

²⁶⁶ MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI: Primeras miradas sobre nuevos mundos** Trad.: Ligia Arjona Mijangos. Fondo de Cultura Económica. México, 1984. p .62.

O contato do europeu com o indígena não se operou em uma apaziguada dialética baseada na relação unívoca de proporção e mistura cultural, realizou-se, sim, na oposição valorativa entre dois mundos: um cultural e outro natural. Chegou-se a não reconhecer como “Estado” toda e qualquer distinta organização político-social que não fosse adotada e assimilada pelo modelo europeu quinhentista.

Essa consciência que emana da memória ancorada, também, na influência das autoridades aparece na escritura dos cronistas através de uma reminiscência histórica, pessoal e coletiva. Desde os gregos até os renascentistas, a escrita organiza-se em torno da sistematização da lembrança, permitindo reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas.²⁶⁷ Os reis criam instituições para a memória: arquivos, bibliotecas e museus. Há a normatização social da reminiscência e esta delinea-se individual e coletivamente como retrato. Representa a conquista pelo homem do seu passado individual, assim, como a História constitui para o grupo social a conquista do seu passado coletivo²⁶⁸.

A autoridade dos antigos somente era contestada quando a experiência a contradissesse e, freqüentemente, todos aceitavam os argumentos expostos à medida que estes não encontrassem desmentidos nas novas observações e experiências. Logicamente que, quanto mais estas se pronunciassem fora de seu campo de observação, maior o perigo do erro. Assim, era natural que a cada novo passo, os observadores ultramarinos conflitassem o “Lido e o Visto”.

Do século XVI é possível depreender sobre a existência de um aristotelismo integrado à ortodoxia cristã. A novidade reside, antes de tudo, no alargamento informativo dos sítios desconhecidos, no aprofundamento do rigor filológico e na busca em nomear o inusitado. Tais componentes se inserem em uma hermenêutica renascentista ibérica lusitana associada à tradição da Antiguidade clássica proveniente de uma leitura medieval. O expediente científico e filosófico faz parte de um todo orgânico e não são produções de conhecimento independentes. A herança delegada pela Antiguidade reformula-se à

²⁶⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Traduções: Irene Ferreira (História, Antigo/Moderno, Passado/Presente, Progresso/ Reação, Idades Míticas, Escatologia, Decadência), Bernardo Leitão e Irene Ferreira (Memória), Suzana Ferreira Borges (Calendário, Documento/Monumento). Editora da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, p.433.

²⁶⁸ VERNANT, J.P., 1965. **Mythe et pensée chez les Grecs**. Études de psychologie historique. Maspero, Paris, p. 41.

novidade da realidade; o desacordo entre o “Visto” e o “Lido” acentua-se à medida que o empirismo dedutivo não se relacionava com as narrativas da Antigüidade em muitas ocasiões.

Saber “ver” é imaginar um encontro entre diferentes para traduzir um desconhecido em conhecido. É marcar o “Outro” com sinais de identidade e afinidade, um abstrair, medir e calcular/testar no experimentar.

O finalismo providencialista cria a lógica das plantas distribuindo-lhes virtudes e fins naturais e, até mesmo, formas de concretização natural que influenciam o regime humano da civilização material. Enfim, a presença de Deus, concretamente, expande-se. O Criador não é apenas a ordem do real e/ou a manifestação escondida das coisas. É também presença ativa, que, ao lado dos homens facilita o acesso aos segredos naturais, tornando menos difícil o caminho do saber.

A realidade que o Renascimento descobre é, não apenas, um universo empírico-concreto evidente às categorias da semelhança visível e lisível. Também o é a marca patente de um plano humano e metafísico.

Até o advento do Renascimento, a experiência surge como uma concordância diante do saber instituído e organizado, ou seja, um corroborador das vertentes estabelecidas. Paulatinamente, o conhecimento prático procura descobrir o invisível no visível, que se manifesta através da Natureza, pois esta é a imagem do mundo e funciona como princípio de movimento. A realidade, como aparência sensível, é a expressão da vontade em planos divinos. Todavia, desta aquela pode se apartar, autonomizando-se, mesmo quando sua origem é espelho e domínio de Deus.²⁶⁹

²⁶⁹ BARRETO, Luís Filipe. **Caminhos do Saber no Renascimento Português: Estudos de História e Teoria da Cultura**. Temas Portugueses/ Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Porto, 1986. pp 199. cf: (apud: M. BOAS - The Scientific Renaissance - 1450-1630, Nova Iorque, 1962, p. 160.

Os “Descobrimientos” lusitanos contribuíram para expandir a fé do europeu no que se referia à simbologia do elemento sobrenatural. Contribuíram as explorações ultramarinas para valorizar sua confiança no valor da “Natureza”. Os viajantes/cronistas e, de modo significativo, Pero de Magalhães Gandavo, fincaram toda força na consciência do mundano e no terrestre relacionando-os, ambos, constantemente com signos divinos que traduzem para os humanos as mãos de Deus.

BIBLIOGRAFIA

Fonte Primária

GANDAVO, Pero Magalhães de. **Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte/ São Paulo, Ed. Itatiaia/ Edusp, 1980. Vol. XII. 150 p.

_____. **Regras que ensinam a maneira de escrever e (sic) orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua**. Autor Pero de Magalhães GANDAVO. Em Lisboa. Na officina de Antonio Gonsalvez. Anno de 1574, fols. [D 7r-v-D8r]. Existe, segundo cremos, um só exemplar desta primeira edição das Regras, na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, pp.629. In: Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, Vol.III. Janeiro-Março de 1962, Número 1. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GANDAVO, Pero de Magalhães Gandavo. **Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa**. Fac Símile da edição de 1574. Edição, Introdução e Notas: Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da Provincia Sancta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Manuscrito IV. b.28. Real Biblioteca del Monasterio San Lorenzo del Escorial.

Fontes Secundárias

ABREU, J. Capistrano. **Ensaio e Estudos: Crítica e História**. 2ª Série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1932, p 297-304.

_____. Introdução. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil/ História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ São Paulo:Edusp, 1980.p.15.

AGOSTINHO, Santo. **A Doutrina Cristã**. Trad.: OLIVEIRA, N.A. Col. Patrística. São Paulo, Paulus, 1991.

ARISTÓTELES. A Retórica Epidítica, in: **Arte Retórica**, LI, IX – L.III. Obras Completas de Aristóteles. Tradução: Manuel Alexandre Júnior. Coordenação de António Pedro Mesquita. Volume VIII. Projecto promovido e coordenado pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa em colaboração com o Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, o Instituto David Lopes de Estudos Árabes e Islâmicos e os Centros de Linguagem, Interpretação e Filosofia e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

_____. **Metafísica**. Trad.: Rosario Blaquez Augier & Juan F. Torres Samsó. Barcelona, Ed. Imprenta Juvenil, S.A/, 1984, 387 p.

_____. **Histoire des Animaux**. texte établi et traduit par Pierre Louis, Paris, Les Belles Lettres, 1964.

_____. **Tratados Breves de História Natural**. Intr./Trad./Notas: Ernesto La Croce y Alberto Bernabé Pajares, Madrid /Espana, Editorial Gredos, S.A., 1987.

BARBOSA MACHADO, D. Biblioteca Lusitana, 2º ed., III, Lisboa, p.580-1. In: SILVA, Inocêncio Fco da. **Dicionário bibliográfico português. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

CORTESÃO, Armando. **Portugaliae monumenta cartographica**. Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, 1960.

CORTESÃO, Armando. **Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI**. Lisboa, 1935, tomo II, pp. 278-280.

CORTESÃO, Jaime. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Capa: Maria Helena Vieira da Silva. Rio de Janeiro, Edições: Livros de Portugal Ltda., 1943, 333 p.

_____. **Os descobrimentos portugueses**. Obras Completas I, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, Apres: GARCIA, José Manuel, 233 p.

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

- COUTO, Jorge Couto. Comentário/ Pero de Magalhães Gandavo e a “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”, no contexto da cultura renascentista portuguesa. In: **O Reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Alfa, 1989, p.124.
- LUZ, Guilherme Amaral. Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultra-marina portuguesa na Terra de Santa Cruz. **História e Perspectivas**. Uberlândia (32/33); 67-90, Jan. Jul/Ago.Dez.2005, p23.
- MATOS, Luís de. **Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira**, Vol. III. Janeiro-Março de 1962, Número1. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- MENANDRO, El Rétor. **Dos tratados de retórica epidítica**. Intr.: GASCÓ, Fernando, Trad./ Notas: GÁRCIA, Gárcia Manuel & CALDERÓN Gutiérrez, Joaquín, Madrid, Editorial Gredos S/A, vol. 225, 1996, 280 p.
- PEREIRA FILHO, Emanuel. Introdução ao **Tratado da Província do Brasil**. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1965.
- PEREIRA, Emanuel Filho. Índice de vocábulos. In: GANDAVO, Pero de Magalhães: **O Tratado da Província do Brasil**. Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1965. Col.: Dicionário da Língua Portuguesa/ Textos e Vocabulários. p.26.
- PIRES, Francisco Murari. A Retórica do Método (Tucídides I. 22 e II. 35). **Revista de História**, FFLCH, USP, 1998.
- Plínio, El Viejo. **Historia Natural**. Biblioteca Clasica Gredos, L III, 1. Tradução e Notas: E. Del Barco Sanz, L.I-IX. García Arribas, A. Ma Moure Casas, L.A Hernández Miguel, Maria Arribaz Hernaéz. t.250.
- QUINTILIANO, F. **Instituições Oratórias**. *L III*. . Trad.: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo I. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. /Tomo II. Paris. Livraria Portuguesa, de J.P. Aillaud, 1836. p.8-10.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra d Peloponeso**, 3 edição. VIII, 8,2. Tradução do grego. Introdução e notas de Mário da Gama Kury. Editora Universidade de Brasília, p.342

TORRES, Alfonso de. **Ejercicios de Retorica**. Introducción, edición crítica, traducción anotada e índices a cargo de Violeta Pérez Custodio. Prólogo de Luisa López Griega. Instituto de Estudios Humanísticos. Alcañiz – Madrid, 2003.

TUCÍDIDES, I, 22,4. Trad.: Guerra do Peloponeso. Trad.: Anna Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. Ed. Martins Fontes, 2008

VALLE, Ricardo Martins; SANTOS, Clara C. Souza. Introdução e Notas. In: GANDAVO **História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Hedra, 2008.160 p.

De apoio:

ACHÚTEGUI, Pedro S. de. **La universalidad del Conocimiento de Díos em los paganos según los primeros teólogos de la Compañía de Jesus, 1534-1648**. Roma: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Delegación de Roma, 1951.

ACOSTA, José de. **Historia natural y moral de las Índias**. O´GORMAN, Edmundo, (Ed). México: [s.n], 1962.

ADORNO, R. Los debates sobre la naturaleza del índio en el siglo XVI: Textos y Contextos. **Revista de Estudos Hispânicos**, ano 19, Universidad de Puerto Rico, 1992, p 4-66.

ALBUQUERQUE, Luís. **As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura**. Lisboa, Ed. Gradiva, 1987.

ALDEN, Dauril. **The making of a enterprise: the society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond: 1540-1750**. Standford: Standford University Press, 1996.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. LXXXIII (1963). **Notícias históricas e militares da América**, p. 29-32.

- ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Vol.83, 1963. **Brasiliana da Coleção Barbosa Machado**. Catálogo organizado pela bibliotecária ROSEMARIE HORCH. Divisão de Publicações e Divulgação - 1967, p. 29-32.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. **Mundos Novos do Mundo**. Lisboa. Junta de Investigações do Ultramar, 1972.
- APARÍCIO, João Paulo & PELÚCIA, Paula. O animal e a Literatura de Viagens: Bestiários. In: **Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens**, CRISTOVÃO, Fernando (Org.), Coimbra, Almedina: Centro de Literaturas de expressão portuguesa da Universidade de Lisboa, L3. FCT, 2002, p. 221-233.
- ARALA GONÇALVES, Maria Adelaide Godinho. **Forma de Pensamento em Portugal no Século XV: Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias**. Livros Horizonte, Lisboa. Direção: Vitorino Magalhães Godinho. p.131.
- ARAÚJO, V. Maria Benedita Aires de. A expansão portuguesa e o sentimento religioso. In: **Estudos Políticos e Sociais**. Lisboa, 1965, vol.III, nº 01, p. 49-216.
- ARENDT, Hannah. O Conceito de História - Antigo e Moderno, In: **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida Ed. Perspectiva, 5 ed, 1968, pp.77.
- AXTELL, James. **The Scholastic Philosophy in the Wilderness**. Williamsburg, William and Mary Quarterly, V.a, nº 29, 1972.
- BAIÃO, António (Org.). **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa: Ática, 1937.
- BARBOSA, J.C. Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões. Desenvolvido na sessão de 25 de janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. II , Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1840.
- BARREIRA, Frei Isidoro. **Tratado das significações das plantas, flores e fructos que se referem na sagrada escritura**. Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1622.

BARRETO, Luis Filipe. O Brasil e o Índio nos textos jesuíticos do século XVI. In: **Actas do Congresso de MissionaçãO Portuguesa e Encontro de Culturas, Lisboa, 1992.**

_____. **Descobrimentos e Renascimento, Formas de Ser e Pensar nos séculos XV e XVI.** Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

_____. **Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sócio-cultural.** Lisboa, Gradiva, 1987.

_____. **Caminhos do Saber no Renascimento Português: Estudos de História e Teoria da Cultura.** Temas Portugueses/ Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Porto, 1986. p 199.

BASTIDE, Roger. **Brasil, Terra de Contrastes.** São Paulo, 1959.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes.** São Paulo, Objetiva / Metalivros, 1999.

BERTI, E. **As Razões de Aristóteles.** Trad. D. D. Machado, São Paulo, Loyola, 1998.

BARTHOLOMEUS, Anglicus. **De las propiedades de las cosas.** Tolosae, Henrien Mayer, 1494 (outra edição: Seymour, M.C. et alii. On the properties of things. John Trevisa's of Bartholomaeus Anglicus de Proprietatibus rerum. 3 vols. Oxford, [s.n], 1975-88.

BEZERRA, Alcides. **A Philosophia na Phase Colonial.** Rio de Janeiro, Archivo Nacional, 1935.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Português e Latino, 5 K-N.** 2002. Georg Olms Verlag, Hildesheim. Zurich. New York, p.89.

BORGHINI, Federico. Orígen clasico del Renacimiento. **Humanitas (Revista de la facultad de Filosofia y Letras, Ministério de Educacón de la nacón/ Universidade Nacional de Tucúman,** ano III, 1956, nº 07, p. 61-68.

BOXER, C.R. **O Império Colonial Português.** Edições 70. Trad.: DUARTE, Inês Silva.

BRANDÃO, Renato Pereira. O militar e o religioso sob a mesma cruz: a estratégia do regimento na conquista da Terra Tupi. **Actas do Congresso Internacional de História: Missionaço Portuguesa e Encontro de Culturas**, V.II. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993.

BURKE, Kenneth. **A Rhetoric of Motives**. Berkeley: University of California Press, 1950.

CAETANO, Marcelo. O contato de culturas e a expansáo portuguesa no mundo. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo**, vol. 326 (1980). p. 125-138.

CARPEAUX, Otto Maria. Renascença Cristã. In: **História da Literatura Ocidental**, Ed Cruzeiro, Vol. I, p. 607-688.

CARVALHO, Filipe Nunes de. **O contato entre portugueses e índios do Brasil em 1500: uma limitada prospecção**, In: **Arquivos do Centro Cultural Português** (Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1995), vol. XXXIV, p. 347-952.

CARVALHO, Joaquim. O pensamento português da Idade Média e do Renascimento. **Revista da Faculdade de Letras**, tomo IX, 2ª série, nº 1 e 2, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1943, p. 243-252.

_____. **Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949.

CASTELO, José Aderaldo. A prosa no Brasil do período colonial – Fundamentos de Identidade, In: **Arquivos do Centro Cultural Português** (Fundação Calouste Gulbenkian, Paris), vol. XXIII, p. 931-944.

_____. *Notícias do Brasil*: Suplemento literário de **O Estado de São Paulo**, 13 de agosto de 1960, p. 04.

¹_____. **A Literatura Brasileira**. Manifestações Literárias da Era Colonial (1500-1808/1836). Vol. I. São Paulo: Cultrix, 1965 p.35.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, Vol. XXXV, São Paulo, Departamento de Antropologia da FFLCH-USP.

CÉARD, Jean; MARGOLIN, Jean Claude. *Voyager à la Renaissance. Actes du Coloque de Tours*, 1983, Paris, Maison-Neuve et Larose, 1987.

_____. **La Nature et les Prodiges**. L'insolite au XV siècle em France. Genève, Droz, 1977.

CEREJEIRA, M. Gonçalves. O Renascimento em Portuga. **Revista Humanitas**, vol. I-II, Coimbra, Ed. Limitada, 1975, 244 p.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da Historia**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica: Arno Vogel. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, p.219.

CÉU, Maria do. **Aves Ilustradas em Avisos para Religiosas Servirem os Officios dos seus Mosteiros**. Lisboa, O.f. Miguel Rodrigues, 1738.

Chancelaria de D. João III, Livro 9 (Perdões), fol. 432v: Évora, 5 de Dezembro de 1533.

_____de D. Sebastião, Livro I (Privilégios, fol. 296 v-297v: Lisboa, 25 de junho de 1558.

_____de D. Sebastião, Livro 9 (Privilégios), fol. 185 v-186r: Lisboa, 6 de Fevereiro de 156,

_____de Filipe I, Livro 11 (Perdões), fol. 251r: Lisboa, 12 de Junho de 1582,

_____de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 22, fol. 215r: 1577, sem indicação de lugar, mês e dia.

_____de D. Sebastião e D. Henrique (Doações), Livro 37, fol. 278 v-279r: Lisboa, 29 de Agosto de 1576. Este documento foi citado por Pedro Calmon. **História do Brasil**, I: As Origens (1500-1600), Companhia Editora Nacional, 1939, p.310 n.1.

CHARBONNEAU-LASSEY, L. **Le Bestiaire du Christ**. Bruges [s.n], 1940.

CIDADE, Hernani. A cultura portuguesa dos séculos XVI e XVII. **Revista Biblos** (Boletim da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), vol. VIII, p. 654-680.

- _____. **A literatura portuguesa e a expansão ultramarina. As idéias, os factos, as formas de arte.** 2 vols., 2ª Ed refundida e ampliada. Coimbra, 1963.
- COCHERIL, Maur (Dom). Une description du Portugal au XVI siècle. **Arquivos do Centro Cultural Português** (Fundação Calouste Gulbenkian, Paris), vol. III, p. 76-111.
- CHARTIER, Roger. **Publishing Drama in Early Modern Europe.** The Panizzi Lectures 1998. London, The British Library, 1999.
- _____. Prefácio. In: ELIAS, NORBERT. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, Trad.: Pedro Sussekind. p.18.
- _____. **A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII.** Coleção Tempos. Direção: Emanuel Araújo. Tradução de Mary Del Priore. UNB. p.13.
- CHAUÍ, Marilena. “*Brasil, o mito fundador*”. **Folha de São Paulo**, 26 de março de 2000.
- _____. Profecias e tempo do fim. In: NOVAES, Aauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**, São Paulo, Companhia das Letras, 453- 502.
- CHIAPELLI, F (Ed). **First Images of America: The impact of the New World ond the Old.** Berkeley: University of California Press, 1976.
- CIONARESCU, A. De la Edad Media al Renacimiento: el Descubrimiento de América y el arte de la descripción. In: **Historia y critica de la literatura española.** Siglos de Oro: Renacimiento, Barcelona, Edición de Francisco Rico, 1980, p. 242-43.
- CONGRESSO INTERNACIONAL. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Instituto de Estudos Clássicos. **Humanismo português na época dos Descobrimentos.** Coimbra, 09 a 12 de Outubro de 1991, Actas, Coimbra MCMXCI – MCMXCII. Vol. XLIII – XLIV.
- CONFORD, F.M. **Thucydides Mythistoricus.** London, Routledge & Kegan Paul Ltd., 1965, p.70.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro. Vol. I; tomo I. Editorial Sul Americana S.A: Livraria São José. 528 p.

_____. A Literatura e o Conhecimento da Terra. In: **A Literatura no Brasil**. Volume I. Editora Global, p. 233-234.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira de. Ensaio de Anthropologia. Região e raças selvagens. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. XXXVI, 2ª parte, p. 359-505.

CRISTOVÃO, Fernando (Coord.). A Literatura de Viagens e a História Natural. In: **Condicionantes culturais da literatura de Viagens**. Almedina: Centro de Literaturas de expressão portuguesa da Universidade de Lisboa, Coimbra, L3, FCT, 2002, p. 185-211.

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura Européia e Idade Média Latina**. Trad.: Paulo Ronai e Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: MEC/ INL, 1957.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a cultura européia (séc. XVI a XVIII)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.

_____. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

DÍAZ, José Simon. **El Problema de los impresos literarios perdidos del Siglo de Oro**. Edad de Oro, 2. Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1983 p.127

DOMÍNGUEZ, D. **El Neoscolaticismo y la Compañia de Jesus**. Madri, Estudios Eclesiasticos: [s.n], tomo XIV, 1935.

DURÃO, Paulo. O quinhentismo literário. **Revista Brotéria**, vol. XIV, 1932, p. 80-87.

_____. Os jesuítas e a formação do classicismo. **Revista Brotéria**, vol. XIV, 1932, p. 365-369.

ELIADE, Mircea. Paraíso y Utopia: Geografia mítica y escatologia. In: **Utopia y Pensamiento utópico**; (Org.) E.Manuel, Madri, Espasa – Calpe, 1982.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador II: Formação do Estado e Civilização.** Apresentação & Revisão: RIBEIRO Janine, Renato, Trad.: JUNGSMANN, Ruy. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993, 299 p.

_____. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001. Trad.: Pedro Sussekind.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: Encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte, Ed. UFMG/ Humanitas, 2000, 264 p.

ELLIOTT, John. **The old world and the new, 1492-1650.** Cambridge university Press, 1970.

FAORO, Raymundo. O Brasil até o Governo-Geral. In: **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro.** vol. 1/. Série (Grandes nomes do pensamento brasileiro). 10 ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000. p.115

_____. O homem do século XVI. **Revista de História**, Vol. I: 15-16, 1950.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá.** 2ª Ed, São Paulo, Livraria Pioneira Editora/ EDUSP, 1970.

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.** Ed. Vozes, 1975, p.266.

FERRÃO, J.E. Mendes. **A aventura das Plantas e os Descobrimientos Portugueses.** Lisboa, 1990.

_____. Difusão das plantas no mundo através dos Descobrimientos. **Maré Liberurm**, nº I. Lisboa, 1990.

FERREIRA REIS, Arthur César. A Era dos Descobrimientos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. 287, p. 07-298/ 314-492.

FERRONHA, António Luís. **O confronto do Olhar: O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas nos séculos XV e XVI.** Lisboa, Caminho, 1991.

- FILHO, Carlos Studart. Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. LXXIII (1959), p. 29-70.
- FLEIUSS, Max. O Brasil e seu Descobrimento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Vol. 186, p. 39-54.
- FOCAULT, Michel. **As palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981, 2ed., p. 34 e seguintes.
- FRANÇA, Carlos. Etnografia brasílica segundo os escritores portugueses do século XVI. In: **Revista História**, XV (1926).
- FRANÇA, Carlos. **Os portugueses do século XVI e a História Natural do Brasil**. Lisboa, E.L Fluminense, [s/d].
- FRÈCHES, Claude-Henri. De l' indien et du Brésil à la fin du XVI siècle. **Arquivos do Centro Cultural Português** (Fundação Calouste Gulbenkian, Paris), vol. X, p. 111-134.
- GAETANO, Ferro. Problemas da expansão colonial, In: **As Navegações Portuguesas no Atlântico e no Indico**. Col.: De cabo a cabo, Trad.: BARREIROS, José Colaço, p. 111-122.
- GIERKE, Otto. **Natural law and theory of society (1500-1800)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- GALLUS. **O Bestiário**. Lisboa, Editorial Timun, 1963.
- GOMES, Pereira J. A filosofia escolástica portuguesa. **Revista Brotéria**, vol. XXXV, 1942, p. 420-430.
- GRANADA, M.A. La filosofía política en el Renacimiento. In: **História de la ética**, Vol. I. ed. Victoria Campos, 1987.
- GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo**. Trad.: Gílson César Cardoso de Souza, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996 (Ensaio de Cultura, 8).

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do Maravilhoso**. Trad.: VIANA, Josely, São Paulo Companhia das Letras, 1992.

_____. **Sem Fé, Lei ou Rei: Brasil 1500-1532**. Trad. Carlos Nougué, ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1993.

GÓIS, Damião. Prólogo. In: **Descrição da cidade de Lisboa**. Tradução do texto latino, introdução e notas de Jose da Felicidade Alves, Livros Horizonte, 1988, Lisboa. p.27.

GURGEL, Leôncio Amaral. Os Indígenas. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo**, vol. XII (1907), p. 319-330.

HANSEN, Joao Adolfo. Introdução. In: **Poesia Seiscentista XVII: “Fênix Renascida” “Postilhão de Apolo”**. São Paulo: Ed Hedra. p.26.

_____. Política católica e representações coloniais. **Revista Convergência Lusíada**, 21/ Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. 2005.

_____. **A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII**. Ateliê Editorial/ Editora da Unicamp, 2004.

_____. Pós Moderno e Barroco. Seminário apresentado na Universidade de São Paulo. **Mimeo**. São Paulo: 11/11/1994. P. 16 e 17.

_____. O nu e a luz: cartas jesuíticas no Brasil. Nóbrega, 1549 – 1558. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n 38, 1995, p.87-119;

_____. Agudezas seiscentistas. In: **Literatura e Pensamento entre o final da Renascença, o Barroco e a Idade Clássica**, n.º 24, Jan./Junho 2002. Programa de Pós-Graduação em Letras - UFSM, p.61.

_____. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”. In: NOVAES, Aduino (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**, São Paulo, Cia das Letras, 1998.

HAYDEN, White. **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**. Baltimore, John Hopkins University Press, 1982.

HARTOG, François. Uma retórica da alteridade. In: **O Espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do Outro. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999. Trad.: Jacyntho Lins Brandão, p.246.

HELLER, Agnes. **O homem do Renascimento**. Editorial Presença, 361 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1959, Publifolha 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

HOLZER, Werther. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: A crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. Tese de Doutorado apresentado na FFLCH/USP. Geografia. Orient: SILVA, Armando Côrrea defendida em. 04.11.98.

HOMEM DE MELLO, F.I.M. Discussão Histórica. O que se deve pensar dos systema de colonisação adoptado pelos portugueses para povoar o Brasil? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Vol. XXXIV, 2ª parte, p. 102-112.

HUE, Sheila Moura. Gandavo na Província de Santa Cruz, quinhentos anos depois. **Brasil e Portugal: 500 anos de enlances e desenlaces**. Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. p. 335.

_____. **Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: Das Variantes textuais e das atribuições autorais**. Disponível em: <http://www.prppg.ufes.br>

KENNEDY, George A. **Classical Rhetoric and its Christian and Secular Tradition from Ancient Modern Times**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

KOTHE, Flavio. **O Cânone Colonial. Ensaio**. Editora UnB, 1997. pp. 254

KRISTELLER, Paul Oskar. **Renaissance Thought: The Classic, Scholastic and Humanist Strains**. New York: [s.n], 1961.

- _____. Rhetoric in Medieval and Renaissance Culture. In: MURPHY, J. (Ed). **Renaissance Eloquence: studies in the theory and practice of Renaissance rhetoric**. Berkeley: University of California Press, 1983.
- KOSHIBA, Luiz. **Sobre a origem da colonização do Brasil**. UNESP/ S.P, 1990. 117 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Traduções: Irene Ferreira (História, Antigo/Moderno, Passado/Presente, Progresso/ Reação, Idades Míticas, Escatologia, Decadência), Bernardo Leitão e Irene Ferreira (Memória), Suzana Ferreira Borges (Calendário, Documento/Monumento). Editora da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, p.433.
- LEITE, Serafim, S.I. **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil**. Vol. II- século XVI - (1553-1558), São Paulo, 1954, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- _____. Influência religiosa na formação do Brasil. **Revista Brotéria**, vol. XXII, 1936, p. 25-146.
- _____. A antropofagia dos índios do Brasil. **Revista Brotéria**, vol. XXV, fasc. 1, 1937, p. 373-380.
- LOBO, Rodrigues. **Corte na Aldeia** (1619). Obras políticas morais e métricas do insigne Portugues Francisco Rodrigues Lobo. Natural da Cidade de Leyria. Nesta última impressão novamente correcta, e postas por ordem. Offerecidas à Magestade sempre augusta do Sereníssimo Rey de Portugal. D. João V, nosso senhor. Lisboa Oriental: Na Officina Ferreyriana. 1723.
- LIMA, Francisco Ferreira de. A Retórica da Sedução: Gabriel Soares de Sousa e o Tratado Descritivo do Brasil. **Brasil e Portugal 500 anos de enlances e desenlaces**, vol.2. Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2001.p.126.
- LLUL, Ramon. **Livre des Bêtes**. Paris [s.n], 1964.
- LOUREIRO, Rui. O Encontro de Portugal com a Ásia no século XVI, In: **O Confronto do Olhar: O Encontro dos povos na época das navegações portuguesas**. Ed. Caminho/ Col. Universitária, Coord. Antonio Luis Ferronha, p.206.

- LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História**, Vol. 22, n 43, 2002, p.11-32;
- LUZ, G.A. Carne humana das cartas: o canibalismo nas cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. In: **Carne Humana: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003, pp.25-63.
- MACEDO, Jorge Borges de. Livros impressos em Portugal no século XVI – Interesses e formas de mentalidade. **Arquivos do Centro Cultural Português** (Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1976), Vol. IX, p. 183-222.
- MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje tinham ideia de uma única divindade, ou se a sua religião se circumscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de feitiches; se acreditavam na imortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conformes as diversas nações ou tribus? No caso dá afirmativa, em que diferenciavam elles entre si? **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. VI, (1844), p. 133-155.
- MADRE DE DEUS, Gaspar de. Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil; e das entradas das Religiões, e suas fundações. Copiada de um Ms. do Archivo do Mosteiro de S. Bento da Cidade de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. II (1840), p. 439-458.
- MAGALHÃES, D.J.G. de. Os indígenas do Brasil perante a Historia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. XXIII (1860), p. 03-66.
- MAGALHÃES, Luiz Otavio de. A Inquirição da verdade e a latência do Heróico. In: **História e Retórica: Ensaio sobre Historiografia Antiga**. Organizador Fabio Duarte Joly. Ed. Alameda, pp.21.
- MARQUES, José. A sociedade portuguesa no tempo de Cabral. **Revista Bracara Augusta**, vol. XXLI, nº 94/95 (107/108), Ano 1991/92, p. 285-320.
- MARTINS, Diamantino. Ecos da vida portuguesa do século XV. **Revista Brotéria**, vol. XXXVIII, 139, p. 150-256.

- MARTINS, Mário. Viagens ao paraíso terreal. **Revista Brotéria**, vol. XLVIII, 1949, p. 529-544.
- _____. Os Bestiários da nossa literatura medieval, In: **Revista Brotéria**, vol. LII, 1951, p. 547-560.
- MARTIUS, Carlos F.P. Von. A ethnographia da América, especialmente do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. IX, p. 534-562.
- MAURICIO, Domingos. Os jesuítas e a filosofia portuguesa do século XVI a XVIII. **Revista Brotéria**, Lisboa, v.XXI, 1935.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José de Campos da Costa de. Bullas e outros documentos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. LXII, 2ª parte, p. 158-180.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial**. 5 impressão. Companhia das Letras. São Paulo, 1995
- MERLIN, Héléne. **Public et littérature en France au XVIIe siècle**. Paris. Belles Lettres, 1994, pp 385-388.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O pensamento da metrópole portuguesa em relação ao Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 256-257, 1962, p. 43-62.
- MOISÉS, Massaud. Origens (1500-1601). In: **História da Literatura Brasileira**, vol. I. Ed Cultrix/ EDUSP, São Paulo. P 18-64.
- MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI: Primeras miradas sobre nuevos mundos** Trad.: Ligia Arjona Mijangos. Fondo de Cultura Económica. México, 1984. p.62.

- MONIZ BARRETO, Domingo Alves Branco (Capitão de Infantaria do Regimento de Estremôz). Plano sobre a civilização dos Índios no Brazil, e principalmente para a Capitania da Bahia; com uma breve noticia da missão que entre os mesmos Índios foi feita pelos proscriptos Jesuítas. Dedicado ao Sereníssimo Sr. Dom João, Príncipe do Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. XIX, 3ª Série, p. 33-90.
- MONTEIRO, Plínio de Barros. A origem dos povos ameríndios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. XXXVI (1939) / junho, p. 185-196.
- MOTTA, Arthur. **História da Litteratura Brasileira. Época de Formação (Séculos XVI e XVII)**. Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1930. p.69.
- MOURA, Ana Maria da Silva. **Jesuítas e Colonização no Brasil no século XVI: Expressões culturais e missionarismo**. Tese de Doutorado. História. FFLCH/USP. Orient: FERLINI, Vera Lúcia Amaral. 15.08.95.
- NELLIBE, Judith Bordon. Aproximaciones a la imagen bíblica del hombre. El hombre: um mistério para si mesmo. In: **Humanitas** (Revista de la facultad de Filosofia y Letras)/ Universidad Nacional de Tucúman, Año XVIII, 1977, nº XXIV, p. 61-76.
- MUHANA, Adma. **A Epopéia em Prosa Seiscentista**. São Paulo: UNESP, 1997.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios (colonialismo e repressão cultural)**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- OLIVEIRA Filho, Odil José de. **Projetos de Promissão: A Literatura da Expansão Ultramarina Portuguesa no Brasil** (Tese de Doutorado. Orient: SANTILLI, Maria Aparecida de CB. 08.12.93).
- PAGDEN, Anthony. **European enconteurs with the new world: from Renaissance to Romanticism**. New Haven: Yale University Press, 1993.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese, 1549-1600**. São Paulo: Cortez Editores, 1982.

- PEREIRA Iglesia, José Luis. La imagen de las Índias en el pensamiento eclesiástico indiano. Valoración historiográfica y perspectivas de futuro. In: **Extremadura em la evangelización del Nuevo Mundo: Actas y estudios**. Edición: Fr. Sebastián Garcia, O.F.M. Ed. Sociedad Estatal Quinto Centenário. Turner Libros S.A (Congreso Celebrado en Guadalupe durante los días 24 al 29 de Octubre de 1988).
- PICCHIO, Luciana Stegagno. As Grandezas do Brasil e a Catequese Jesuítica. In: **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, S.A, 1997. p. 83
- PINA, Luís de. **Flora e fauna brasílicas nos antigos livros médicos portugueses**. In: Brasília. Vol. III, Coimbra, 1942.
- PINA MARTINS, José V. de. Descobrimientos portugueses e renascimento europeu. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Descoberta do Homem e do Mundo**, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 179-193.
- _____. Sobre o conceito de Humanismo e alguns aspectos histórico-doutrinários da cultura renascentista, In: **Arquivos do Centro Cultural Português** (Fundação Calouste Gulbenkian, Paris), vol. II, p. 192-282
- POUNCE, P.R. **The Necessities of war: a study of Thucydides Pessimism**. New York, Columbia University Press, 1980, p.78.
- OSÓRIO, Jorge Alves. Crítica e Humanismo no Renascimento, In: **Revista Humanitas**, vol. XXVII – XXVIII. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Instituto de Estudos Clássicos, ano MCMLXXV-VI.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese: 1549 – 1600**. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982, 108 p.
- PORTO SEGURO, Visconde de. Cartas de Américo Vespucci – na parte que respeita ás suas tres viagens ao Brasil, traduzidas e anotadas criticamente. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Vol. XLI, 1ª parte, p. 05-31.
- RAMALHO, Américo da Costa. Estudos sobre o século XVI. **Revista Humanitas**. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, 394 p.

- _____. A introdução do Humanismo em Portugal, In: **Revista Humanitas**, vol. XXIII/ XXIV. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos, ano MCMLXXI – II, p. 435-453.
- _____. Latim Renascentista em Portugal (antologia), In: **Revista Humanitas**. Pref.; seleção, versão do Latim e notas. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1985, XII, 242 p.
- RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização – A representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- REBELO, José Silvestre. Povoação do Brazil – Relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionaes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. XLV, 2ª parte, p. 327-350.
- REBELO, Luís de Souza. A tradição clássica na literatura portuguesa. **Revista Humanitas**. Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- REYNA, Alberto Wagner de. La teologia aristotélica y sus supuestos. **Revista Humanitas**. Facultad de Filosofía y Letras. Ministério de Educación de La Nación/ Universidade Nacional de Tucúman, ano III, 1957, nº 9, p. 51-83.
- ROCHA, A. A cultura humanística em Portugal, In: **Revista Brotéria**, vol. XVII, fasc. 1, 1933, p. 22-28.
- ROCHA, Pedro Romano. **Os jesuítas e a liturgia**. vol. 129, nº 2-3/ ago-set 1989, p. 174-192.
- ROMERO, Sylvio. Primeira Época ou Período de Formação (1500-1600). In: **História da Literatura Brasileira**, 2. ed. 1902. Ed. Garnier, RJ.
- _____. Livro II: Primeira Época ou Período de Formação (1500-1750). Capítulo I: Estado do paiz em fins do século XVI. Poetas e chronistas n’esse tempo. In: **Historia da Litteratura Brasileira**. Tomo Primeiro (1800-1830). 2 ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902, p. 113.
- ROSÁRIO, Frei António do. **Frutas do Brasil numa nova e ascética Monarchia**. Lisboa, António P. Galram, 1702.

SALE, Kirkpatrick. **A Conquista do Paraíso: Cristovão Colombo e seu legado.** Trad.: Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

SANTOS, Candido dos. Humanismo e Teologia nos meados do século XVI. **Arquivos do Centro Cultural Português**, IX. Paris: Fund. Calouste Gulbenkian, 1975, p. 507-554;

SANTOS, Gomes dos. Portugal colonizador. **Revista Brotéria**, vol. XLVIII, 1949, p. 104-115.

SAUER, Carl. O. **Suma etnológica brasileira.** 2ª ed., Petrópolis, 1987.

Sessão IV, do Concílio de Trento. Retirada da edição bilíngue do século XVIII: O sacrossanto e ecumênico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez. Trad.: João Baptista Reycendi. Lisboa: Na officina Patriarcal de Luiz Ameno, 1781, Tomo I, p.55.

SILVEIRA, Joaquim da. **Gandavo, não Gândavo.** In: Brasília, III, 9. Coimbra 1946, p.525-528.

SEVILHA, Santo Isidoro de. **Etmologias.** Ed. Bilíngüe, vol. II (Livros XI-XX). Madrid, Biblioteca de autores cristianos, 1983.

SINKEVISQUE, Eduardo. **Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate sobre o gênero.** São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/ USP) 2000, p.4.

SCHADEN, Egon. O mito do Paraíso na cultura e na vida guarani. In: **Aspectos fundamentais da Cultura Guarani**, p. 161-178.

_____. Aculturação e Messianismo entre Índios brasileiros. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** (IEB/ USP), vol. 11/ 1972, p. 07-18

_____. Aculturação e assimilação dos Índios do Brasil, In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** (IEB/ USP), vol. 02/ 1967, p. 07-16.

- SCHLUCHTER, Wolfgang. **The rise of western rationalism**. Berkeley: University of California Press, 1981.
- SEHELLART, Michel. L'effet Américain dans la pensée politique européenne du XVI^e Siècle. In: GOMEZ-Miller, Alfredo (Org.). **Penser lar encontro de deux mondes**. Paris, PUF, 1993.
- SILVA, L. Craveiro da. Concepção e direitos dos povos descobertos segundo a doutrina peninsular. **Revista Brotéria**, vol. 117, n° 04/ out 1983.
- SILVA, António da. Dimensão evangelizadora dos Descobrimentos Portugueses. *Revista Brotéria*, vol. 127, n° 04/ out 1988, p. 243-259.
- SIQUEIRA, SÔNIA Aparecida de. A colônia; A situação das consciências na sociedade colonial, Colonizadores, Colonizados e atitudes religiosas. In: **A Inquisição Portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo, Ed. Ática, 1978 (Ensaio; 56).
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- STEGMULLER, Friedrich. **Filosofia e Teologia nas Universidades de Coimbra e Évora no século XVI**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.
- STRUEVER, Nancy S. **Theory as Practice: Ethical inquiry in the Renaissance**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **Zoologia Fantástica do Brasil (Séculos XVI e XVII)**. São Paulo, EDUSP/ Museu Paulista, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. **A Questão do Outro**. Martins Fontes. São Paulo, 1999. 2 ed. Trad. Beatriz Perrone Moises.
- THAUN, Philippe. Le livre des Créatures. In: **Popular treatises on science during the middle ages**. Londres, [s.n], 1841.
- VAINFAS, Ronaldo. **América em tempo de Conquistas**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1997.
- _____. **A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 275 p.

_____. (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1800). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARNHAGEN, Adolpho. Fragmentos que existem na Torre do Tombo das Instruções dadas por El-Rei D. Manoel a Pedro Álvares Cabral, quando chefe da Armada, que indo á Índia descobriu casualmente o Brasil. Armário 11 da Casa da Coroa, Maço 1 de Leis sem data, nº XXI. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. VIII, 2ª ed. P. 99-115.

VERNANT, J.P. **Mythe et pensée chez les Grecs. Études de psychologie historique**. Maspero, Paris, 1965.

VERÍSSIMO, José. A primitiva sociedade colonial, In: **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves. 1916. p 25-73.

VINCI, Leonardo da. **Bestiário, Fábulas e outros escritos**. Lisboa, Assírio & Alvim, 1995.

ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz: A Literatura Medieval**. Companhia das Letras. Tradução: Amalio Pinheiro (Parte I); Jerusa Pires Ferreira (Parte II). p. 126

WARNKE, Martin. **O Artista da Corte: Os Antecedentes dos Artistas Modernos**. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp. 2001.p.19.

WETZEL, Herbert Ewaldo. **Mem de Sá: terceiro governador-geral. (1557-1572)**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.

WOLFZETTEL, Friedrich. **Le Discours du Voyager**. Paris, PUF, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)